

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Programa de Pós-graduação em Sociologia

**DIFERENÇAS E DESIGUALDADES SOCIAIS NATURALIZADAS NO TRABALHO
DE ADOLESCENTES EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DO RECIFE**

Mauricio Antunes Tavares

Recife
Fevereiro, 2005

MAURICIO ANTUNES TAVARES

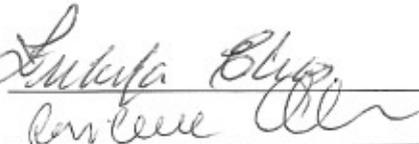
**DIFERENÇAS E DESIGUALDADES SOCIAIS NATURALIZADAS NO TRABALHO
DE ADOLESCENTES EMPREGADAS DOMÉSTICAS NA CIDADE DO RECIFE**

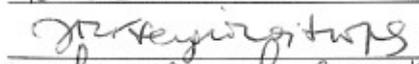
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

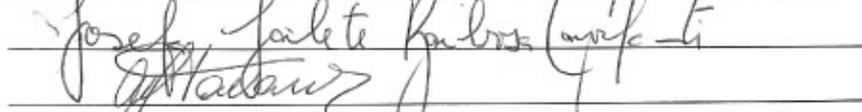
Recife
Fevereiro, 2005

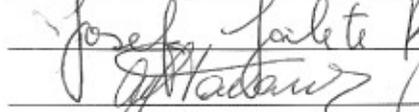
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado de MAURÍCIO ANTUNES TAVARES, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame da Dissertação de Mestrado de MAURÍCIO ANTUNES TAVARES**, sob o título: **“DIFERENÇAS E DESIGUALDADES SOCIAIS NATURALIZADAS NO TRABALHO DE ADOLESCENTES DOMÉSTICAS NA CIDADE DO RECIFE”**. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti - presidente/orientadora; Dr. José Sérgio Leite Lopes - Titular Interno – PPGS; Dra. Maria Rosilene Barbosa Alvim - Titular Externa – PG em Antropologia/UFPE**. Dando início aos trabalhos a **Dra. Josefa Salete Barbosa** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti** presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade, com a Menção de Distinção**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 21 de fevereiro de 2005.









Agradecimentos

Há muitos e muitas a quem devo agradecer, mas faltam-me palavras. Todas as coisas que deveria dizer nesta hora (se eu soubesse o que dizer!), não caberiam numa página, mas, felizmente, *tudo* cabe numa palavra: gratidão.

À minha orientadora, professora Salete, pela instrução e pela confiança que depositou em mim na construção deste trabalho. Aos professores do PPGS em cujos cursos fui encontrando as *luzes* que iluminaram os caminhos que eu poderia trilhar: Silke Weber, Eliane da Fonte, Eliane Veras, José Carlos Wanderley, Remo Mutzemberg, Josefa Salete Cavalcanti e, muito especialmente, agradeço aos professores José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim, que se dispuseram a dialogar sobre a minha pesquisa, com contribuições que foram fundamentais para prosseguir a caminhada. À CAPES pela bolsa de mestrado.

Aos colegas da minha turma que fizeram parte desta caminhada, com os quais aprendi e também me diverti: nas aulas, nos seminários, nos encontros e congressos, na hora do café, nos almoços, nos bares, nas festas, nos churrascos, nas discussões sobre os temas transversais... Ao meu amigo Rui que compartilhou comigo a difícil tarefa de voltar a academia depois de muitos anos afastados.

À Fabiana, Rosália, Silvana, Mônica, Eliana, Danielli, Jaqueline, Ivanice, Verônica, Neide, Eduardo, Edja, José Carlos, Verônica e Josefa que abriram as portas das suas intimidades e emprestaram suas vozes ao pesquisador.

À Joana, companheira de todas as horas, que com paciência e bom humor (e muito amor!) ajudou-me a atravessar os momentos de estresse para chegar até aqui e, muito mais do que isso, contribuiu brilhantemente com sua experiência para realizar as delicadas entrevistas com as adolescentes. À Francisco e João, meus filhos, que foram pacientes e trouxeram muitas alegrias para que eu pudesse renovar minhas forças para prosseguir. Aos meus pais, Amadeu e Luiza, que me ensinaram e me ajudaram a estabelecer os alicerces da minha vida. Ao Pai, pela vida.

Resumo

Esta dissertação resulta de uma pesquisa sobre o trabalho de adolescentes empregadas domésticas, realizada na Cidade do Recife, cujo objetivo principal foi compreender como são operadas as diferenças e desigualdades sociais nas relações de trabalho doméstico, com base nas informações das próprias adolescentes. O trabalho de campo foi realizado de agosto de 2001 à agosto de 2004 e para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de história oral/história de vida, aplicação de questionários e uso de entrevistas semi-estruturadas, como também dos dados secundários da PNAD/IBGE. Tomando como referência os conceitos de *socialização* e *habitus*, a dissertação procura demonstrar como as relações de trabalho doméstico envolvendo adolescentes questionam os modos de vida das classes trabalhadoras, que são confrontados pelos diversos “sistemas” de cada casa, o que leva ao desenvolvimento de estratégias de adaptação que tornam possível a convivência de uma pessoa estranha na “casa dos outros”. Partindo da constatação de que o emprego doméstico produz deslocamentos de adolescentes das famílias das classes trabalhadoras do meio rural ou de bairros populares para outros espaços sociais, a investigação explora os seus depoimentos. Focaliza como o trabalho entra em suas vidas nas condições de socialização oferecidas pelas famílias de trabalhadores aos seus filhos/as; e como este *habitus de classe* é apropriado pelo mercado de trabalho no emprego doméstico através de um processo de socialização que ora se opõe e ora reforça as práticas e valores apreendidos na socialização familiar. O exercício da análise revela visões de mundo que expressam acomodações ou desejos/attitudes de mudança face às situações de exploração do trabalho que são sustentadas pelas hierarquias fundamentadas sobre as diferenças de gênero, idade, classe e de modos de vida entre as classes trabalhadoras e as classes dominantes.

Palavras-chave: socialização, trabalho, gênero, idade, trabalho doméstico, *habitus* de classe, famílias trabalhadoras.

Abstract

This study is the result of a research about adolescent houseworkers, which took place in the city of Recife and which main aim was to understand how social differences and inequalities work in the domestic labor relations, based on information provided by the adolescents themselves. The fieldwork started on August, 2001 and was concluded in August, 2004. For data collection it was applied oral history/life history techniques, questionnaire application and the use of semi-structured interviews, as well as the secondary data from PNDA/IBGE. Taking as reference the concepts of *socialization* and *habitus*, the study tries to demonstrate how the domestic labor relations, as considered by the adolescent houseworker questions ways of living of the working classes, which are confronted through a variety of “systems” in each home, which results in the development of strategies of adaptation that makes possible the relation with a unknown person in “someone’s else home”. Domestic job produces adolescent dislocations of their families from the countryside or popular neighbourhoods, the investigation explores their utterances. Focusing on how work comes to their lives in the socialization conditions made available by the working classe families to their children and how class *habitus* is appropriated by the labor market in the housework through a socialization process that sometimes opposes sometimes reinforces the *habitus* and values apprehended in the family socialization, the analysis reveals worldvisions that express accommodation or changing desires/attitudes towards situations of labor exploitation, maintained by hierarchies founded on gender, age, class and ways of life differences among working classes and dominant classes.

Key words: socialization, work, gender, age, domestic labor, class *habitus*, worker families.

Sumário

Agradecimentos.....	2
Resumo / Abstract.....	3
Sumário.....	4
Índice de quadros e tabelas.....	5
Introdução: Perspectivas Metodológicas	6
I – O trabalho na vida das adolescentes empregadas domésticas: os relatos de Mônica e Verônica	7
II – A aproximação do pesquisador com o objeto de estudo	9
III – Delimitando objeto e técnicas de pesquisa	11
IV – Articulando conceitos e categorias	18
V – A dissertação	28
Capítulo 1 – Trabalho, gênero e idade: configuração do mercado de trabalho no Brasil e o trabalho doméstico de adolescentes	30
1.1 – O trabalho infanto-juvenil na agenda política brasileira dos anos 1990-2000	30
1.2 – O mercado de trabalho doméstico para mulheres adultas e adolescentes ...	35
1.2.1 – Os dados do IBGE	35
1.2.2 – Outras fontes de dados	48
1.3 – Breve perfil das adolescentes informantes	55
Capítulo 2 – O valor do trabalho e da profissionalização para adolescentes das classes trabalhadoras.....	67
2.1 – Gênese do trabalho de mulheres, crianças e adolescentes na sociedade contemporânea	67
2.1.1 – O caso brasileiro: dimensões de classe, gênero e etnia	71
2.2 – A escola e o trabalho na formação da identidade dos jovens das classes trabalhadoras	77
Capítulo 3 – O valor (e o desvalor) do emprego doméstico	87
3.1 – O trabalho e o emprego doméstico: revisitando a literatura	87
3.2 – O trabalho doméstico segundo as adolescentes empregadas domésticas ...	101
Capítulo 4 – Diferenciação e naturalização das diferenças nos processos de socialização das adolescentes empregadas domésticas	115
4.1 – O primeiro emprego doméstico no limite entre a infância e a adolescência ..	115
4.2 – O lugar da família na socialização das adolescentes domésticas	121
4.2.1 – O trabalho precoce modificando a convivência familiar: o fim da infância	130
4.3 – A socialização pelo trabalho doméstico realizado nas <i>casas dos outros</i>	135
4.3.1 – A difícil tarefa de fazer pelo outro	136
4.3.2 – Escrava não, mensalista residente!	141
4.3.3 – As relações com patroas, patrões e outras pessoas da família empregadora	146
4.3.4 – Regras e controles sobre hábitos e costumes	153
4.3.5 – Socializar ou “domesticar”? Os desafios da convivência com as diferenças	156
Conclusões	158
Bibliografia	163

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS	
Tabelas	
Tabela 1 – População de mulheres ocupadas, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as grandes regiões e Regiões Metropolitanas – 2001	37
Tabela 2 – Proporção de mulheres ocupadas, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas – 2001	39
Tabela 3a – Taxa de defasagem escolar das crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, por condição de ocupação e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões 2001	40
Tabela 3b – Taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, por situação de domicílio e condição de ocupação, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas – 2001	41
Tabela 4 – Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas – 2001	42
Tabela 5 – Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, com domicílio na zona urbana, por grupos de idade em que começaram a trabalhar, segundo as Grandes Regiões e R.M. – 2001	44
Tabela 6 – Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual por grupos de idade, segundo as G.R. e R.M. – 2001	45
Tabela 7 – Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, residentes em domicílios particulares, total e sua respectiva distribuição percentual por classes de rendimento médio mensal familiar per capita, em salário mínimo, segundo... – 2001	46
Tabela 8 – Rendimento médio mensal da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas– 2001	47
Tabela 9 – Contribuição percentual do rendimento médio mensal das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados no rendimento médio mensal familiar, por situação de domicílio, segundo as Grandes Regiões e R. Metropolitanas – 2001.....	48
Tabela 10 – Principal motivo alegado pelas informantes para trabalhar	59
Tabela 11 – Como as informantes conseguiram o primeiro emprego doméstico	62
Quadros	
Quadro 1 – Resultados da pesquisa sobre emprego doméstico de crianças e adolescentes baseada nos dados da PNAD 1998	49
Quadro 2 – Resultados da pesquisa sobre emprego doméstico de crianças e adolescentes na cidade do Recife – 2001	50
Quadro 3 – Informantes segundo idade, condição escolar e características familiares ...	55
Quadro 4 – Parentes das informantes engajados no trabalho doméstico remunerado ...	61
Quadro 5 – Idade de ingresso das informantes e aspectos do histórico de trabalho	64
Quadro 6 – Tarefas adicionadas pelas patroas aos serviços contratados, segundo as informantes	66

Introdução: Perspectivas Metodológicas

I – O trabalho na vida das adolescentes empregadas domésticas: os relatos de Mônica e Verônica

Há mais de dez anos o Brasil vivia a implantação do Plano Real sob o governo do presidente Itamar Franco, sendo Ministro da Economia Fernando Henrique Cardoso, que se elegeria Presidente da República nesse mesmo ano apresentando-se como o líder que garantiria a estabilidade política e econômica para que o Brasil se ajustasse às novas demandas colocadas para as chamadas economias emergentes no contexto da globalização. Naquele momento, uma das expectativas geradas na sociedade com as mudanças que o Plano Real provocava na economia, é que este produziria também um efeito transformador na questão social, diminuindo a pobreza e as desigualdades econômicas entre as diversas classes e grupos sociais.

A história de Verônica – que é uma das informantes desta pesquisa – e de como entrou para o mercado de trabalho como empregada doméstica, partindo desse mesmo marco temporal, exemplifica as expectativas frustradas da mudança social que era esperada. Em 1994 Verônica tinha 9 anos de idade e já ajudava sua mãe, que era lavadeira, carregando fardos de roupa na cabeça pelas ruas do bairro de Casa Amarela, no Recife. Quatro anos mais tarde, em 1998 – enquanto Fernando Henrique Cardoso iniciava mais um mandato presidencial ainda empunhando as bandeiras do Plano Real (o controle inflacionário, a estabilidade monetária e a modernização da produção industrial) – Verônica estava com 13 anos de idade e fazia um ano que trabalhava como babá para uma prima sua. Hoje Verônica é uma jovem que trabalha como empregada doméstica para uma moradora do mesmo bairro onde mora, na zona norte do Recife. Foi trabalhar como babá aos 12 anos de idade para contribuir com o sustento da família, porque *“percebia e ficava triste com o que estava acontecendo dentro de casa”*: passavam fome por causa do desemprego

do pai, que se alcoolizava e protagonizava cenas de violência contra a mãe, as irmãs e ela própria. A mãe sempre trabalhou como lavadeira, o que lhe permitiu sustentar a família sem se afastar do cuidado dos 7 filhos. Verônica é a segunda mais velha entre seus irmãos e irmãs. A sua maior referência familiar é a irmã mais velha que também é empregada doméstica, com quem conversa sobre todas as coisas. Certamente a posição das duas como as mais velhas no grupo de irmãos/irmãs teve influência na decisão sobre a entrada delas no mercado de trabalho ainda na pré-adolescência. Como é recorrente nos meios populares, o depoimento de Verônica também expressa o reconhecimento do trabalho como parte da reciprocidade que se estabelece na relação entre pais e filhos nas famílias das classes trabalhadoras (Heilborn, 1997).

Verônica estuda a noite, faz o primeiro ano do Ensino Médio, uma situação que não é tão comum entre as empregadas domésticas. Mas diz que “*estuda por estudar*”, porque acha que somente um curso universitário pode lhe dar um futuro melhor e isto é uma possibilidade que ela considera muito distante de sua realidade, pois além de ser muito difícil entrar numa universidade pública, também não vê como poderia arcar com os custos de transporte, livros e material, ela pondera. Ao final do dia de trabalho sente muito cansaço, daí acumula muitas faltas e quando assiste às aulas sente que o seu rendimento não está muito bom. Por tudo isto, mesmo não gostando do que faz, acha que o emprego doméstico continuará sendo a opção de trabalho acessível para ela.

Mônica, diferentemente de Verônica, não tem família no Recife, veio do interior de Pernambuco para trabalhar como empregada doméstica. Mônica não se lembra onde nasceu, só sabe que foi no interior, para descobrir “*só mesmo olhando no registro de nascimento*”, disse ela. Aliás, esse é seu único documento, pois ela acha que tirar documentos em Recife vai atrapalhar a sua vida quando retornar à sua cidade. A família mora em Barreiros, uma pequena cidade localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, no limite com Alagoas, onde a cana-de-açúcar ainda

imperava, apesar da decadência das usinas na região. Na casa da família moram o pai, a mãe e quatro irmãos mais novos, com 11, 7, 5 e 4 anos, respectivamente. Com 16 anos de idade (à época da entrevista, em 2001) é a filha mais velha desse casamento, tendo ainda mais um irmão e uma irmã, mais velhos, filhos de outro casamento da mãe.

O primeiro emprego doméstico de Mônica foi aos 12 anos, em São José da Coroa Grande, cidade muito próxima a Barreiros. Com 14 anos migrou para Recife à procura de trabalho, largando os estudos, mas “tem fé em Deus” que vai voltar a estudar para não ficar o resto da vida trabalhando na “casa dos outros”. Passou por quatro casas, duas no interior e duas em Recife, sempre voltando para sua casa no intervalo entre um emprego e outro. Neste último emprego completou 1 ano e 4 meses de trabalho. Apesar da pouca idade, Mônica já enfrentou problemas muito graves nas casas onde trabalhou: na primeira viu a mãe da patroa morrer na sua frente, em meio a uma crise de asma; na segunda casa sofreu assédio sexual do patrão e teve que deixar o emprego. Depois migrou para o Recife, sozinha, contando apenas com o apoio de uma amiga da tia que a acolheu por uns dias enquanto procurava outro trabalho. Assim, com pouca idade e fortes experiências, Mônica se considera adulta, sentimento que é reforçado pela autonomia proporcionada pelo salário e pelo distanciamento da convivência familiar em decorrência da situação de trabalho, pois ela só visita sua família uma vez por mês. Ainda chora de saudades da família, mas quando volta para Barreiros sente falta das coisas da casa da patroa, como se fossem um pouco suas próprias coisas. E voltar é uma constante cíclica na vida de Mônica, que nos outros três empregos anteriores não ficou mais do que três meses trabalhando em cada casa, por isto, está admirada por estar “durando” neste último emprego. Porque, para Mônica, a casa da patroa é sempre a “casa dos outros”, nunca a sua casa. Para ela o emprego doméstico não é uma escolha pessoal, não é uma ocupação procurada, é simplesmente o emprego que aparece, a única oportunidade real de trabalho em sua vida, como “*um azar que bota no quengo*”

da gente”, diz. Daí, não vê como objetivar outras opções de trabalho, como, por exemplo, no comércio trabalhando numa loja ou caixa de supermercado, empregos que ela considera melhores que o emprego doméstico, reconhecendo que para conseguir uma destas colocações no mercado de trabalho, deve superar suas condições atuais: o abandono da escola na 5ª série, a pouca capacidade de leitura e escrita e até a falta de documentos.

Esses dois relatos fazem parte de um trabalho de pesquisa que venho realizando desde 2001 sobre o emprego doméstico para adolescentes e jovens das classes trabalhadoras. Revelam, entre as lembranças da infância, das brincadeiras e das *obrigações* que tinham dentro da família, como o trabalho doméstico foi entrando em suas vidas, primeiro em suas próprias casas e, depois, como que numa seqüência “lógica”, nas “*casas dos outros*”. Este lugar, “a casa dos outros”, é definido pela negação – “*não é a minha casa*”, “*não é como a casa da gente*” – e mesmo que geograficamente possa estar perto de suas casas, na mesma rua, no mesmo bairro, sempre será um espaço de demarcação das distâncias sociais características das relações entre as trabalhadoras domésticas e a família dos patrões – os “outros”.

Mas como foi que um homem, sociólogo, veio se interessar por estudar o trabalho de adolescentes domésticas em Recife?

II – A aproximação do pesquisador com o objeto de estudo

Antes mesmo de chegar em Pernambuco, atuando profissionalmente no movimento sindical, eu havia passado pelo “batismo” nas questões de gênero e trabalho, discutindo a participação das mulheres trabalhadoras nos sindicatos e a viabilidade de estabelecer cotas para as mulheres nas diretorias das organizações sindicais. Foi também no movimento sindical que comecei a pesquisar sobre a questão da exploração do trabalho infantil, primeiro para sensibilizar e formar opinião entre as lideranças sindicais e depois como participante do Comitê Paulista de Organização da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, um movimento que

mobilizou sindicatos de trabalhadores e organizações não governamentais de diversos países do mundo.

No ano de 1998, o ano em que Verônica e Mônica ingressavam no mercado de trabalho como empregadas domésticas, coincidentemente era o ano em que eu chegava em Pernambuco e tive então o primeiro estranhamento com este tipo de relação de trabalho¹. Aqui descobri que para contratar uma jovem empregada doméstica de 18 anos que me foi indicada por um amigo, deveria mantê-la morando em casa todos os dias úteis da semana, pois ela somente poderia voltar para a casa de sua família em São José da Coroa Grande nos finais de semana. Seu nome era Maria José, mas era chamada pelo seu apelido, Zinha. A convivência com Zinha foi um momento de aprendizado de possibilidades e de limites e, por isso mesmo, marcado por conflitos, para todos, mas principalmente para os “paulistas”, contentes com a liberação do serviço doméstico conquistada graças ao trabalho de Zinha e ao mesmo tempo desconfortáveis com sua presença constante.

Nessa época eu trabalhava em um centro de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e tinha como uma das minhas atribuições participar da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e, posteriormente, do Fórum que se estabeleceu como organismo de monitoramento das políticas públicas para o enfrentamento do trabalho infantil em todo o Estado. Nessa caminhada, aprendi a ter um “olhar investigativo” para descobrir onde estavam as crianças e adolescentes trabalhadoras, afinal de contas, muitas vezes elas estão escondidas, ou porque são obrigadas a se esconder pelos empregadores e empreiteiros que as contratam sabendo ser uma prática ilegal, ou porque nos acostumamos com essa situação de tal forma que deixamos de percebê-las na sua condição real. Constatei a pouca

¹ Em São Paulo é mais comum o trabalho doméstico de diaristas, com quem tive mais contato. Mesmo entre as empregadas mensalistas, que estão presentes entre uma parcela das famílias das classes médias altas e ricas da elite paulistana, são menos frequentes os casos de empregadas residentes. Minha família teve aqui sua primeira experiência com esse tipo de relação de trabalho.

presença de meninas no PETI², devido à focalização deste em atividades econômicas de maior presença masculina, como o sisal da Bahia, a cana-de-açúcar, o carvão, a olaria e outras atividades agropecuárias. Foi assim que meu olhar foi se dirigindo para o trabalho doméstico de crianças e adolescentes, um trabalho naturalizado feminino, que “começa quando se acorda e termina quando se dorme”, mas que é tão “normal”, afinal de contas, “serviço de casa é coisa de mulher” e “«responsabilidade» se aprende desde criança”, frases que são bastante comuns nomeio popular. O trabalho doméstico de crianças e adolescentes é uma realidade perceptível não somente na capital mas também nas cidades do interior, mobilizando, neste último caso, principalmente as meninas originárias de famílias de camponeses.

Foi com a motivação de revelar a naturalização do trabalho de crianças e adolescentes na sociedade brasileira e ainda para problematizar como este se diferencia com base nas relações de gênero que foi articulada a pesquisa, pioneira em Pernambuco e uma das primeiras no Brasil, sobre o trabalho infanto-juvenil doméstico realizado em casa de terceiros, ou seja, emprego doméstico³. A pesquisa foi realizada em 2001 e os resultados foram publicados por Tavares (2002a). Ainda houve uma outra pesquisa sobre o tema, realizada logo a seguir, abrangendo a Região Metropolitana do Recife, porém com metodologia diferenciada⁴.

Portanto, a escolha do tema não se deu por razões puramente subjetivas, mas aconteceu pela somatória entre estas e o ambiente político-institucional no qual atuei, onde se ampliaram os debates sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil no país.

² O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi implantado pela Secretaria de Estado da Assistência Social no Estado de Pernambuco no ano de 1997, em 13 municípios da Zona da Mata Sul, ampliado para outros 37 municípios em 1998 e hoje está presente em mais de 100 municípios pernambucanos.

³ A publicação leva o nome *Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife*. A pesquisa foi realizada dentro dos marcos da cooperação internacional entre a Save the Children U.K. e o CENDHEC – Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social. Devido à escassez de informações sobre o tema, a pesquisa foi considerada o ponto inicial de um projeto mais amplo que envolvia o atendimento sócio-educacional as crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas e advocacy junto aos gestores de políticas públicas, operadores de direito, Conselhos, sindicatos, meios de comunicação e outros setores da sociedade.

⁴ Trata-se de pesquisa patrocinada pela OIT – Organização Internacional do Trabalho, que entrevistou 298 meninas e 17 meninos menores de 18 anos de idade, entre novembro de 2001 e março de 2002.

III – Delimitando objeto e técnicas de pesquisa

A pesquisa que realizei em 2001 fornece uma parte essencial do material empírico que é utilizado como base deste trabalho: 12 depoimentos de adolescentes empregadas domésticas, coletados no período de agosto a novembro de 2001. Ainda se somaram a estas entrevistas iniciais outras três realizadas em julho de 2004. A decisão de retomar depoimentos anteriores vem do reconhecimento de que as possibilidades de explorar este material não se esgotaram, pois o primeiro trabalho realizado a partir desses depoimentos priorizava revelar as condições de trabalho para denunciar as violações de direitos, objetivo principal para um trabalho realizado nos marcos de atuação de um centro de defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

As 12 entrevistas das adolescentes trabalhadoras domésticas realizadas nessa primeira pesquisa de campo ocorrida no ano de 2001 foram feitas por uma pesquisadora, historiadora e socióloga, com relativa proximidade com a problemática – pois vem me acompanhando nos bastidores desta caminhada de atuação profissional e de estudo do trabalho infantil durante vários anos – e familiaridade na construção de histórias de vida. As outras três entrevistas, realizadas em agosto de 2004, foram feitas pela mesma pesquisadora, porém, em conjunto comigo.

As recomendações de Bourdieu (2003) foram importantes na escolha do caminho a seguir, pois trouxeram respostas para a preocupação em diminuir a distância entre pesquisador e pesquisados. Ele considera que todo tipo de distorções está inscrito na própria condição da entrevista, nas propriedades que estruturam a relação de pesquisa – uma, a condução do entrevistador e, outra, o sentido que o pesquisado atribui às indagações. E acrescenta que estas propriedades recebem interferência da diferença do capital cultural do entrevistador e do entrevistado, especialmente no aspecto lingüístico. Por isso, propõe que na escolha dos entrevistadores sejam observadas as características das pessoas a serem entrevistadas (2003: 694).

A questão colocada por Bourdieu é se o sociólogo pode superar a distância social com o pesquisado e em que condições esta superação pode ocorrer, de forma a reduzir ao máximo a violência simbólica que o pesquisador pode exercer, mesmo sem o querer, sobre os pesquisados. Para ele, a superação da distância social pode ser conseguida através da escolha de entrevistadores com proximidade social e familiaridade com o universo social e cultural das pessoas e grupos pesquisados, ou, numa segunda possibilidade, através do domínio, prático ou teórico, do sociólogo sobre as condições de existência e os mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre a categoria social e ainda o domínio dos condicionamentos psíquicos e sociais associados à posição e trajetória do grupo no espaço social. Este domínio se dá através da informação prévia, que permite ao pesquisador “entrar no jogo”, dando a ele confiança “para improvisar continuamente as perguntas pertinentes” (Bourdieu 2003: 698-701).

Assim, a opção feita por delegar a realização das entrevistas para uma pesquisadora e num segundo momento dividir com ela algumas outras, justifica-se pela necessidade de diminuir as potenciais distorções que entrariam em cena quando colocados face a face um sociólogo adulto, com “cara de patrão”, e meninas adolescentes empregadas domésticas. Posteriormente, quando na análise das entrevistas se constatou que muitas das adolescentes viam a relação com o patrão como algo muito distante – “*o patrão não fede nem cheira*”, algumas informantes disseram – convenci-me que a opção feita foi realmente a mais correta, pois como poderia neutralizar os efeitos desta representação simbólica do patrão durante a entrevista?

A seleção das adolescentes entrevistadas nessa época foi feita de acordo com a proposta de Fernandes (1976), que recomenda a combinação da técnica de história de vida com o uso do questionário ou formulário para se fazer uma seleção “com base no controle de fatores que possam interessar à investigação” (1976:252-256).

Assim, as treze entrevistadas do sexo feminino e dois entrevistados do sexo masculino foram selecionados a partir do conjunto de 200 adolescentes empregadas e empregados (11 eram do sexo masculino) domésticos no Recife que responderam a um questionário estruturado. Essas 200 adolescentes foram entrevistadas em edifícios ou locais públicos, escolhidas aleatoriamente em função dos objetivos do projeto que se iniciava (já mencionado) e também em virtude da dificuldade que seria encontrá-las e entrevistá-las, a partir do conhecimento prévio de outras pesquisas realizadas com empregadas domésticas. Para amenizar as dificuldades, foram contratados pesquisadores que mensalmente coletavam dados para uma pesquisa domiciliar e que, desta forma, conheciam muitas empregadas domésticas, algumas delas muito jovens. Isto possibilitou alcançar adolescentes empregadas domésticas que não seriam encontradas caso se recorresse às escolas ou sindicatos para poder entrevistá-las, o que se constituiria como uma forma de seleção do público visto que excluiria aquelas que tem menos acesso a esses espaços públicos. Identificados como pesquisadores a serviço de uma organização não-governamental, muitas vezes tiveram que driblar patroas e patrões desconfiados com os objetivos de uma pesquisa com empregadas domésticas adolescentes, temerosos de que isto poderia servir para denunciá-los junto aos agentes públicos de fiscalização do trabalho ou mesmo estranhando o fato (inédito) de que a sua empregada doméstica despertara algum interesse digno de uma pesquisa. Não fosse o interesse das próprias adolescentes (quando presentes no momento da chegada do pesquisador e da negativa dos patrões), manifestado através de um olhar ou de um gesto que faziam ao pesquisador, ou avisando o porteiro para que este falasse ao pesquisador para aguardá-la ou voltar em determinado horário onde ela estaria na parte social do edifício, muitas entrevistas não teriam sido realizadas. Algumas entrevistadas também foram localizadas em bairros que moram as classes mais populares, onde são empregadas na casa de trabalhadores, às vezes funcionários públicos ou pequenos negociantes, onde não houve muitos casos de resistência à pesquisa.

A partir dos dados obtidos nessa 1ª etapa foram definidos alguns critérios para a seleção: a idade, considerando o peso de cada faixa etária no conjunto amostral, o que determinou um certo equilíbrio entre quem estava na idade legal para o trabalho (16 e 17 anos) e quem estava abaixo da idade legal (10 a 15 anos); a frequência à escola, observando que $\frac{3}{4}$ da amostra estava na escola, mas incluindo também desistentes e um caso de analfabetismo; e a origem, contemplando as que são naturais da Região Metropolitana do Recife e as migrantes, que vieram em busca de emprego. Como fator secundário foi definido o regime de trabalho/tipo de vínculo, para entrevistar, diaristas e mensalistas residentes e não-residentes no trabalho⁵. Dentro destes fatores de controle, foram buscados algumas adolescentes que apresentavam situações consideradas relevantes para os objetivos daquela pesquisa – que visava dar uma primeira compreensão/explicação do fenômeno para subsidiar a implementação de ações de atendimento, campanhas, etc – como, por exemplo, casos em que a entrevistada declarou ter sofrido maus-tratos. Mas ainda assim estes aspectos foram considerados associados aos critérios descritos acima.

Os 15 entrevistados estão assim distribuídos na faixa etária da adolescência:

Nº	Nome	Idade			
			8	Kiara	16 anos
1	Fabiana	12 anos	9	Mônica	16 anos
2	Rosália	13 anos	10	Josefa	16 anos
3	Silvana	13 anos	11	Ivanice	17 anos
4	Neide	14 anos	12	Jaqueline	17 anos
5	Eduardo	14 anos	13	Eliana	17 anos
6	Danielli	15 anos	14	Verônica	17 anos
7	José Carlos	15 anos	15	Edja	18 anos

⁵ Denominamos residentes ao regime ou vínculo de trabalho que leva a empregada doméstica permanecer na casa em que trabalha durante toda a jornada, dia e noite, com exceção dos dias de folga, seja semanal, quinzenal ou mensal, quando ela retorna à sua casa ou de sua família. Por consequência, não residentes são aquelas que retornam à sua casa após a jornada diária de trabalho. A pesquisa de Anderfuhren (1999) também utiliza estes termos. Alguns estudos adotam a denominação de empregadas internas ou externas, para cada um dos casos em questão. Porém, considerei que os termos residentes / não-residentes são os que melhor expressam a situação real vivida pelas empregadas domésticas que dormem e acordam no local de trabalho e só se ausentam nas folgas, o que reduz a convivência familiar e com a comunidade a um tempo mínimo.

Os depoimentos foram tomados quase todos fora da casa dos patrões, mas todos sem a presença da patroa ou de alguém da família empregadora, com exceção de crianças pequenas que estavam sob a responsabilidade das adolescentes.

Todas as entrevistas realizadas tiveram como base a metodologia de história oral-história de vida⁶, visando à apreensão de aspectos objetivos e subjetivos da relação entre adolescentes empregadas domésticas e as pessoas que compõem as famílias empregadoras.

Segundo Gonzáles (1997), na história oral o discurso do indivíduo corresponde à verdade do sujeito, que é construído a partir da cultura, ou seja, é a elaboração social que, em primeira instância, através da cultura, fornece os instrumentos e parâmetros sobre os quais o indivíduo constrói sua interpretação da realidade. A subjetividade do indivíduo situa-se dentro de uma subjetividade social. Portanto o material obtido, o depoimento, será o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador e assim, definitivamente vinculados a ele, indivíduo e sujeito social.

Pollak (1998) considera que ao reconstruir acontecimentos pretéritos os sujeitos estão construindo sua própria identidade e a do grupo social ao qual pertence. Diz ele que nesse caso:

O sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta para o momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollak 1988: 204)

6 Sobre história oral, memória e história de vida, há uma vasta bibliografia sobre o tema. Sobre o uso da técnica no campo da sociologia, uma referência importante é o trabalho de Lucila Reis Brioschi e Maria Helena B. Trigo (1987), *Relatos de vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas*, onde as autoras fazem um panorama geral da evolução das preocupações com a sociologia e as práticas sociológicas, em que os relatos de vida passam a ocupar lugar de destaque entre as técnicas de investigação e conhecimento do objeto social. E ainda vale citar o clássico ensaio de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *Relatos Oraís: do indizível ao dizível*, em que a autora faz considerações do uso do relato oral ou história oral, enquanto uma nova denominação, entre os cientistas sociais.

Sendo assim, esta pesquisa está centralizada sobre as relações que envolvem adolescentes empregadas domésticas e as pessoas que as empregam – mas sem desprezar as relações que elas estabelecem em suas famílias –, para explorar a visão dessas adolescentes sobre o trabalho doméstico, sobre as situações que o conformam e sobre si mesmas dentro do trabalho doméstico, fazendo uma cartografia das relações, dos conflitos e dos sentidos do trabalho doméstico de adolescentes.

A análise das entrevistas seguiu o objetivo de conhecer os processos de socialização de adolescentes que vivem uma situação peculiar de trabalho, no mercado de serviços domésticos remunerados, a partir da montagem de um quadro analítico com dois cenários:

- cena I – a socialização na família de origem: elementos que contribuíram para a construção dos sentidos das hierarquias de sexo e idade, com ênfase nos elementos relacionados à associação entre feminilidade e domesticidade;
- cena II – a socialização na família empregadora: elementos que contribuíram para marcar as distinções e a distância social entre a adolescente empregada doméstica e as pessoas da família empregadora.

Também segui as orientações de Bourdieu (2003) para a transcrição dos depoimentos gravados – onde ele defende romper com a “ilusão espontaneísta do ‘discurso que fala de si mesmo’”, considerando os “recursos da pontuação muito fracos e muito pobres” para expressar a riqueza da comunicação face-a-face, com a gesticulação, postura e tempo característico de cada interação. A postura (política) de dar a palavra *escrita* para aqueles que deram a palavra *oral* implica, segundo Bourdieu, em: (1) aliviar o texto das redundâncias verbais dos tiques de linguagem (os “bom” e os “né”, por exemplo), (2) introduzir títulos e subtítulos feitos de frases tomadas da entrevista para orientar a atenção do leitor, (3) criar introduções reunindo as informações corriqueiras como profissão, lugar onde mora, escolaridade e outros aspectos que podem (ou não) ser contados sem reproduzir as palavras e expressões

do entrevistado. Ou seja, o analista utiliza a pragmática da escrita e intervém no texto para garantir a transmissão da “eficácia simbólica” que a mensagem oral tem, mas sem nunca substituir uma palavra por outra, nem transformar a ordem das perguntas ou esconder o desenvolvimento da entrevista e os cortes assinalados. Assim, seguindo a metodologia proposta por Bourdieu, onde há um trabalho de transcrição, necessariamente o pesquisador tem o dever de escrever e, para preservar o sentido original da comunicação, escrever, neste caso, tem o “sentido de reescrever” (2003:709-710).

Finalmente, recorri a outras fontes de histórias de vida, memórias, experiências e relatos, através de pesquisa bibliográfica e documental que contribuíram como pontos de referência para a análise das relações hierárquicas entre os sexos e as gerações. Fontes de dados estatísticos quantitativos foram utilizadas para permitir contextualizar o trabalho doméstico de adolescentes dentro do mercado de trabalho e da sociedade brasileira, num sentido mais amplo.

IV – Articulando conceitos e categorias

Ainda que o trabalho da mulher e, dentro deste, o trabalho doméstico tenha sido objeto de muitos estudos acadêmicos, especialmente nas duas últimas décadas, há uma desproporção de estudos sobre o trabalho não remunerado e o emprego doméstico. Segundo Castro (1989), isso acontece em virtude das características do movimento feminista brasileiro, com predominância de mulheres das classes médias que, por isto, se interessariam mais no tema da dupla jornada em detrimento do tema do trabalho doméstico assalariado, pois este põe em jogo duas mulheres de classes diferenciadas em relação de dominação.

Nas pesquisas sobre a questão do emprego doméstico poucas são aquelas que focalizam a relação entre patroas e empregadas domésticas como objeto central de estudo, privilegiando-se, nos anos 1960-1970, as análises estruturalistas sobre a posição da mulher na sociedade e no trabalho (Saffioti, 1976), e sobre a posição da

trabalhadora doméstica no mercado de trabalho (Saffioti, 1976; Farias, 1983; Castro, 1989), e só mais recentemente foram realizados estudos que tomaram as relações entre patroas e empregadas como foco de interesse (Kofes, 2001).

Por outro lado, os estudos sobre a infância no Brasil, embora tenham se multiplicado na década de 1980, estiveram mais direcionados para as questões da “infância abandonada”, como para encontrar resposta ao fenômeno do crescimento do contingente de crianças e adolescentes que ocuparam as ruas das grandes cidades brasileiras. Poucos foram os estudos que contemplaram a questão do trabalho de crianças e adolescentes antes dos anos 1990. Vale mencionar entre os estudos pioneiros sobre o trabalho da criança e do adolescente na família proletária os de Machado Neto (1980); Gouveia (1983); Spindel (1985); Zylberstajn (1985).

Mas o que se observa é que tanto os estudos sobre **gênero e trabalho** quanto os estudos sobre as classes de **idade**, especialmente sobre infância e adolescência, raramente se unificam em um mesmo objeto de pesquisa, a não ser como subprodutos de pesquisa de gênero que, focalizando determinadas áreas de trabalho das mulheres adultas, se deparam com crianças e adolescentes trabalhando. Mesmo em estudos sobre o emprego doméstico que constataram a presença de adolescentes no universo empírico pesquisado (Anderfuhren, 1999; Kofes, 2001), ainda assim não consideraram essas em sua especificidade. E alguns outros estudos se preocupam em quantificar a participação destes pequenos trabalhadores no conjunto da força de trabalho adulta ou construir um perfil sócio-econômico das crianças e adolescentes e de suas famílias (Barros, 2000; Sabóia, 2000). Novamente, ficam relegadas ao segundo plano as relações interpessoais estabelecidas entre crianças e adolescentes trabalhadoras com os adultos que dominam esse mundo do trabalho. Castro (1991) foi uma das pesquisadoras pioneiras a propor que as abordagens sobre as condições de trabalho e interesses das trabalhadoras domésticas considerassem as diferentes posições de idade, gênero e raça. No caso da idade, a autora afirma que a exploração do trabalho se

baseia em discriminações etárias que colocam crianças e adolescentes em situações de inferioridade, provocando maiores abusos e violências, sendo por isto merecedoras de um olhar diferenciado pelas ciências sociais.

Considero particularmente significativo estudar o caso das adolescentes empregadas domésticas, na perspectiva de olhar uma situação diferenciada na vida de muitas adolescentes brasileiras que vivem na “*casa dos outros*” um período da vida importantíssimo na sua formação pessoal e profissional e na construção de suas identidades (Foracchi, 1972). Ou seja, olhar para as distâncias sociais que demarcam a vida das jovens das classes trabalhadoras pelo ângulo das interações da vida cotidiana, como elas percebem estas distâncias, se percebem, e como interagem nesse ambiente de distinção.

Para isto é preciso considerar as diversas faces dessas relações de trabalho, que são construídas a partir da racionalidade que organiza o mundo do trabalho e, simultaneamente, da afetividade que organiza as relações de intimidade entre as pessoas. São nessas interações do cotidiano que, potencialmente, podem aproximar ou tornar cúmplices duas mulheres que pactuam um mesmo “conjunto de representações sobre a relação empregada doméstica-patroa, os atributos de suas identidades, as tarefas executadas e finalmente sobre o próprio doméstico” (Kofes, 2001: 62).

Para Simmel (1983), o tratamento familiar e a subordinação de ambas, patroas e empregadas, a uma mesma idéia dominante – na sociedade feudal “a casa” e na sociedade burguesa “a família” – produz a aparente similaridade de posições. Mas se esta condição de compartilhar do mesmo tipo de subordinação pode produzir, sob determinadas circunstâncias, aproximação e cumplicidade, esta mesma condição pode produzir um outro efeito, a negação da distância social que se ouve, principalmente, nas falas das empregadas domésticas.

Segundo Bourdieu (1990: 154), a negação simbólica da distância social é uma estratégia usada para conquistar vantagens, útil numa relação deste tipo. É útil para

quem está ocupando uma posição superior em relação ao outro, no caso, os patrões, pois permite obter vantagens extras que vem dos sentimentos de simpatia de quem está na posição subalterna – “ela [a patroa] é uma pessoa simples”, “ela é legal”, “com ela não tem frescura” –, ao mesmo tempo em que mantém e reconhece a distância social real como mensagem oculta das falas das empregadas, pois que sugere complemento: “ela é uma pessoa simples... para uma patroa”, ou “para uma madame”, ou “para uma pessoa rica”. E é também útil para quem está em posição inferior numa relação assimétrica, como meio de dissimular sua condição de subordinação e como estratégia de sociabilidade em uma situação onde a correlação de forças é claramente desvantajosa para si.

A pesquisa, focalizada nos depoimentos de adolescentes empregadas domésticas e, portanto, na visão destas sobre o trabalho doméstico e sobre as relações de trabalho estabelecidas com as patroas ou outras pessoas das famílias empregadoras, busca iluminar a forma como, nas interações cotidianas, são construídas estratégias para se adaptar aos “*sistemas de cada casa*”, como se referiu uma das adolescentes entrevistadas para falar de suas várias experiências. É na necessidade de adaptação aos “sistemas” que podemos compreender a utilidade da negação da distância social, como uma das estratégias de adaptação invocada pelas empregadas domésticas. Tais estratégias possibilitam às adolescentes transitar entre uma situação de afirmação da *diferença*, que é comum numa idade em que se valoriza a conquista da liberdade e da autonomia individual (Lavinias, 1997), e uma situação de negação da distância social, o que implica um certo movimento de *assimilação* dos gostos e dos costumes do outro (Bourdieu, 1992). Tantas são as situações que vem de uma relação com diferentes pessoas de famílias distintas da sua e distintas entre si, com as quais essas adolescentes convivem numa idade em que as crises de identidade (comuns à idade, mas agravadas pelas incertezas atuais quanto à escolarização e ao emprego) são parte do processo de individualização,

que estas são desafiadas a apreender e se adaptar a estilos de vida que muitas vezes não fazem, habitualmente, parte do seu meio sócio-cultural.

Anderfuhren (1999), em análise do trabalho doméstico como uma situação de dicotomia entre a busca da autonomia e a subordinação real nas relações de trabalho, fala de uma identidade *polimorfa* que se reajusta parcialmente, ora de maneira transitória, ora de maneira durável, decorrente da falta de constância no sentimento de pertencimento e da incapacidade de previsibilidade das situações que exigem a construção de estratégias de adaptação (1999:57).

Dois conceitos analíticos se tornam particularmente importantes para compreender a construção de estratégias de adaptabilidade tão necessária às empregadas domésticas quanto o próprio emprego. São os conceitos de ***socialização*** e ***habitus***.

Tomamos ***socialização*** no sentido simmeliano (que também foi traduzido como *sociação*), como o processo em que os indivíduos atuam uns sobre outros “sob formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação”, cujo conteúdo ou matéria são os instintos, interesses, fins, inclinação, regras morais, estado ou movimento psíquico que influenciam a ação do outro (Simmel, 1983: 60). Socializar uma pessoa implica em criar ou manter um ambiente de influenciamento e aprendizagem. Sem uma interação adequada os seres humanos não seriam capazes de se perpetuar como seres dotados de cultura. Mas, a ***socialização*** também tem um papel restritivo, na medida em que “impõe certas idéias e normas tradicionais ao jovem, e é mais comum que o faça rigidamente, de maneira heteronômica” (Bottomore, 1988: 342).

Para examinar o processo de ***socialização*** das crianças e adolescentes, o cotidiano da família torna-se espaço privilegiado (e também poderia ser o caso do bairro e da escola). É no cotidiano dessa que se realiza o primeiro movimento de socialização dos indivíduos nos modos de agir e de expressar – pela linguagem oral e corporal – as visões de mundo, valores e normas sociais de um determinado grupo

social e sociedade. Na família, ainda, a socialização ocupa-se de diferenciar e hierarquizar os papéis sexuais a partir de modelos de comportamento do pai/marido e da mãe/esposa, modelos que não são homogêneos em uma sociedade, mas que, em geral reproduzem relações entre homens e mulheres evocando lugares ou espaços sociais distintos entre os sexos e valorizações desiguais entre ocupações, tarefas e responsabilidades sexualmente atribuídas. Os meninos são socializados para dominar o ambiente público, a rua, e as meninas para dominar o ambiente privado, a casa (Heilborn, 1997; Duque-Arrazola, 1997).

O conceito de **socialização** remete à capacidade de adequação das meninas ao trabalho doméstico, a partir da investigação das experiências de vida, primeiramente lançando um olhar sobre o processo de socialização a que são submetidas as meninas nas famílias das classes trabalhadoras, que tendem a seguir uma divisão mais tradicional do trabalho segundo os papéis sexuais atribuídos à mulher como fruto das relações de gênero, orientando a socialização das meninas a partir de certas crenças e valores,

De que nas meninas prevalecem os “valores do coração” e não “da cabeça”; de que as mulheres são mais obedientes do que os homens; de que são mais aptas para realizar as tarefas domésticas e que, portanto, é normal que elas as monopolizem; de que devem ser submetidas a uma maior reclusão nos lugares privados, especialmente no âmbito familiar; e de que possuem aptidões especiais para a realização de tarefas domésticas compatíveis com os estereótipos femininos mais divulgados – obedientes e solícitas. (Madeira, 1997: 101).

Acrescente-se a isto o fato de que nas famílias das classes populares o trabalho ainda é considerado como agente socializador, que pode ser desenvolvido paralelamente à escola.

O efeito deste tipo de **socialização** das meninas é, evidentemente, o maior controle de seu tempo e de sua circulação pelos entornos da casa. Assim, desde criança, para conquistar o tempo do lazer e das brincadeiras na vizinhança, até à adolescência, para conquistar o tempo de sair com as amigas e amigos, as meninas

têm que aprender a arte da negociação, sem a qual não teriam como escapar ao controle imposto.

O trabalho, para os adolescentes de ambos os sexos, é uma das “armas” de negociação de tempo, de liberdade e autonomia frente à família, principalmente para as meninas, uma vez que para os meninos a trajetória do trabalho é colocada quase obrigatoriamente como corolário desse mesmo tipo de socialização. Mas, o trabalho doméstico na casa de terceiros, que é uma opção de um contingente de mulheres das classes trabalhadoras, representa a continuidade do controle, pelos adultos, sobre o seu tempo e sobre os seus corpos (Anderfuhren, 1999). O fato de existir uma pequena participação de adolescentes homens no emprego doméstico pode ser explicado ao observar os tipos de atividades que estes desenvolvem, geralmente, mais relacionadas ao cuidado das casas e quintais, plantas e animais. Muito excepcionalmente, como no caso de um dos entrevistados, Carlos, os homens cuidam de tarefas mais diretamente relacionadas ao cuidado da família, a exemplo de faxina e alimentação.

O primeiro emprego doméstico da mulher adolescente marca a separação dela do seu próprio grupo familiar, mas na condição de se inserir em outro grupo familiar estranho ao seu, na maioria das vezes. O *estranhamento* causado por esta inserção numa outra família, na “*casa dos outros*”, é vivido de forma solitária, quase sempre sem contar com o apoio de pessoas afetivamente próximas ou pessoas que, ao menos, facilitem a compreensão dos hábitos e costumes que são estranhos ao seu. Mas a base que torna esta inserção possível foi plantada no processo de **socialização** que acompanha a história de vida dessas meninas: a submissão ao grupo familiar, o conhecimento das rotinas de cuidar da casa e das crianças, a negociação que sempre envolve fazer algo antecipadamente antes de ser atendido o direito reivindicado.

Se o conceito de socialização permite entender a gênese da capacidade de adolescentes das classes trabalhadoras adaptarem-se às difíceis condições em que

se desenvolvem as relações de trabalho doméstico, é o conceito de **habitus** (Bourdieu, 1972, 1989, 2001) que possibilita explicar como se produzem as estratégias para se adaptar às regras do jogo. Entendendo **habitus** como uma “estrutura mental” e uma “lei tácita da *percepção* e da *prática* que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social” (Bourdieu, 2001:127), como “princípio de geração de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras” (Bourdieu, 1972, citado por Miceli, 1992: XL), e como

um sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados (Bourdieu, 1972, citado por Miceli, 1992: XLI).

Relacionei **habitus** com o cotidiano em que as empregadas domésticas produzem e reproduzem estratégias para se adaptarem às diferentes situações vivenciadas nas “casas dos outros”.

O **habitus** constituído a partir da interiorização/subjetivação das estruturas estruturadas nos indivíduos, então, se movimenta no cotidiano das ações práticas, operando a mediação entre as estruturas e suas condições objetivas e as situações conjunturais, ou seja, mobiliza a capacidade de operar “boas escolhas” a partir da apreensão do “sentido do jogo”, “para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (Bourdieu, 1989: 62). Assim, a prática, entendida como a conjunção entre o **habitus** e as situações reais, ocorre no espaço social das relações intersubjetivas dos atores (Ortiz, 2002: 162).

Para Bourdieu, o **habitus** constitui o fundamento mais sólido e melhor dissimulado da integração dos grupos ou das classes (...) o **habitus** seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante. (Miceli, 1997: XLII).

Assim, associado à socialização e à trajetória social, Bourdieu conduz o conceito teórico para o campo das classes sociais, levando, necessariamente, a considerar o *habitus* enquanto “**habitus de classe**”. É a partir de um sistema de socialização familiar e de vivências comuns que se dão nos bairros periféricos das cidades, nas escolas públicas, nos locais de trabalho, na vizinhança, nos bares, no jogo de futebol, ou, em outras palavras, através das instituições de socialização dos agentes que se conformam os **habitus de classe**, que permite as construções de leituras sobre a cultura e os modos de vida da classe trabalhadora.

Por um lado, isto abriu para mim a possibilidade de olhar para as empregadas domésticas no plural, no sentido de olhar as práticas como práticas coletivas e não como práticas da empregada doméstica individual, colocada numa relação direta com sua patroa/patrão, sem mediação de um sindicato ou associação, sem contar com outros iguais a si na mesma unidade de trabalho: “A história individual se desvenda então como uma ‘variante estrutural’ do *habitus* de grupo ou de classe, o estilo pessoal aparecendo como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, de uma classe, ou de um grupo social” (Ortiz, 2002: 161). Por outro lado, sugere que a relação patroa-empregada está previamente delimitada pela “*estrutura objetiva* da relação entre os grupos envolvidos, antes mesmo que suas práticas respondam à *situação conjuntural*” (Miceli, 1997: XLII).

O conceito de **habitus** permite clarificar como as adolescentes domésticas constroem determinadas práticas e posições dentro das situações de trabalho para facilitar sua adaptação às situações cotidianas de interação com as pessoas de uma família estranha, ou, em caso de inadaptação, procurar outro trabalho, ou, ainda antes, permite esclarecer como o emprego doméstico torna-se uma estratégia alternativa para alterar a posição de mulheres adolescentes das classes trabalhadoras dentro de suas próprias famílias. De uma forma não intencional, o **habitus** possibilita a essas adolescentes construir estratégias que possibilitam a

continuidade ou a transformação da ação social (Bourdieu, 1990), ou seja, a permanência, ruptura ou transformação das relações de trabalho doméstico.

O uso dos conceitos de classes trabalhadoras ou classes populares neste estudo tem o sentido de reconhecê-las como participantes de uma classe social possuidora de uma cultura, de uma racionalidade própria, de um capital cultural e simbólico comum. Devido aos limites deste trabalho, não farei um mergulho muito aprofundado sobre o debate em torno das classes sociais, mas considero ser particularmente importante olhar este grupo a partir de sua classe social, uma vez que nas situações de trabalho vão experimentar outros processos socializantes que, muitas vezes, entram em choque com seus valores, tradições e modos de vida. O que é importante reter desse debate é que a divisão social do trabalho impõe no interior das classes trabalhadoras distinções simbólicas entre o trabalho manual e o trabalho não-manual, e que este fato vai se refletir na prática social, influenciando nas formas de vivenciar as situações de classe a partir das diversas condições de produção e de apropriação de bens e serviços, diferenciando os grupos no interior das classes sociais.

Isto localiza esta pesquisa dentro do campo de estudos sobre os modos de vida das classes trabalhadoras, mantendo especial atenção aos processos de **socialização** que vão influir na formação de identidades de adolescentes empregadas domésticas e na moldagem de um **habitus** que possibilita às empregadas domésticas criar estratégias que utilizam para enfrentar as situações cotidianas em que pesam diferenças de classe, gênero, idade e de cultura.

É neste processo que as diferenças são naturalizadas, entendidas como parte natural do processo. No emprego doméstico de adolescentes, assim como em outras ocupações, a exemplo das trabalhadoras da agroexportação do Vale do São Francisco estudadas por Cavalcanti (1998, 1999), as “novas relações de trabalho” são erguidas sobre formas tradicionais de vida, que envolvem relações de gênero baseadas em papéis sexuais definidos de forma tradicional em culturas mais

arcaicas, o que torna possível imprimir um certo sentido de “naturalização” e “universalização” das diferenças:

Há que se considerar, portanto, a indubitável alocação de papéis sociais, onde normalmente se atribui determinadas capacidades e habilidades para homens e mulheres, onde há uma tendência a se ‘naturalizar’ e ‘universalizar’ instituições e papéis, de modo a torná-los relativamente fixos, e, com isso, inibir sua contestação e, dessa forma, garantir a perpetuação do sistema. (Cavalcanti et al, 1998: 105)

É neste sentido que o estudo do emprego doméstico de adolescentes se relaciona com uma preocupação mais ampla de como este processo de naturalização das diferenças, em sua forma específica que assume na relação de emprego doméstico de adolescentes, pode nos dizer algo sobre a nossa sociedade e sobre a nossa cultura.

IV – A dissertação

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta parte introdutória.

O primeiro capítulo traz os elementos de contexto para entender a dinâmica do emprego doméstico para adolescentes e jovens das classes populares. São colocados em pauta elementos do contexto político-institucional que situam o debate sobre os direitos das mulheres e sobre os direitos das crianças e adolescentes no Brasil e no mundo. Também foi feita uma leitura da conjuntura do trabalho doméstico e do trabalho infanto-juvenil nas Regiões Metropolitanas do país utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outras fontes de dados, focalizando a situação do Recife. Por último é apresentado um perfil sobre o grupo de adolescentes empregadas domésticas que viabilizaram este trabalho.

O segundo capítulo trata resumidamente da história da inserção de mulheres, adolescentes e crianças no mercado de trabalho capitalista, atentando para as

particularidades do caso brasileiro. Após essa primeira parte, ainda neste mesmo capítulo, faço uma discussão sobre a educação e o trabalho na formação da identidade dos jovens das classes trabalhadoras, buscando compreender as razões que levam as jovens ao trabalho doméstico, mesmo sendo uma ocupação para a qual revelam não ter nenhuma motivação e interesse.

O terceiro capítulo trata de problematizar o valor do trabalho doméstico remunerado para as adolescentes das classes trabalhadoras. A primeira parte do capítulo discute as abordagens sociológicas e antropológicas construídas sobre o trabalho doméstico, formando um painel das várias interpretações realizadas sobre o tema, manejando conceitos como classe social, gênero, raça, cultura e geração. Na segunda parte do capítulo a discussão do valor do trabalho doméstico é feita com base nos depoimentos das adolescentes empregadas domésticas.

O quarto capítulo demonstra como o trabalho doméstico desafia as adolescentes a construírem estratégias de adaptação que as possibilitam transitar entre diferentes sistemas: “*cada casa tem seu sistema*”, disse uma delas. Para tanto, são analisados os processos de socialização vivenciados na família e no trabalho, os conflitos e as formas de superação ou convivência produzidas nas interações do cotidiano.

Finalmente, a conclusão apresenta uma síntese das análises feitas sobre a natureza das diferenças e a construção de *habitus* que permeiam as relações entre empregadas domésticas e os patrões/patroas ou entre os modos de vida das classes trabalhadoras e os modos de vida das classes dominantes.

Capítulo 1

Trabalho, gênero e idade: configuração do mercado de trabalho no Brasil e o trabalho doméstico de adolescentes

1.1 - O trabalho infanto-juvenil na agenda política brasileira dos anos 1990-2000

Hoje em dia, a exploração do trabalho infanto-juvenil está presente como uma das frentes de combate para tornar a sociedade brasileira menos desigual e mais afinada com os princípios que regem a modernidade. Com a mobilização de amplos setores da sociedade brasileira em torno da construção de um projeto nacional que consolide nossa curta experiência democrática e promova a diminuição das desigualdades sócio-econômicas, diversos atores sociais levantam a voz para pautar suas reivindicações na agenda política nacional, na tentativa de universalizá-las e torná-las parte desse “projeto nacional”.

Lançando um olhar sobre a década passada, do ponto de vista dos direitos humanos, percebe-se que ocorreram ações relevantes tanto na sociedade brasileira quanto no plano internacional. Neste período, a Organização das Nações Unidas se empenhou em promover um conjunto de mega-eventos voltados para a de construção de acordos internacionais sobre: Direitos da Criança (Nova York, 1990), Educação para Todos (Jomtien, 1990), Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), Direitos Humanos (Viena, 1993), População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995), Direitos da Mulher (Pequim, 1995), Assentamentos Humanos (Istambul, 1996), Alimentação (Roma, 1997), Racismo (Joanesburgo, 2003). A ação da ONU representa um esforço em estabelecer e legitimar um Direito Internacional equalizador e balizador dos direitos estabelecidos em cada sociedade. Em todos estas Convenções Mundiais, organizações não governamentais e movimentos sociais de todo o mundo marcaram presença, ainda quando excluídos oficialmente dos eventos, realizando eventos paralelos e

manifestando publicamente suas posições através de mobilizações e dos meios de comunicação alternativos.

No plano nacional, estas discussões têm repercutido não apenas pela adesão do Estado brasileiro a inúmeras Convenções e Tratados internacionais, mas também pela conexão destas temáticas com as pautas dos movimentos sociais e organizações não governamentais nacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um exemplo desta interatividade entre os avanços obtidos na ordem internacional – com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, em 1989 – e os movimentos sociais nacionais que irromperam na década de 80 reivindicando mudanças legais no Código do Menor vigente na época e mudanças estruturais nas instituições sociais dedicadas a infância e a adolescência.

Também no que se refere à agenda relacionada com o combate às discriminações de raça e de gênero é conhecida a interação ou, pelo menos, a influência externa de movimentos sociais de outros países sobre os movimentos nacionais, como, por exemplo, a inspiração das práticas e pautas atuais do movimento negro brasileiro no movimento negro norte-americano, reivindicando cotas para universidades, concursos públicos e na televisão.

Em relação ao trabalho infantil, a seqüência do movimento de luta contra o trabalho infantil também seguiu esse desenvolvimento articulado entre o nacional e o internacional. Desde os princípios da década de 1990 o trabalho infantil passou a ser alvo de atenções e denúncias por parte de diversos setores da sociedade⁷. Do movimento sindical internacional, ou, mais precisamente, dos sindicatos de metalúrgicos da Alemanha partiu a denúncia de que a Volkswagen obtinha vantagens comerciais beneficiando-se da situação de exploração do trabalho escravo e do trabalho infantil nas carvoarias do Centro-Oeste brasileiro, ou seja, no início da

7 O movimento sindical brasileiro denunciava o desemprego resultante da “terceirização” do trabalho de setores como os de calçados e de confecções, deslocando a produção das fábricas para as pequenas oficinas e mesmo para os trabalhadores domiciliares que, via de regra, utilizavam a força de trabalho de crianças e adolescentes para baixar os custos de produção, numa época em que o Brasil abria indiscriminadamente seu mercado para os produtos importados.

cadeia produtiva do aço utilizado para a fabricação de automóveis. Em Pernambuco, nos anos 1992/93, o Centro Josué de Castro denunciava a utilização maciça de crianças e adolescentes no ciclo produtivo da cana-de-açúcar através da pesquisa *Trabalhadores Invisíveis: crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco*. Em 1996, a OIT publicava um relatório com dados estatísticos sobre as crianças trabalhadoras em diversos países do mundo (*International Labour Organization 1996 Press Kits – Child Labour: Facts and Figures*). Os chamados “países em desenvolvimento” respondiam pela grande maioria das 73 milhões de crianças economicamente ativas em 1995, um número que era considerado subestimado em virtude de que muitos países não dispunham de estatísticas sobre crianças trabalhadoras com idade inferior a 10 anos, nem sobre aqueles que trabalhavam em atividades “invisíveis”, como o trabalho doméstico (Veiga, 1998). E em 1997, uma campanha foi deflagrada na Áustria para boicotar o suco de laranja exportado pelo Brasil em virtude de denúncias do emprego de trabalho infantil nesta cultura (Veiga, 1998). Em 1998, organizações não governamentais, centrais sindicais e movimentos sociais, nacionais e internacionais, realizaram a Marcha Mundial Contra o Trabalho Infantil, que terminou em Genebra simultaneamente à 86ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho em que foi aprovada a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Esta foi a maior conferência internacional a debater a questão do trabalho infantil, dando base à elaboração de uma Convenção Internacional⁸.

⁸ Toda Convenção Internacional da OIT é considerada um padrão trabalhista, ou seja, um instrumento para *sensibilizar* a comunidade de países a adotar determinadas normas trabalhistas como limite mínimo de direitos. Há interesses de governos de países mais desenvolvidos, ONGs e setores sindicais que reivindicam a defesa dos direitos trabalhistas em bases mais amplas que o território nacional, em transformar a Convenção em uma Cláusula Social, perspectiva que vincularia o trabalho infantil, ou outros padrões trabalhistas, à questão do comércio internacional, como forma de *constranger* os países a adotar integralmente os padrões trabalhistas estabelecidos pelos organismos internacionais, sob risco de sofrerem sanções comerciais. Há outros que defendem a transformação dos direitos trabalhistas em direitos humanos fundamentais (Veiga, 1998). A Convenção 182 ou Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, criada em 1999 com base na Declaração acima citada, na Convenção sobre os Direitos da Criança e em Convenções Internacionais que tratam do Trabalho Forçado, da escravidão e de práticas similares é considerada complementar à Convenção 138 sobre a Idade Mínima para Admissão ao Emprego.

A Convenção 182 foi ratificada e está vigente no Brasil desde setembro de 2000, estabelecendo *“a adoção de medidas imediatas e eficazes visando à proibição e a eliminação das piores formas do trabalho infantil, com caráter de urgência”*, sendo definidas como piores formas de trabalho infantil o trabalho escravo ou compulsório, a exploração sexual comercial, as atividades ligadas à produção e tráfico de drogas e as atividades perigosas, insalubres e penosas, o que inclui uma série de atividades dos setores industrial, extrativista e da agricultura e agroindústria.

A Convenção 138, ratificada pelo Brasil e vigente desde junho de 2002, estabelece que a idade mínima de admissão em qualquer tipo de trabalho nunca *“deverá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em todo caso, a 15 anos”*. A ratificação destes instrumentos obriga o país a implementar políticas públicas capazes de erradicar e combater a exploração do trabalho infanto-juvenil.

Assim é que o aparato jurídico brasileiro, de um modo geral, está se adequando aos padrões internacionais definidos na Convenção Internacional dos Direitos da Infância e nas Convenções 138 e 182 da Organização Internacional do Trabalho. Os direitos relativos ao trabalho infanto-juvenil são regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho. A Emenda Constitucional nº 20, aprovada em dezembro de 1998, elevou a idade mínima de admissão ao trabalho de 14 para 16 anos, porém, admitindo a possibilidade do adolescente trabalhar como aprendiz a partir dos 14 anos de idade. Mas para os aprendizes o Estatuto define como aprendizagem à formação técnica profissional ministrada de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 62), onde os aspectos produtivos estão subordinados ao processo pedagógico (art. 68). Para todos os adolescentes em idade legal de trabalhar o Estatuto assegura os direitos trabalhistas e previdenciários (art. 65) e proíbe o trabalho noturno, perigoso, insalubre, penoso, ou em locais que tragam prejuízo ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, ou ainda em horários que

prejudiquem a frequência à escola (art. 67). E no artigo 69 do Estatuto é afirmado o direito do adolescente à profissionalização, respeitada a sua “*condição peculiar de pessoa em desenvolvimento*” e recebendo “*capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho*” (Costa, 1994). Desta forma, estão assinalados os marcos legais que garantem o direito das crianças e adolescentes menores de 16 anos de não trabalharem, e os direitos à profissionalização e proteção no trabalho para os adolescentes aprendizes acima de 14 anos e para todos os adolescentes de 16 a 18 anos que trabalham.

Tudo isto confirma a influência do princípio da igualdade de todos perante as leis, presente no pensamento político liberal e proclamado na Declaração dos Direitos do Homem, desde sua primeira redação na Revolução Francesa de 1789 até a sua consolidação pela ONU em 1948. Mas esse esforço de internacionalização do projeto universalista-igualitarista da modernidade esbarra nas condições reais, experiências e culturas distintas das sociedades, provocando muitos pontos de atritos e, no caso brasileiro, o distanciamento entre os parâmetros legais da cidadania e a sua vivência na prática do cotidiano. Em *Raízes do Brasil*, Holanda (1983) já havia analisado como o impasse criado na transição entre o tradicional e o moderno tendia a ser resolvido pela mera substituição de governantes ou pela confecção de leis formalmente perfeitas.

A presença de um grande contingente de crianças e adolescentes trabalhadores tem origem mesmo nas condições de vida daqueles segmentos das classes trabalhadoras que vivem em situações extremas de pobreza, onde a necessidade se impõe sobre os direitos. Nestes casos, tolera-se o trabalho infantil porque parte das famílias brasileiras não tem os mínimos sociais assegurados e, assim, a estratégia dos pobres enviarem seus filhos para o trabalho é aceita socialmente como forma de “evitar o pior”: a fome e a marginalização.

Assim,

em um país onde o direito universal de acesso à educação para todas as crianças somente se concretizou no final do século XX, o *trabalho* tomou o lugar da educação como elemento de construção da identidade dos filhos das classes trabalhadoras. (...). Ser *trabalhador*, para grande parte das classes trabalhadoras, significa ter respeito, ter direitos, ter identidade, não ser tratado como *preguiçoso* ou como *vagabundo* nos termos popularmente utilizados. Para os pais representa também o distanciamento dos filhos da marginalidade, dos 'bandidos', da violência que ronda pelo bairro. Este aspecto é bastante reforçado pela forma como os meios de comunicação de massa associam pobreza e violência, como se a violência da sociedade brasileira viesse exclusivamente dos mais pobres (Tavares, 2002b: 126-127).

A contradição entre o plano jurídico das leis e direitos consagrados e o plano existencial da vida das classes trabalhadoras na sociedade brasileira revela a ausência de princípios democráticos nos projetos conduzidos pelas elites brasileiras ao longo de décadas de exercício do poder, conduzindo discriminatoriamente a distribuição de direitos e privilégios a partir das posições de prestígio e de status que as pessoas/grupos ocupam na sociedade (Guimarães, 1995).

É por isso que, contraditoriamente, o Brasil é considerado hoje um país de referência na luta contra a exploração do trabalho infante-juvenil⁹, mesmo possuindo um dos maiores contingentes de crianças e adolescentes trabalhadores entre os países industrializados.

1.2 - O mercado de trabalho doméstico para mulheres adultas e adolescentes

1.2.1 - Os dados do IBGE

O Diário de Pernambuco, em sua edição de 18 de julho de 2003, divulgando a "Síntese dos Indicadores Sociais" elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dizia que:

As ruas da Região Metropolitana do Recife (RMR) tem o segundo maior número de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos do País trabalhando em busca de um sustento. São 13,2% de menores arriscando a vida nas ruas, um índice acima da média nacional de 5%. A RMR só perde para a Região Metropolitana de Salvador (BA). Lá são 15,6% de jovens nessas condições". (...) 45,9% dessas crianças e adolescentes que trabalham na RMR estão empregadas em lojas, oficinas e fábricas, "mesmo que sem remuneração". (Diário de Pernambuco, edição de 18/07/2003).

⁹ Declaração do coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Infantil Doméstico, da OIT, em matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 31.07.2002.

Uma outra fonte de trabalho importante para esta população é o serviço doméstico realizado para terceiros, o emprego doméstico remunerado, fundamentalmente para as mulheres.

De acordo com a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, no ano de 2001 havia mais de 5,5 milhões de mulheres brasileiras trabalhando neste ramo de atividade, o que representa 19,2% da força de trabalho feminina, que compreende as mulheres com 10 anos ou mais, de acordo com os critérios do IBGE (Tabela 1). No Recife, considerando aqui o índice da PNAD para toda a Região Metropolitana, o emprego doméstico é ainda mais significativo para o mercado de trabalho, empregando 20,6% de todas as mulheres ocupadas, o que representa mais de 110 mil pessoas no ano base da pesquisa. Ou seja, em cada cinco mulheres que estavam ocupadas em Recife no ano de 2001, uma era trabalhadora doméstica.

Analisando os dados das nove Regiões Metropolitanas brasileiras (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) e do Distrito Federal, observa-se que a participação do emprego doméstico no total de mulheres ocupadas só é menor que o índice nacional (19,2%) em Porto Alegre, onde 16,8% das mulheres ocupadas estão nos serviços domésticos, e em Curitiba e São Paulo, onde 17,2 e 17,9%, respectivamente, das mulheres ocupadas trabalham como domésticas. Em todas as outras situações a participação dos serviços domésticos no emprego feminino é maior do que o índice nacional, especialmente nas capitais do Norte e Nordeste, no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, chegando a representar 24,8% do total da força de trabalho feminina ocupada em Belém do Pará.

Tabela 1 - População de mulheres ocupadas, total e sua respectiva distribuição percentual por posição na segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	População ocupada de 10 anos ou mais de idade, por sexo						
	Mulheres						
	Total (1)	Posição na ocupação (%)					
Em empregados		Militares e estatutários	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadas	Não remunerados	
Brasil (2)	28 689 841	41,0	9,3	19,2	17,4	2,6	10,5
Norte (3)	1 382 269	35,5	12,7	22,1	21,0	2,1	6,6
Região Metropolitana de Belém	281 977	35,8	10,5	24,9	23,8	1,9	3,0
Nordeste	7 273 400	32,0	9,2	16,9	22,7	1,7	17,4
Região Metropolitana de Fortaleza	543 780	43,1	6,8	19,8	22,4	2,1	5,8
Região Metropolitana de Recife	536 737	40,7	10,5	20,6	22,4	3,0	2,8
Região Metropolitana de Salvador	586 767	40,9	8,0	21,3	23,1	2,5	4,3
Sudeste	12 939 134	46,4	9,0	20,7	15,5	2,9	5,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	818 974	48,5	9,1	20,2	17,3	2,5	2,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1 890 912	44,1	9,3	21,7	20,1	2,8	2,0
Região Metropolitana de São Paulo	3 393 506	55,4	7,1	17,9	14,4	2,7	2,6
Sul	4 999 451	42,7	7,4	16,1	14,4	3,1	16,4
Região Metropolitana de Curitiba	521 747	51,3	7,3	17,2	15,8	2,5	5,9
Região Metropolitana de Porto Alegre	789 297	51,2	7,9	16,8	15,8	3,9	4,5
Centro-Oeste	2 074 716	38,5	13,2	24,3	14,9	2,9	6,3
Distrito Federal	407 564	47,3	17,2	20,2	10,2	3,2	1,9

Fonte: Pesquisa nacional por amostragem de domicílios 2001: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.1 CD-ROM.

Nota: Com preendem as pessoas de 10 anos ou mais de idade

(1) Inclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e sem declaração.

(2) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclui a população rural.

Observa-se também nessas capitais onde o emprego doméstico é menos significativo para a ocupação feminina (Porto Alegre, Curitiba e São Paulo), que é expressivamente maior a ocupação das mulheres como “empregadas” em outros setores, o que indica a relação entre o emprego doméstico com a dinâmica econômica local: ele é significativamente mais importante como fonte de trabalho onde os setores produtivos da economia não são tão dinâmicos e, portanto, incapazes de absorver a demanda por trabalho pelas classes populares. Isto também se confirma através dos dados da pesquisa relativa à participação das trabalhadoras “por conta própria” no mercado de trabalho. Os índices de trabalhadoras por conta própria para as capitais do Norte e Nordeste, nunca inferiores a 22,4% do total de mulheres ocupadas, são expressivamente maiores que os índices desta mesma

categoria para as capitais do Sudeste, do Sul e do Distrito Federal, que variam de 10,2 a 17,3%, com exceção do Rio de Janeiro que apresenta o índice de 20,1%.

Paradoxalmente, nas cidades onde o emprego doméstico é menos significativo quando comparado com outras posições que as mulheres ocupam no mercado de trabalho, são as mesmas em que é maior o engajamento das mulheres no mercado. Porto Alegre, Curitiba, Distrito Federal, Belo Horizonte e São Paulo, em ordem decrescente, têm os maiores índices de ocupação de mulheres no mercado de trabalho, variando de 48,7 a 42,3% de mulheres ocupadas em relação ao total da população feminina de 10 anos de idade ou mais. Fortaleza e Salvador também suplantam a barreira dos 40% de mulheres ocupadas (e no caso de Salvador o índice é até maior que o de São Paulo), o que pode ser indicativo de uma maior dinâmica econômica que estas capitais vem experimentando nos últimos anos. Já em Belém do Pará e Recife, esses índices baixam a 36,9 e 36,6%, respectivamente, suplantadas por muito pouco pelo Rio de Janeiro, onde apenas 37,9% das mulheres estão ocupando postos no mercado de trabalho.

Essa mesma lógica pode ser verificada na análise da ocupação dos grupos etários, o que interessa particularmente para esta pesquisa. Observando a tabela 2, vê-se que novamente Rio de Janeiro, Belém e Recife são as capitais onde há uma quantidade menor de mulheres ocupadas no grupo etário de 10 a 19 anos de idade, com índices que vão de 9,1 à 10,6%, respectivamente.

Tabela 2 – Proporção de mulheres ocupadas, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas – 2001

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Proporção de ocupados, por sexo e grupos de idade (%)					
	Total	Mulheres				
		10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil (1)	43,1	18,9	53,7	62,0	60,5	31,5
Norte (2)	38,1	13,8	45,1	58,5	60,3	30,0
Região Metropolitana de Belém	36,9	10,1	40,2	59,2	58,5	27,3
Nordeste	41,4	19,0	48,6	59,9	61,2	35,6
Região Metropolitana de Fortaleza	41,9	16,5	53,4	57,7	61,3	31,1
Região Metropolitana de Recife	36,6	10,6	45,5	56,6	53,7	24,7
Região Metropolitana de Salvador	43,2	12,7	54,4	63,7	63,9	28,9
Sudeste	42,0	17,6	55,4	60,7	57,8	26,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	44,1	16,5	55,9	65,8	59,1	29,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	37,9	9,1	50,6	57,1	57,9	23,2
Região Metropolitana de São Paulo	42,3	18,2	57,7	59,0	55,6	26,7
Sul	50,6	25,4	62,3	69,2	67,0	38,1
Região Metropolitana de Curitiba	47,0	22,3	58,4	62,4	65,1	32,3
Região Metropolitana de Porto Alegre	48,7	18,6	64,6	70,7	63,8	33,9
Centro-Oeste	44,7	17,6	53,9	64,9	62,2	32,0
Distrito Federal	44,9	13,4	55,3	66,5	64,2	28,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001: empregados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

Nota: Compreendem as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusiva a população rural.

Isto é importante para entendermos como, em Recife, o emprego doméstico toma uma dimensão importante como fonte de trabalho e renda para as meninas das classes populares. Se, em Recife, apenas 10,6% das mulheres da faixa etária de 10 a 19 anos estão ocupadas – quando em Fortaleza e Salvador este índice é de 16,5% e em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba o índice varia entre 18,2 a 22,3% – então as oportunidades de emprego são mais disputadas, e num ambiente de disputa acirrada, são os filhos e filhas das classes trabalhadoras mais pobres empurrados para os postos de trabalho com menor remuneração.

Num mercado com grande concorrência, a escolarização torna-se um grande diferencial para conseguir um trabalho razoável e neste aspecto as crianças e adolescentes das classes populares que ingressam precocemente no mercado de trabalho ficam em desvantagem, pois apresentam maior defasagem educacional em

comparação com as que não trabalham, de acordo com os dados da PNAD que vem na tabela 3.

Tabela 3 - Taxa de defasagem escolar das crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, por condição de ocupação e grupos de idade, segundo as Grandes Regiões - 2001				
Grandes Regiões	Taxa de defasagem escolar das crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, por condição de ocupação e grupos de idade (%)			
	Total	Ocupados		
		De 7 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos
Brasil (1)	71,6	44,0	75,0	72,0
Noite (2)	76,0	37,6	79,2	78,2
Nordeste	86,4	53,4	89,2	89,6
Sudeste	59,1	23,3	58,2	60,7
Sul	52,9	26,5	52,2	56,3
Centro-Oeste	70,1	31,3	69,0	72,9

Grandes Regiões	Taxa de defasagem escolar das crianças e adolescentes de 7 a 17 anos de idade, por condição de ocupação e grupos de idade (%)			
	Total	Não ocupados		
		De 7 a 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos
Brasil (1)	50,9	27,6	55,7	67,7
Noite (2)	63,0	36,3	71,9	76,6
Nordeste	66,8	38,1	75,0	83,2
Sudeste	41,1	23,4	42,6	56,7
Sul	38,2	16,4	42,0	54,8
Centro-Oeste	50,5	25,5	56,1	68,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusiva a população rural.

Observa-se que a taxa de defasagem é maior entre as crianças de 7 a 9 anos do Nordeste e do Sul do país, que são as regiões que apresentam maior índice de ocupação de crianças nesta faixa etária, conforme se verificará na tabela 6.

Também a taxa de escolarização é significativamente maior se comparado os grupos de crianças e adolescentes ocupados e não ocupados. No caso de Recife, a diferença entre a taxa de escolarização do grupo de ocupados com o grupo de não ocupados chega a ser 20 pontos percentuais maior para estes últimos. Dentre as metrópoles pesquisadas, tamanha diferença só é suplantada, por pouca diferença (0,4 pontos percentuais), pelo índice verificado no Rio de Janeiro.

Tabela 3b - Taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e condição de ocupação, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Taxa de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, por situação do domicílio e condição de ocupação (%)								
	Total			Urbano			Rural		
	Total	Ocupados	Não ocupados	Total	Ocupados	Não ocupados	Total	Ocupados	Não ocupados
Brasil (1)	89,7	80,3	91,1	91,0	79,7	92,1	84,3	81,0	85,6
Norte (2)	88,3	77,2	89,4	88,3	77,2	89,4	-	-	-
Região Metropolitana de Belém	90,6	74,8	91,5	90,6	74,8	91,5	-	-	-
Nordeste	89,0	82,3	90,4	90,7	80,5	91,9	85,6	83,6	86,5
Região Metropolitana de Fortaleza	92,6	86,3	93,3	92,4	85,0	93,1	98,0	100,0	97,3
Região Metropolitana de Recife	91,6	72,7	92,8	91,9	72,3	93,1	80,8	81,8	80,7
Região Metropolitana de Salvador	92,7	85,1	93,3	92,8	85,0	93,5	84,6	88,9	83,9
Sudeste	91,4	78,6	92,7	92,3	80,6	93,3	82,7	72,1	85,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	92,0	81,8	92,9	92,1	81,9	93,0	84,1	80,0	84,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	92,3	72,5	93,0	92,4	73,9	93,1	78,6	25,0	84,2
Região Metropolitana de São Paulo	93,4	83,7	94,2	93,6	84,2	94,4	89,3	73,7	90,6
Sul	88,1	78,7	89,7	89,3	76,7	90,7	83,1	81,0	84,3
Região Metropolitana de Curitiba	86,6	71,2	88,3	87,8	72,1	89,2	76,0	68,8	78,5
Região Metropolitana de Porto Alegre	85,4	73,0	86,6	85,8	73,7	86,9	77,6	66,7	79,9
Centro-Oeste	88,6	80,3	89,7	89,8	81,1	90,8	80,5	78,3	81,2
Distrito Federal	91,5	76,1	92,2	91,9	77,7	92,6	82,5	40,0	84,4

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

(1) Exclusive a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclusive a população rural.

Nos grupos etários mais jovens, no caso desta pesquisa, entre as adolescentes, uma em cada dez está trabalhando como empregada doméstica, considerando os dados da PNAD para a faixa etária entre 5 e 17 anos de idade na Região Metropolitana do Recife, conforme mostra a tabela 4.

Tabela 4 - Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, por posição na ocupação, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Crianças e de adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados					
	Total	Posição na ocupação (%)				
		Em pre- gados	Trabalhadores domésticos	Conta- própria	Em prega- dores	Não enumerados
Brasil (1)	5 482 515	36,2	9,0	6,1	0,1	41,2
Norte (2)	258 294	40,1	18,4	9,3	0,1	28,4
Região Metropolitana de Belém	25 999	37,7	19,8	18,0	0,0	21,6
Nordeste	2 332 021	21,2	7,5	7,7	0,1	55,1
Região Metropolitana de Fortaleza	82 667	37,7	15,8	10,4	0,3	32,6
Região Metropolitana de Recife	51 226	48,3	10,3	16,1	0,4	21,9
Região Metropolitana de Salvador	61 020	38,4	9,3	18,7	0,0	31,8
Sudeste	1 583 354	55,6	10,1	5,1	0,0	23,3
Região Metropolitana de Belo Horizonte	83 125	54,1	13,4	6,5	0,4	17,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	85 112	64,8	4,9	11,3	0,0	16,9
Região Metropolitana de São Paulo	309 360	70,4	8,9	6,1	0,0	13,3
Sul	921 264	36,2	6,8	3,8	0,1	43,7
Região Metropolitana de Curitiba	64 490	61,0	7,3	6,8	0,0	19,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	75 669	59,3	6,3	9,6	0,0	21,3
Centro-Oeste	363 349	47,7	12,9	4,4	0,0	30,7
Distrito Federal	23 040	61,5	18,8	2,6	0,0	14,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001: Imigrantes. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.1 CD-ROM.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusiva a população rural.

Assim, em 2001, entre as 110 mil trabalhadoras domésticas da Região Metropolitana do Recife (tabela 1), estavam mais de 5.276 crianças e adolescentes da faixa etária de 5 a 17 anos de idade¹⁰, representando 10,3% das 51.226 crianças e adolescentes que tinham ocupação no mercado de trabalho, em um universo de 801 mil pessoas nesta faixa etária. Este índice, comparado com as demais regiões metropolitanas, está num patamar intermediário entre os índices obtidos nas capitais do Sul e Sudeste – que, com exceção de Belo Horizonte, variam entre 4,9% (Rio) e 8,9% (São Paulo) – e os índices verificados em Belém do Pará, Distrito Federal e Fortaleza, que registram 19,8%; 18,8% e 15,8% respectivamente. Enquanto estas três cidades apresentam índices de trabalho doméstico bem mais próximos entre esta faixa etária específica e o conjunto das mulheres ocupadas com 10 anos de

¹⁰ Os dados aqui utilizados fazem parte de uma tabulação especial produzida pelo IBGE somente no ano de 2001, como matéria especial sobre o Trabalho Infantil no Brasil, por isto estão incluídas as crianças na faixa etária de 5 a 9 anos de idade, que não são contadas nas pesquisas que consideram a População Economicamente Ativa do país, definida como as pessoas com 10 anos de idade para cima.

idade ou mais (Tabela 1), é interessante ressaltar a posição de Salvador e Rio de Janeiro, que mostram uma disparidade muito grande entre os dois índices, indicando que pode haver uma dinâmica diferente dos grupos etários mais jovens no mercado de trabalho evitando o emprego doméstico.

Mas no contexto geral, ressaltando as exceções já mencionadas de Belém do Pará, Fortaleza e Distrito Federal, o índice de crianças e adolescentes engajadas no trabalho doméstico se afasta significativamente do índice de mulheres empregadas domésticas com 10 anos de idade ou mais. Isto indica que o emprego doméstico torna-se mais importante na medida em que as mulheres entram nas faixas etárias mais elevadas, pois, conforme coloquei no início deste capítulo, a proporção de empregadas domésticas entre o total das mulheres ocupadas com 10 anos ou mais de idade alcança a relação de uma em cada cinco trabalhadoras, o que é confirmado por outros estudos sobre o tema (Sabóia, 2000; Barros, 2000).

Os dados sobre a idade de ingresso no mercado de trabalho das crianças e adolescentes ocupadas revelam que para as que moram nas metrópoles nordestinas o início é bem precoce: começaram a trabalhar até os 9 anos de idade 15,2% das que moram em Recife, 16,1% das que moram em Salvador e 19,8% das que moram em Fortaleza. Índice que é bem mais elevado que os 10,7% das crianças e adolescentes que moram em Porto Alegre, 10,3% que moram em Belo Horizonte, 6,1% que moram em São Paulo e 5,8% que moram no Rio de Janeiro e que também começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade.

Mas a grande maioria das crianças e adolescentes que trabalham ingressaram no mercado na faixa etária entre 10 e 14 anos. Os dados da tabela 5, mostram que a situação de Recife reflete a média das outras metrópoles do país, todas com menos de 50% de casos nesta situação, diferenciando-se da situação verificada em Salvador, Fortaleza e Belém, onde há mais de 60% de casos de crianças e adolescentes ocupadas que ingressaram no mercado de trabalho antes de completar 15 anos.

Tabela 5 - Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, com domicílio na zona urbana por grupos de idade em que começaram a trabalhar, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões, e Regiões Metropolitanas	Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade em que começaram a trabalhar			
	Situação do domicílio			
	Total	Urbana (%)		
		Até 9 anos	De 10 a 14 anos	De 15 a 17 anos
Brasil (1)	3 219 881	15,5	55,1	29,4
Norte (2)	258 294	17,4	61,7	20,9
Região Metropolitana de Belém	25 999	7,2	61,1	31,7
Nordeste	979 577	24,4	58,2	17,4
Região Metropolitana de Fortaleza	75 514	19,5	61,6	18,9
Região Metropolitana de Recife	48 897	15,2	47,2	37,7
Região Metropolitana de Salvador	59 120	16,1	60,7	23,2
Sudeste	1 221 246	9,3	52,1	38,6
Região Metropolitana de Belo Horizonte	81 325	10,6	47,8	41,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	82 714	5,8	46,4	47,8
Região Metropolitana de São Paulo	293 077	6,1	47,1	46,8
Sul	498 290	13,3	52,7	34,0
Região Metropolitana de Curitiba	46 998	7,8	48,8	43,4
Região Metropolitana de Porto Alegre	67 605	10,7	43,7	45,6
Centro-Oeste	265 011	14,0	55,1	31,0
Distrito Federal	22 055	9,8	49,1	41,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostragem de domicílios 2001: resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusiva a população rural.

A tabela seguinte torna mais clara a evolução do trabalho em compasso com o aumento da faixa etária de crianças e adolescentes. Primeiramente os dados confirmam o que a tabela anterior já apontava, que o engajamento de crianças com até 9 anos de idade é maior nas áreas metropolitanas do Nordeste, que variam de 4,1 a 7,6% de crianças nessa condição. No outro extremo da tabela, entre adolescentes de 15, 16 e 17 anos, as metrópoles do Sudeste e do Sul oferecem mais oportunidades de trabalho do que as nordestinas.

Tabela 6 - Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, total e sua respectiva distribuição percentual, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, por grupos de idade						
	Total	De 5 a 17 anos (%)					
		De 5 a 9 anos	De 10 a 13 anos	De 10 a 14 anos (1)	De 14 e 15 anos	De 15 e 17 anos (1)	De 16 e 17 anos
Brasil (2)	5 482 515	5,4	23,5	35,3	27,5	59,3	43,6
Norte (3)	258 294	4,4	20,2	27,1	29,4	53,3	46,0
Região Metropolitana de Belém	25 999	2,4	17,4	25,2	28,1	72,4	52,1
Nordeste	2 332 021	8,1	29,9	42,7	27,7	49,2	34,3
Região Metropolitana de Fortaleza	82 667	7,6	25,2	37,7	28,5	54,7	38,7
Região Metropolitana de Recife	51 226	4,1	16,5	25,2	22,7	70,7	56,6
Região Metropolitana de Salvador	61 020	5,2	17,3	30,8	33,2	64,0	44,3
Sudeste	1 583 354	2,2	15,6	26,7	27,1	71,1	55,1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	83 125	1,3	16,9	25,5	21,6	73,2	60,2
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	85 112	0,7	9,9	23,2	25,4	76,0	64,1
Região Metropolitana de São Paulo	309 360	1,9	7,8	17,5	26,6	80,6	63,7
Sul	921 264	5,2	22,7	33,2	27,2	61,6	44,9
Região Metropolitana de Curitiba	64 490	0,6	14,7	21,5	27,7	78,0	57,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	75 669	4,4	10,7	20,8	28,4	74,9	56,6
Centro-Oeste	363 349	3,0	20,4	32,7	27,9	64,3	48,6
Distrito Federal	23 040	0,0	14,5	21,4	20,5	78,6	65,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

(1) Outros grupos de idade. (2) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (3) Exclui a população rural.

Também na renda familiar, as crianças e adolescentes ocupadas nas metrópoles nordestinas têm desvantagem com seus pares do Sul e Sudeste. Há uma grande concentração de crianças e adolescentes das metrópoles nordestinas em famílias situadas nas 3 primeiras classes de rendimento familiar mensal *per capita* – (a) menor que ¼ salário mínimo; (b) de ¼ a ½ s.m.; (c) de ½ a 1 S.M – enquanto que as do Sul e Sudeste se concentram nas 2 últimas classes de renda, numa concentração que varia de 39,7% à 57% das famílias nas faixas de 1 a 2 S.M. e mais de 2 S.M.

Tabela 7 - Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados, residentes em domicílios particulares, totais e sua respectiva distribuição percentual, por classes de rendimento médio mensal familiar per capita, em salário mínimo, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas	Total	Crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, por condição de ocupação e classes de rendimento médio mensal familiar per capita em salário mínimo				
		Ocupados (%)				
		Até 1/4	De 1/4 a 1/2	De 1/2 a 1	De 1 a 2	Mais de 2
Brasil (1)	5 421 773	24,9	22,9	24,9	15,8	8,2
Norte (2)	246 062	13,1	28,2	34,4	15,4	6,7
Região Metropolitana de Belém	23 665	11,2	23,0	34,2	17,1	9,2
Nordeste	2 304 746	41,5	29,6	18,9	4,6	1,7
Região Metropolitana de Fortaleza	79 514	19,0	29,6	27,8	13,8	6,9
Região Metropolitana de Recife	50 379	17,7	26,5	34,5	12,2	5,0
Região Metropolitana de Salvador	59 121	11,4	35,0	34,6	12,1	3,9
Sudeste	1 570 142	10,4	16,9	28,6	25,4	14,9
Região Metropolitana de Belo Horizonte	82 406	10,9	11,4	35,4	31,0	8,7
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	85 112	6,3	9,9	31,7	33,1	14,8
Região Metropolitana de São Paulo	306 789	5,9	8,1	21,8	31,0	26,0
Sul	916 651	15,5	17,3	28,4	24,4	12,5
Região Metropolitana de Curitiba	64 490	4,5	14,1	26,0	34,5	19,8
Região Metropolitana de Porto Alegre	75 049	3,9	12,9	23,7	36,4	20,1
Centro-Oeste	359 794	10,9	17,9	32,8	25,9	10,7
Distrito Federal	22 056	1,8	16,1	25,0	30,4	24,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostragem de domicílios 2001: moradores. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

Nota: Pessoas com rendimento familiar.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui a população rural.

Ainda para contextualizar a importância do trabalho doméstico de crianças e adolescentes é preciso considerar a relação entre o salário percebido e as posições de sexo e nível de escolaridade. Conforme os dados da tabela 8, as mulheres ganham menos que os homens em qualquer dos níveis de escolaridade verificados na pesquisa, com salários que variam de 55 a 60% do salário recebido pelos homens. Em valores brutos, os salários são mais baixos nas três metrópoles nordestinas quando comparadas com qualquer das outras.

Tabela 8 - Rendimento médio mensal da população ocupada, em reais, por grupos de anos de estudo e sexo, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões, e Regiões Metropolitanas	Rendimento médio mensal da população ocupada, por grupos de anos de estudo e sexo (R\$)								
	De 4 a 7 anos			8 a 10 anos			11 anos ou mais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Brasil (2)	376,70	445,10	245,20	476,30	574,20	323,10	1 086,90	1 376,70	785,90
Norte (3)	344,10	404,10	220,60	406,40	491,30	264,70	899,00	1 117,10	666,10
Região Metropolitana de Belém	305,30	357,70	213,30	357,80	423,10	259,30	917,50	1 112,20	706,40
Nordeste	242,30	286,50	159,80	328,90	409,60	215,10	779,50	1 029,70	561,50
Região Metropolitana de Fortaleza	269,80	327,90	185,20	336,70	417,10	238,90	954,50	1 268,80	660,20
Região Metropolitana de Recife	271,10	316,30	190,50	359,10	431,50	240,10	966,70	1 198,90	725,80
Região Metropolitana de Salvador	274,20	331,00	180,00	349,00	428,30	239,10	1 014,90	1 300,60	728,70
Sudeste	427,20	506,00	280,00	525,80	627,30	363,30	1 211,80	1 502,40	893,60
Região Metropolitana de Belo Horizonte	364,40	434,80	240,00	471,20	561,30	320,80	1 048,80	1 300,10	807,10
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	400,90	475,90	281,30	494,20	565,80	375,10	1 272,70	1 536,40	966,20
Região Metropolitana de São Paulo	525,90	614,80	381,20	624,00	750,10	443,90	1 497,50	1 836,00	1 121,30
Sul	412,60	480,60	271,10	498,50	595,70	342,60	1 040,40	1 321,20	737,70
Região Metropolitana de Curitiba	418,70	494,10	294,70	533,10	642,90	332,30	1 217,20	1 502,10	857,10
Região Metropolitana de Porto Alegre	425,90	506,30	296,20	491,70	584,40	364,30	1 269,20	1 568,20	971,80
Centro-Oeste	386,30	464,00	233,60	479,20	585,00	315,10	1 206,90	1 572,40	843,40
Distrito Federal	425,70	496,20	308,80	578,20	693,70	430,00	1 635,90	2 048,70	1 228,10

Fonte: Pesquisa nacional por amostragem de domicílios 2001: métodos. Rio de Janeiro: IBGE.

Nota: Rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade com rendimento.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclusiva a população rural.

E mais um fator a considerar é o peso da contribuição financeira do rendimento proveniente do trabalho de crianças e adolescentes sobre o orçamento familiar. Neste aspecto, as crianças e adolescentes do Recife são as que mais contribuem com a manutenção da família, conforme mostra a tabela 9. Contribuindo com 22,5% do orçamento familiar, o trabalho de crianças e adolescentes no Recife ganha uma dimensão social muito mais relevante na sociedade, o que não pode ser menosprezado levando em conta o contingente de pobres e miseráveis que vivem em Recife.

Tabela 9 - Contribuição percentual do rendimento médio mensal das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade ocupados no rendimento médio mensal familiar, por situação do domicílio, segundo as Grandes Regiões e Regiões Metropolitanas - 2001

Grandes Regiões, e Regiões Metropolitanas	Contribuição percentual do rendimento médio mensal das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos ocupados no rendimento familiar		
	Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural
Brasil (1)	16,3	15,9	19,0
Norte (2)	14,9	14,9	-
Região Metropolitana de Belém	16,9	16,9	-
Nordeste	18,4	17,9	19,9
Região Metropolitana de Fortaleza	15,4	15,7	7,4
Região Metropolitana de Recife	22,5	22,4	31,5
Região Metropolitana de Salvador	13,8	13,9	13,2
Sudeste	15,9	15,8	17,0
Região Metropolitana de Belo Horizonte	14,9	14,9	23,3
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	19,3	19,4	9,6
Região Metropolitana de São Paulo	15,0	15,1	11,2
Sul	16,1	15,6	19,8
Região Metropolitana de Curitiba	19,4	18,4	23,7
Região Metropolitana de Porto Alegre	17,4	17,0	28,4
Centro-Oeste	15,6	15,0	23,0
Distrito Federal	16,2	16,0	20,1

Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2001: métodos. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 1 CD-ROM.

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Exclui a população rural.

1.2.2 – Outras fontes de dados

No estudo denominado *O Trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil*, Barros (2000) propõe um olhar sobre o trabalho doméstico a partir de fatores que seriam determinantes para determinar o risco de engajamento de uma criança ou adolescente neste mercado, tais como: idade, gênero e raça; capacidade dos adultos de auferir renda para a família; nível de escolaridade dos pais; a atratividade do mercado de trabalho no serviço doméstico frente as demais alternativas para este grupo etário; condição de atratividade da escola e histórico escolar. As conclusões do estudo de Barros não surpreendem em nada: a) os meninos são os mais vulneráveis ao trabalho, de uma maneira geral, exceto no trabalho doméstico, onde as meninas são maioria absoluta; b) a renda domiciliar e o nível de escolaridade da mãe reduzem a probabilidade de trabalho infantil; c) quanto mais atrativa for a escola menor é a

chance das crianças ingressarem no mercado de trabalho; d) o salário relativo local no serviço doméstico não é determinante para o engajamento neste mercado (não poderia ser, pois os salários percebidos são baixíssimos).

Já Sabóia (2000) apresenta aspectos relevantes para o reconhecimento do contexto sócio-econômico das crianças e adolescente empregadas domésticas, utilizando dados da PNAD 1998.

Quadro 1 – Resultados da pesquisa sobre emprego doméstico de crianças e adolescentes baseada nos dados da PNAD 1998

- 20,8% das meninas empregadas domésticas da região Nordeste residem no emprego;
- 39,2% do universo das meninas empregadas domésticas no Nordeste não estudam (entre as que não residem no emprego o índice decresce para 34,3%, e entre as que residem cresce para 57,7%);
- o trabalho doméstico é atrativo para alguns grupos sociais, quando se comparar a renda dele à renda obtida em outros trabalhos realizados por meninas de idades e condições sociais semelhantes;
- porém, as jornadas de trabalho das meninas empregadas domésticas são bem mais elevadas do que as jornadas das meninas ocupadas em outras atividades – as meninas domésticas enfrentam jornadas de trabalho que vão de 40 horas/semanais, quando não residem no emprego, até mais de 50 horas no caso das que residem no emprego;
- quanto à família, metade das meninas empregadas domésticas são provenientes de famílias com rendimento familiar *per capita* de até ½ SM, cujos pais apresentam baixa ou nenhuma instrução (30,3%).

Fonte: Sabóia, 2000.

Organização: Tavares, M.A.

Os dados obtidos na pesquisa empreendida por Tavares (2002a), a partir de uma amostra¹¹ de 200 adolescentes empregadas(os) domésticas(os) na cidade do Recife contribuem para melhor contextualizar e caracterizar esse trabalho.

¹¹ Não se trata de uma amostra no sentido de uma construção estatística. O termo é utilizado na pesquisa para designar o número de crianças e adolescentes identificadas. Diante da dificuldade de localizar e entrevistar o público e na falta de dados estatísticos mais precisos sobre o número de crianças e adolescentes empregadas domésticas, a 'amostra' foi definida com base nos objetivos do projeto, relacionados ao atendimento sócio-educativo e, sendo assim, os resultados não são estatisticamente generalizáveis para todo o conjunto da população em questão.

Quadro 2 – Resultados da pesquisa sobre emprego doméstico de crianças e adolescentes na Cidade do Recife

- 94,5% da amostra eram adolescentes do sexo feminino;
- 55,5% estavam na faixa etária acima de 15 e abaixo de 18 anos de idade;
- 69% eram de cor parda ou negra;
- 93,5% eram solteiras e 93% não tinham filhos;
- 69% eram nascidas na Região Metropolitana do Recife (69%);
- ¾ delas (75,0%) estavam freqüentando regularmente a escola;
- 64,7% destas cursavam o Ensino Fundamental 2 (5ª à 8ª série).
- 56% estudavam no turno da noite
- Das 25% que não freqüentavam uma escola (25,0%), alegaram incompatibilidade com o trabalho 38,3% e a falta de vagas 23,4%.
- Por situação ou regime de trabalho¹², observou-se que os principais segmentos eram compostos por: Mensalistas não-residentes (47,5%); Mensalistas residentes (28,5%); e Diaristas (18,5%).
- As relações de trabalho mantidas entre os patrões e as crianças e adolescentes do conjunto amostral eram muito precárias, pois 22,4% destas ainda não se beneficiavam com nenhum dos direitos trabalhistas elementares.
- Outros dados confirmaram a precariedade no trabalho: apenas duas entre as 200 pesquisadas possuíam carteira de trabalho assinada (sendo 111 as que possuíam idade legal para trabalhar); 3,1% recebiam 13º salário; 4,4% gozaram férias e 6,1% recebiam vale-transporte ou auxílio em dinheiro. Entre as mensalistas (76% da amostra ou 152 pessoas) 64% tinham a folga semanal que prevê a legislação e as demais tinham folga quinzenal ou mensal.
- 83 crianças e adolescentes pesquisadas (41,5% da amostra) trabalhavam mais de 40 horas semanais, 21% trabalhavam de 30 a 40 horas semanais e 15,5% trabalhavam mais de 20 até 30 horas semanais. Das que trabalhavam mais de 40 horas semanais, 60% eram mensalistas residentes.
- Das entrevistadas 78% ganhavam menos que um salário mínimo. Entre as 83 que trabalhavam mais de 40 horas semanais, 62,5% (55) ganhavam menos que 1 S.M. e entre estas 39 ganhavam até R\$ 100,00 (o salário mínimo vigente em julho de 2002 era de R\$ 180,00).

Fonte: Tavares (2002a) Organização: Tavares, M.A.

¹² A partir de pesquisa bibliográfica em literatura sobre o trabalho doméstico, especialmente das ciências sociais e jurídicas, foram formuladas 3 classificações para distinguir diferentes vínculos ou regimes de trabalho, a saber: a) *mensalista não-residente* é aquela situação em que a empregada doméstica tem uma jornada fixa de trabalho, normalmente nunca inferior a 20 horas semanais, recebendo mensalmente seu salário e retornando diariamente à sua casa; b) *mensalista residente* é aquela em que à jornada de trabalho, normalmente não inferior a 40 horas semanais, é adicionada a situação de ter que dormir no trabalho durante todos os dias da semana com exceção do(s) dia(s) de folga, potencializando a exploração e o controle dos patrões sobre a empregada doméstica; c) diarista ou prestadora de serviço refere-se às situações em que a pessoa tem a possibilidade de estabelecer relações de trabalho com mais de um contratante, geralmente com jornada semanal correspondente a um ou dois dias de trabalho. Sobre a noção de “residente”, Tavares explica: “Utilizamos o termo ‘residente’ porque entendemos que a situação vivida pela empregada doméstica que dorme todos os dias no local em que trabalha delimita também a sua vida pessoal, pois, embora ela possa ter sua própria casa para morar, ela só se ausenta do local de trabalho um dia na semana ou um dia na quinzena...” (2002a: 68). Em outras palavras, a vida social da empregada doméstica que dorme no trabalho todos os dias com exceção dos dias de folga é carregada de referências objetivas e subjetivas a esta situação. A mesma nomenclatura foi adotada posteriormente em pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (2003).

É preciso partir desses números para entender a dimensão do trabalho doméstico na vida de adolescentes das classes populares do Recife. O tamanho do emprego doméstico no Recife leva a crer na possibilidade de que sempre haverá pelo menos uma pessoa de referência para essas adolescentes que seja empregada doméstica: no grupo familiar nuclear ou ampliado, na vizinhança ou entre o grupo de amigos da família. Traduzindo isto, na prática, é sempre possível para essas meninas receber um convite para trabalhar como empregada doméstica na casa de um vizinho, amigo da família, de patrões ou parente de patrões de alguém de seu grupo familiar e de amizade que trabalhe nos serviços domésticos. E este convite, na maioria das vezes, chega na casa das adolescentes e sem exigências burocráticas e mesmo sem exigir experiência, torna-se a forma mais fácil de conseguir um trabalho.

Em outras palavras, o que quero afirmar é que nem as explicações que se fundamentam nas relações entre os gêneros, nem as explicações que se fundamentam na situação econômica das famílias que vivem em estado de pobreza são suficientemente fortes para explicar porque milhares de adolescentes brasileiras ainda hoje estão trabalhando como empregadas domésticas, mesmo não sendo este o seu desejo. A razão disto também deve ser procurada fora do âmbito familiar, na dinâmica do mercado de trabalho, onde a *oferta de trabalho* para adolescentes das classes populares não possibilita o engajamento destas em outro tipo de trabalho senão o trabalho doméstico.

Ao analisar uma série de dados quantitativos produzidos pelo IBGE/UNICEF em 1981 e 1990 sobre crianças e adolescentes que só estudam, que estudam e trabalham, que só trabalham e que somente cuidam dos afazeres domésticos, agregados por grandes regiões e diferenciados por zonas rural ou urbana, Madeira (1997) constata que os adolescentes trabalhadores são proporcionalmente mais representativos, em relação ao conjunto de sua faixa etária, nas regiões Sul e Sudeste do que no Norte e Nordeste, e na zona urbana mais que na zona rural, contrariando as especulações simplistas de que o trabalho infanto-juvenil é fruto da

pobreza das famílias. E, no Nordeste, o emprego doméstico é a principal oportunidade de trabalho que é oferecido para adolescentes do sexo feminino, conclui a autora.

Concordando com Madeira (1997), considero que a oferta de trabalho é um fator muito mais forte que o componente ideológico da socialização diferenciada de meninos e meninas para explicar o engajamento de meninas no emprego doméstico. Mesmo não sendo atrativo para as adolescentes, as condições de acesso ao mercado de trabalho faz com que o emprego doméstico ainda permaneça como uma forte “opção” para a mulheres das classes trabalhadoras.

Porém, isto não significa dizer que o mercado de trabalho seja indiferente às ideologias dominantes e, portanto, que tenha alguma neutralidade e não reproduza as discriminações de classe, gênero, raça e idade na sua estrutura de distribuição de postos e oportunidades de trabalho. Se fosse assim, como explicar que os negros, as mulheres e os jovens compõem a maioria das ocupações consideradas socialmente como sendo de pouco prestígio e, por isto, mal remuneradas?

Por isto, o emprego doméstico oferece um ângulo singular para se observar às particularidades da inserção feminina no mercado de trabalho. O ingresso no mercado de trabalho dos serviços domésticos através de indicações de outras empregadas ou empregados domésticos – porteiros, caseiros, zeladores e motoristas – ou da rede de relações de parentesco e amizade, representa a submissão das trabalhadoras domésticas ao lugar que foi conformado para elas, que se revela na criação arquitetônica brasileira: a área de serviço, com acesso pela porta dos fundos dos apartamentos, onde se chega pelo “elevador de serviço”.

Porque o emprego doméstico, valendo-se dos mecanismos informais de recrutamento e seleção, do boca a boca dos patrões com os empregados, vai se perpetuando como um espaço das discriminações de cor, gênero e idade para o exercício profissional: mulheres adultas ou idosas, negras ou “quase negras” são boas cozinheiras; jovens brancas ou “quase brancas” servem melhor para cuidar das

crianças; homens jovens negros ou “quase negros” para limpar o quintal e lavar carros; homens adultos brancos ou “quase brancos” para servirem como zeladores e motoristas.

A preferência do mercado de trabalho em contratar mulheres jovens para os cuidados das crianças pode ser verificado em uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho em três cidades brasileiras: Recife, Belo Horizonte e Belém¹³. Entre 954 meninas da faixa etária de 5 a 17 anos pesquisadas, constatou-se que as atividades mais rotineiras desse grupo eram arrumar a casa (680 freqüências) e cuidar de crianças (603 freqüências), enquanto que apenas 113 cozinham. E entre as que cuidavam de crianças, 55,58% estava na faixa etária de 12 a 15 anos e 40% na faixa de 16 a 17 anos (OIT, 2003: 26 e 27).

Esta mesma pesquisa também informa que 86% das mães das crianças e adolescentes empregadas domésticas conheciam e tinham confiança na pessoa para quem a filha fora trabalhar (OIT, 2003: 257). Isto revela um outro lado dessa forma ‘personalizada’ de estabelecer essa relação de trabalho: ela se constrói sobre vínculos afetivos, que podem ser fortes ou fracos, mas que sustentam as interações sociais estabelecidas entre a menina e a família empregadora. Há também relações de amizade e parentesco envolvendo a família das adolescentes com outras famílias, situação que ainda hoje faz com que meninas do campo venham morar na casa das madrinhas nos bairros da cidade, onde estudam e ajudam no trabalho doméstico. Esta prática, embora, aparentemente, seja menos comum atualmente, mostra que no engajamento de adolescentes no trabalho doméstico remunerado entram em jogo aspectos culturais relacionados aos padrões de significados incorporados às formas simbólicas que são construídas e compartilhadas na interação social. O compadrio é uma dessas formas (Arantes Neto, 1975).

¹³ Dados publicados no relatório *O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido*. Organização Internacional do Trabalho, Brasília, 2003, 274p.

Ainda que não se constitua uma situação de apadrinhamento, muitas crianças vão trabalhar fora de suas cidades a partir de uma relação mais ou menos distante entre sua família e uma outra família, estabelecidas por seus pais, mas sem que haja intimidade real entre as partes, como demonstra o depoimento de uma das informantes:

Eles [o pai e a patroa] são muito amigos... eles se conhecem e ela foi lá pra casa me buscar. Perguntou ao meu pai se ele deixava, ou eu, ou uma das minhas irmãs, trabalhar. Aí ele perguntou se eu queria vir. Eu disse que queria. Mas foi que depois a mulher ficou ruim... Também ele não sabia que ela era ruim daquele jeito... Aí começou a dar em mim... fazer coisa... Aí eu não agüentei mesmo e fugi. (Josefa, 16 anos).

Os protagonistas da negociação, nestes casos, os pais, conhecem as pessoas que querem levar suas filhas para trabalhar, porém não tem convivência cotidiana com esses. Deixar as filhas distantes do seu cuidado parte de um sentimento de confiança nas pessoas que as estão levando.

A idade de entrada no mercado de trabalho se dá, sobretudo, até os 14 anos de idade para 72% das crianças e adolescentes que trabalham na Região Metropolitana do Recife, sendo que 15% começaram a trabalhar antes de completar 9 anos de idade (Tabela 5). Daí esta confiança que 86% das mães dizem sentir sobre as pessoas com quem as filhas foram trabalhar é necessária para viabilizar o emprego doméstico, ainda que nem sempre possa ser confirmada no cotidiano, mas 83% das famílias afirmaram conhecer os patrões e o local onde a filha trabalhava, segundo a pesquisa da OIT (2003: 52).

Mesmo que estes eventos não sejam premeditados como estratégia racionalmente planejada para as filhas, a chance de aparecer uma pessoa procurando uma menina para trabalhar parece ser tratada como uma oportunidade, ora por parte dos pais ou de um dos pais, ora por parte da própria menina, como uma forma de aliviar as pressões que fazem parte da luta pela sobrevivência entre os pobres.

A renda das famílias das crianças e adolescentes empregadas domésticas situa-se na faixa de até dois salários mínimos para 74,5% da amostra pesquisada em Recife (Tavares, 2002a: 40) e para 89,5% das famílias de origem desse público na consolidação dos dados das três cidades pesquisadas pela OIT – Recife, Belo Horizonte e Belém do Pará (OIT, 2003: 49). Por isto é muito forte a motivação econômica no processo de entrada no mercado de trabalho, e é isto um dos fatores que explica a precocidade deste evento.

Mas esta motivação econômica não está obrigatoriamente relacionada à satisfação de necessidades básicas. Hoje todos nós, e especialmente o jovem, somos bombardeados por mensagens midiáticas que associam o viver bem às possibilidades reais de consumo que uma pessoa pode alcançar. A imensa massa de jovens das classes trabalhadora mais pobre está alijada desse consumo. Então o emprego doméstico passa a ser uma oportunidade para se alcançar a dimensão do consumo na vida das adolescentes das classes populares, como se verificará nos dados coletados.

Observado deste ponto de vista, o trabalho de adolescentes mostra uma outra lógica, complementar as estratégias de sobrevivência da família, que Madeira chama de “estratégias de estilo de vida”, que está presente não só entre as classes populares, mas também entre as classes médias (Madeira, 1997).

1.3 – Breve perfil das(os) adolescentes entrevistadas(os)

A partir das entrevistas, elaborei quadros para facilitar a caracterização do grupo, que passo agora a analisar.

Quadro 3 – Informantes segundo idade, condição escolar e características familiares (2001 e 2004)

Nome	Idade	Escolaridade	Estuda?	Nº de irmãos	Posição no grupo de irmãos	Local de moradia da fam.	Trabalho Mãe	Trabalho Pai
Fabiana	12 anos	5ª série	Sim	2H/1M	Caçula	Recife	dona de casa	Biscates
Rosália	13 anos	3ª série	Sim	1H/2M	3ª	Recife	dona de casa	Pedreiro
Silvana	13 anos	4ª série	Sim	2H/2M	Caçula	Recife	dona de casa	NI/NSI
Neide	14 anos	7ª série	Sim	4H/1M	5ª filha / única mulher solteira	Recife	Doméstica	Trab. Rural
Eduardo	14 anos	4ª série	Sim	1H	Caçula	Recife	Cozinheira	Não tem contato
Danielli	15 anos	5ª série	Não	1H/1M	Do meio	Vitória Sto Antão	Aposentada	Biscates
José Carlos	15 anos	3ª série	Não	2H/3M	Mais velho dos que moram com os pais	Quipapá	dona de casa	Agricultor familiar
Kiara	16 anos	1º ano E.M.	Sim	4M	Mais velha dos que moram com os pais	Recife	dona de casa	Vigia
Mônica	16 anos	5ª série	Não	2M/4H	Mais velha dos que moram com os pais	Barreiros	Dona de casa	Aposentado
Josefa	16 anos	Analfabeta	Não	12	8ª	Timbubá	Dona de casa	Trab. Rural
Ivanice	17 anos	5ª série	Não	11	Caçula (ela e uma irmã foram dadas p/ outra família)	Não tem (Recife)	Órfã, foi criada por um casal, mas afastou-se devido a maus tratos	
Jaqueline	17 anos	1º ano E.M.	Sim	2H/3M	Mais velha	Recife	Doméstica	Falecido
Eliana	17 anos	8ª série	Não	1H/1M	Do meio	Jurema	Trab. Rural	Trab. Rural
Verônica	17 anos	1º ano E.M.	Sim	4H/2M	2ª mais velha	Recife	Lavadeira	NS/NSI
Edja	18 anos*	2º ano E.M.	Sim	4M	3ª	Recife	Doméstica	Biscates

* A adolescente fez aniversário no período entre a aplicação do questionário e a entrevista onde se tomou seu depoimento, por isto é a única do grupo com esta idade, porém, para os objetivos desta pesquisa, não havia porque desconsiderar sua experiência.

Como me referi anteriormente, a escolha das entrevistadas ocorreu a partir da enquete feita com 200 adolescentes em 2001, onde as características de idade, sexo, escolaridade e local de moradia da família (para representar os grupos de migrantes ou não migrantes) foram os principais fatores de controle utilizados para a definição de qual seria a composição do grupo a tomar os depoimentos na constituição de histórias de vida. Isto foi feito para que a escolha dos informantes não fosse feita de

forma aleatória ou distorcida, privilegiando ou ignorando certas características gerais encontradas na amostra de 200 adolescentes que responderam ao questionário estruturado.

Daí, no grupo de informantes temos 8 adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos, 2 adolescentes do sexo masculino, 9 adolescentes estudantes e 10 adolescentes cujas famílias moram em Recife, o que faz deste grupo de informantes um sub-grupo com aspectos similares ao grupo do qual foram selecionadas, a não ser pela proporcionalidade entre os sexos, pois optei pela inclusão de dois adolescentes do sexo masculino para observar como as situações de trabalho doméstico de homens se diferenciam, ou não, das situações que vivem as mulheres.

No *Quadro 1* é possível perceber que as adolescentes entrevistadas fazem parte de famílias numerosas: a exceção de três casos, todos os outros têm no mínimo três irmãos/ãs, e o número de adolescentes que têm 4 irmãos chega a dez.

Quanto a uma possível correlação entre o ingresso da adolescente no serviço doméstico remunerado e a posição que ocupa no grupo de irmãos, que Heilborn (1997) considera como fator determinante a levar as meninas mais velhas entre irmãos a se engajar neste tipo de serviço, esta correlação somente poderia ser evocada nos casos de Jaqueline e Verônica, mais velhas do grupo de irmãos/ãs, ou de Kiara e de Mônica, como as mais velhas da casa embora não do grupo de irmãos/irmãs, assim como José Carlos, mas este é homem. Neide é um exemplo típico de filha que é envolvida no serviço doméstico por ser a filha mulher, pois, no caso dela, a mãe foi quem migrou para trabalhar deixando os cinco filhos com a avó e, tempos depois, trouxe Neide para morar com ela na casa da patroa e “ajudar” no serviço, sem trazer os filhos homens.

Porém, ainda que esta correlação seja válida nestes casos, ela é insuficiente para explicar o engajamento das adolescentes neste mercado de trabalho. Nos casos de Eliana, Josefa e José Carlos, elas filhas de trabalhadores rurais e ele filho de um pequeno produtor rural, o emprego doméstico foi a oportunidade para quem

precisava trabalhar (a fim contribuir com as escassas economias destas famílias rurais), e não encontrava oportunidade de trabalho na sua região de origem, de acordo com os seus depoimentos. Para Josefa, a decisão foi mais do pai do que dela, pois a patroa foi buscá-la em casa por ser uma pessoa conhecida do pai. Com Eliana também foi quase a mesma história, embora ela já havia decidido antes procurar trabalho, mesmo contrariando a vontade do pai e da mãe. José Carlos contou com a ajuda de uma irmã que já estava trabalhando como empregada doméstica em Recife. Danielli não pertence a família de trabalhadores ou produtores rurais, mas também não encontrou oportunidade de trabalho em Vitória do Santo Antão e veio para Recife para trabalhar, como também fez Mônica, saindo de Barreiros. Ivanice precisava de um lugar para morar e também de dinheiro para se sustentar quando resolveu fugir de sua família adotiva e ficou vagando pelas ruas de Recife, junto com sua irmã. Em todos estes depoimentos fica evidente a vontade ou a necessidade de trabalhar e a dificuldade de operacionalizar esta vontade-necessidade sem alterar a sua relação com a família e com a comunidade, uma vez que a conquista do trabalho exigia deslocamento e este exigia um outro lugar para morar.

Assim, o que quero mostrar é que o engajamento no emprego doméstico não pode ser entendido exclusivamente pelas relações de gênero e a posição no grupo de irmãos e irmãs, pois pesam também outros fatores relacionados à oferta de trabalho no mercado para esse público (Madeira, 1997).

Entendo que a migração que aqui aparece não é apenas a que se realiza para melhorar as condições econômicas do sujeito, mas, ainda que contendo este aspecto, é uma migração que possibilita escapar das tensões familiares e das pressões do meio social, idéia esta que foi bem desenvolvida por Girard e Turchi (1991). As autoras notam também que os aspectos de atração, como a vida na cidade e os recursos simbólicos e materiais que ela oferece, além da própria questão do potencial do mercado de trabalho, são mais acentuados pelas empregadas

domésticas migrantes do que os fatores de expulsão relacionados às dificuldades financeiras, o que, a meu ver, reforça a idéia de uma migração movida também pelo desejo e não só pela necessidade.

Esta interação vontade-necessidade pode ser retomada em outras experiências, já não mais de migrantes, mas das adolescentes que vivem nas periferias da cidade do Recife. Considerando o tamanho das famílias e a pouca possibilidade dos pais em obter uma renda que seja suficiente para prover as necessidades familiares – trata-se de trabalhadores manuais, eventuais e aposentados – a necessidade que essas adolescentes tem de trabalhar guarda, evidentemente, relação com uma necessidade econômica primária. Porém, quando se expressam, mobilizam outros elementos discursivos. Este é o caso de Kiara, Verônica, Edja, Jaqueline, Eduardo, Rosália e Fabiana, que afirmaram ter como principal razão de se engajar neste mercado de trabalho a necessidade-vontade de comprar suas próprias coisas, sem depender do pai ou mãe.

Tabela 10 – Principal motivo alegado pelas informantes para trabalhar (2001 e 2004)

Respostas	Freq.
Ajudar a mãe / família	6
Se autosustentar / comprar suas coisas	6
Decisão do pai / da família	1
Para ter onde morar	1
Para ficar junto com a mãe	1

Sendo a mais velha que os 5 irmãos/irmãs em uma família chefiada por mulheres (mãe e avó), Jaqueline conta o que a mobilizou para ir trabalhar como empregada doméstica aos 11 anos de idade:

*Eu queria porque pelo menos eu tinha meu dinheiro. Não era um dinheirão, mas **eu tinha o meu dinheiro**. [Antes] eu ficava dependendo da minha mãe, querendo um negócio, mas não podia comprar porque não tinha o dinheiro na hora. (Jaqueline, 17 anos) (destaque meu).*

Mas quando indagada sobre como utiliza os R\$ 120,00 que ganha por mês, ela conta que retira de R\$ 20 a R\$ 40 para dividir com sua mãe e sua avó, e o

restante usa para pagar suas roupas. Como disse Fabiana: “*adolescente tem que se vestir muito bem, não é?*”. Ou, na percepção de Danielli sobre as diferenças entre sua infância e sua adolescência: “*melhor agora que dá pra comprar as coisas da gente*”, que é a mesma percepção de Verônica sobre sua adolescência.

Isto aponta para o que tenho afirmado de que o trabalho doméstico de adolescentes, especificamente, mas também pode ser estendido para outros trabalhos de adolescentes, não se pode explicar apenas alegando a *necessidade* econômica destes que pertencem a famílias com poucos ingressos financeiros, mas também à vontade de participar da sociedade como sujeito que consome, pois esta é a dimensão que mais é valorizada pelos meios de comunicação de massa (Bourdieu, 1983; Madeira, 1997).

Assim, através do emprego doméstico, são operacionalizadas estratégias para melhorar a renda familiar, conquistar uma situação de auto-sustento e até mesmo conseguir estas situações combinadas com a moradia necessária para migrar para a cidade.

Girard (1993, 1996), escrevendo sobre cidadania e cultura das empregadas domésticas, afirma que são as biografias que permitem desenhar os contornos de uma cultura específica, que dota as trajetórias individuais de um sentido. Esta cultura específica, continua a autora, é construída a partir de diferentes posições dos indivíduos e grupos sociais, da interação entre a identidade individual e a cultura, e dos movimentos de construção recíproca, que resulta na constituição de um determinado tipo de capital simbólico que se expressa nas representações simbólicas e nas ações práticas. Em resumo, na interação entre identidade individual e cultura, as razões que levam mulheres a serem empregadas domésticas não são as mesmas para as diferentes situações verificadas em seus grupos sociais de origem, como se pode constatar pelas evidências empíricas desta pesquisa.

Pensando sobre esta interação entre identidade individual e cultura, uma outra questão que pode ser levantada é se a “utilização”, pela adolescente, dos aspectos

do emprego doméstico que podem ser favoráveis ao seu projeto de mobilidade social parte de sua própria experiência ao se lançar no emprego doméstico, ou se isto seria previamente transmitido por pessoas “de dentro” deste mercado, conhecedores destas possibilidades e utilizando estas para promover o acesso das adolescentes ao emprego doméstico. Ou seja, seria a trajetória do emprego doméstico planejada estrategicamente pelas adolescentes, uma vez que conhecem os limites e as possibilidades deste como uma etapa, um degrau a ser superado para alcançar objetivos maiores? Isto é o que parece quando se toma dos depoimentos que todas, sem exceção, referem-se ao emprego doméstico como algo transitório, uma fase a superar, que não planejam continuar.

Como se vê no quadro seguinte, das 15 entrevistadas 11 têm familiares que trabalham no mercado dos serviços domésticos, o que é um forte indício de que ocorra uma transmissão cultural sobre esta relação de trabalho específica, ainda mais considerando que todos os familiares relacionados são do sexo feminino e que são parentes próximos, predominantemente mãe e irmãs, ou tias. É muito provável que o engajamento dessas adolescentes no emprego doméstico seja previamente preparado, se não diretamente, indiretamente através das conversas familiares que normalmente incluem comentários sobre o local e as relações de trabalho.

Quadro 4 – Parentes das informantes que estão engajados no Trabalho Doméstico Remunerado (2001 e 2004)

Adolescentes Empreg. Domésticas	Familiares engajadas no TD
Danielli	Irmã
Edja	Mãe / irmãs
Eduardo	Mãe
Eliana	Tia
Fabiana	--
Ivanice	Irmã / tia
Jaqueline	Mãe
José Carlos	Irmã
Josefa	Irmã
Kiara	Irmã
Mônica	--
Neide	Mãe/irmã
Rosália	--
Silvana	--
Verônica	Mãe/irmã

Observando as informações sobre como conseguiram o primeiro emprego doméstico, percebe-se novamente uma influência direta dos familiares, ou indireta nos casos em que foram amigos da família ou que a patroa foi buscar a adolescente em casa, o que normalmente ocorre por haver uma relação pessoal ou profissional com os pais da adolescente. Além da influência, o que está implícito nestas formas de engajamento é a participação da família e da própria adolescente em uma rede de conhecimentos sobre o mercado de trabalho doméstico, que opera informalmente através das empregadas e empregados domésticos que deve levar informações, de um lado, para as classes trabalhadoras sobre oportunidades de emprego e até sobre o tipo de empregadores que estão demandando empregadas, e de outro lado, para as famílias empregadoras, sobre a experiência e as referências das candidatas ao emprego doméstico, uma vez que os empregadores procuram referências que dêem segurança para contratar uma pessoa estranha.

Tabela 11 - Como conseguiu o 1º emprego doméstico (2001 e 2004)

Respostas	Freq.
Através de parente trab.doméstica*	6
Através de amigas da família	4
Foi trabalhar para vizinhos	3
A patroa foi buscar em casa	2
Total	15

Porém, se é bem provável que as adolescentes entrem no emprego doméstico já cientes das possibilidades e dificuldades que este apresenta, é importante não reduzir a trajetória que ela porventura pode desenhar para sua vida através do emprego como uma construção totalmente objetiva. Um dos elementos para compreender como se dará esta inserção social é o sentido que o indivíduo dá a esta trajetória, ou seja, como ele opera recursos subjetivos para enfrentar as situações específicas de um sistema que é dado. A construção do sentido que é atribuído à trajetória traçada não é feita somente a partir de sua posição individual, de sua experiência ou opinião, mas é igualmente referenciado a uma sorte de identidade-tipo que é reconhecida em seus pares, às quais ele procura se associar

ou distanciar. É um processo constituído a partir de uma memória social, passa pela experimentação própria, mas que é também assimilação e incorporação de “modelos” relacionados à essa condição social da empregada doméstica, dando um sentido todo particular à interpretação da trajetória (Anderfuhren, 1999: 233).

Uma outra interpretação possível sobre a forma que se dá o engajamento das adolescentes no trabalho doméstico através da rede de familiares e amigos, diz respeito ao que podemos chamar de “opção única de trabalho, retomando a idéia que apresentei na Introdução deste trabalho, e que é afirmada também na pesquisa de Madeira (1997) sobre a trajetória das meninas dos setores populares. Madeira, analisando dados estatísticos sobre trabalho de adolescentes nas grandes regiões do país, mostra que no Nordeste o emprego doméstico é o principal setor empregador de adolescentes, mais do que nas regiões Sudeste e Sul, onde a participação dos adolescentes na força de trabalho é mais significativa e proporcionalmente maior que nas demais regiões. Como disse Mônica, uma das adolescentes entrevistadas: *“não é escolha, é um azar...”*. Ou, como bem disse Edja: *“Eu acho assim... que não foi uma escolha minha não. Eu acho que... é tudo no momento. Tudo porque aparecia assim, e ainda aparece”*.

A autora ainda levanta a hipótese de que também o trabalho doméstico da adolescente em sua própria família, tanto pode ser uma condição necessária para as estratégias de sobrevivência familiar, como também pode ser uma forma oculta de desemprego (Madeira, 1997: 100).

A “oportunidade” de trabalhar, então, é aquela que aparece em casa, que vem da vizinhança, para cuidar dos filhos e das casas de trabalhadores que necessariamente não são mais afortunados, mas talvez tenham um emprego fixo ou um pequeno negócio estável, até porque a geografia do Recife faz com que muitos pobres morem próximos a muitos ricos, ou a oportunidade vem de fora da comunidade, trazida pelos parentes e amigos da família que trabalham para as famílias das classes médias e altas do Recife.

E a “oportunidade” aparece cedo, na fase da vida que é juridicamente e socialmente considerada como o fim da infância, a passagem para a adolescência, ou pré-adolescência e é isso que fica evidente quando se constata que 12 das 15 adolescentes tiveram o primeiro emprego doméstico na faixa etária de 8 a 13 anos. Entre estas adolescentes que entraram tão precocemente no mercado de trabalho, quanto maior a idade, maior é o número de casas em que trabalharam, como é o caso de Verônica, 17 anos, e quatro experiências de trabalho acumuladas desde o primeiro emprego, aos 12 anos, e Edja, 18 anos, cinco experiências de trabalho acumuladas desde os 11 anos de idade, o que confirma o que já foi assinalado pelos autores que estudam o trabalho doméstico, de que se trata de uma função com muita rotatividade de empregados.

Quadro 5–Idade de ingresso das informantes e aspectos do histórico de trabalho-2001 e 2004

Nome e Idade	Idade de início no ED	Nº de casas em que trabalhou	Função no último emprego	Último Salário	Turnos de trabalho	Tipo de vínculo	Tempo de trabalho no último emprego
Fabiana, 12	10 anos	Uma	Babá, faxineira,	R\$ 2,00 p/ dia	13 as 19, dia sim dia não	Diarista	2 anos
Rosália, 13	13 anos	Uma	Babá e faxineira	R\$ 80 p/ mês	Manhã	MNR	1 mês
Silvana, 13	12 anos	Uma	Babá	R\$ 30 p/ mês	Manhã	MNR	1 ano
Neide, 14	8 (1ªvez) e 11 anos (definitiva)	Duas	Babá	R\$ 90 p/ mês	Tarde e noite	MR	2 anos e 8 meses
Eduardo, 14	12 anos	Uma	Limpeza e manutenção	R\$ 5 p/ dia	Manhã e tarde	Diarista	2 anos
Danielli, 15	13 anos	Duas	E.D. funções múltiplas	R\$ 180 p/ mês	Integral	MR	1 ano e 3 meses
José Carlos, 15	13 anos	Duas	Faxineiro, cozinheiro, manutenção	R\$ 100 p/ mês	Integral	MR	6 meses
Kiara, 16	13 anos	Duas	Babá	R\$ 150 p/ mês	Manhã e Tarde	MNR	7 meses
Mônica, 16	12 anos	Quatro	Babá	R\$ 180 p/ mês	Integral	MR	1 ano 4 meses
Josefa, 16	14 anos	Três	Babá	Não Informou	Integral	MR	6 meses
Ivanice, 17	16 anos	Duas	Faxineira, cozinheira	R\$ 180 p/ mês	Integral	MR	4 meses
Jaqueline, 17	11 anos	Três	Faxineira, cozinheira, lavadeira	R\$ 120 p/ mês	Manhã e Tarde	MNR	2 anos e 5 meses
Eliana, 17	15 anos	Duas	Babá e faxineira	R\$ 180 p/ mês	Integral	MR	1 ano e 6 meses
Verônica, 17	12 anos	Quatro	Faxineira, lavadeira	R\$ 100 p/ mês	3 dias p/ semana	Diarista	4 meses
Edja, 18	11 anos	Cinco	Faxineira, lavadeira	R\$ 80 p/ mês	Manhã e Tarde	MNR	1 mês

Mais que a metade das entrevistadas foram contratadas para ser babá, exclusivamente ou associada à outra função: são 8 casos entre as 13 mulheres entrevistadas. Trabalham também como cozinheira somente duas adolescentes de 17 anos e, surpreendentemente, o adolescente José Carlos.

Em relação ao tipo de vínculo desta relação de trabalho, as mensalistas residentes (MR) representam 47% do total de entrevistadas, as mensalistas não residentes (MNR), 33%, e as diaristas 20%. O tipo de vínculo de trabalho deste grupo de informantes acabou por não apresentar a mesma proporcionalidade encontrada na enquête realizada com as 200 adolescentes empregadas domésticas em Recife, quando estas categorias estavam assim divididas: mensalistas residentes 28,5%, mensalistas não residentes 47,5%, diaristas 18,5% e outros 5,5% (Tavares, 2002a: 68). Isto porque o tipo de vínculo não foi considerado entre os fatores de controle para a seleção do grupo de informantes.

São as mensalistas residentes que ganham os maiores salários deste grupo, quer dizer, os únicos três casos em que o salário mínimo vigente à época (2001 e 2004) foi respeitado no contrato de trabalho estabelecido. Também são as que mais trabalham, ficando à disposição das patroas por todo o período uma vez que nenhuma destas estava estudando por ocasião da entrevista.

Em relação aos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, nenhuma das entrevistadas tinha registro do contrato na Carteira de Trabalho, nem carnê de INSS e somente uma delas teve direito a férias remuneradas uma vez.

A informalidade é a tônica desta relação de trabalho. Ainda que mantendo referência com as relações racionais do mundo de trabalho, como a hierarquia e o domínio de competências, as relações de trabalho das adolescentes empregadas doméstica, semelhantemente com o que acontece com as empregadas adultas, são vulneráveis às mudanças contratuais unilaterais. As mudanças mais corriqueiras relatadas pelas adolescentes são as modificações nos dias de folga, que quatro delas se referiram ao fato como *negociação*, embora, quando perguntadas se faziam

alguma objeção quando sentiam-se prejudicadas, elas tenham respondido que não replicavam a proposta da patroa. Ao contrário, sempre justificavam o pedido da patroa entendendo como uma *necessidade* dela e, por isso, fora de cogitação negar este pedido. As mudanças que mais as incomodavam eram as tarefas que, em seus depoimentos, foram adicionadas após a negociação inicial do trabalho, como tarefas extras que foram acrescentadas ao rol de responsabilidades inicialmente definido.

Quadro 6 - Tarefas adicionadas pelas patroas aos serviços contratados, segundo as informantes (2001 e 2004)

Nomes	Tarefa negociada na contratação	Tarefas adicionadas pela patroa
Danielli	cuidar de criança, limpar a casa e passar roupa	Lavar roupa
Edja	Cuidar de criança, limpar casa e cozinhar	Não teve
Eduardo	Limpar quintal, piscina e recolher lixo	Não teve
Eliana	Cuidar de 4 crianças	Lavar, passar e fazer faxina
Fabiana	Cuidar de criança e fazer faxina	Não teve
Ivanice	Cuidar de um bebê	Cuidar de mais uma criança, Cozinhar, limpar a casa da patroa e da mãe dela
Jaqueline	Fazer faxina	Não teve
José Carlos	Limpar a casa e cozinhar	Limpar 2ª casa dos patrões
Josefa	Lavar, passar e cozinhar	Limpar farmácia, lavar uniformes e cozinhar p/ funcionários dos patrões
Kiara	Cuidar de crianças	Não teve
Mônica	Cuidar de crianças	Não teve
Neide	Cuidar de idosos, limpar casa e quintal e lavar louça	Não teve
Rosália	Cuidar de crianças, limpar casa e lavar louça	Não teve
Silvana	Cuidar de criança e limpar casa	Não teve
Verônica	Cuidar de criança e cozinhar	Levar criança 3x p/ sem. ao médico

Dos 6 casos que reclamaram de tarefas adicionadas pela patroa, 5 eram mensalistas residentes e apenas um era mensalista não-residente, o que é um outro indício de que as mensalistas residentes acabam ficando mais expostas à superexploração em um trabalho que, por sua natureza e pela experiência coletiva social, já é difícil de definir limites sobre a quantidade e o tempo de trabalho necessário para fazer o que é definido. Essas dimensões da exploração do trabalho doméstico serão objeto dos próximos capítulos.

Capítulo 2

O valor do trabalho e da profissionalização para adolescentes das classes trabalhadoras

2.1 - Gênese do trabalho de mulheres, crianças e adolescentes na sociedade contemporânea

Em *História Social da Criança e da Família*, Ariès (1981) descreve a evolução do sentimento da infância, de uma infância curta e “paporçada” para uma consciência da inocência e da fraqueza da infância, como uma das transformações sociais produzidas no Ocidente na passagem do feudalismo para a sociedade burguesa.

A família medieval tinha o costume de enviar suas crianças de mais de sete anos para a casa de outras pessoas, com fins de aprendizagem: “Assim o serviço doméstico se confundia com a aprendizagem, como uma forma muito comum de educação” (Ariès, 1981: 228). Educação era, sobretudo, educação para as boas maneiras, para o convívio social. Mas também poderia englobar aprendizagem profissional, uma vez que a casa grande medieval era simultaneamente espaço de moradia e de trabalho: do artesão, do juiz, do mestre, do advogado, etc. Os aprendizes eram então assimilados às crianças da família, mas o sentido e a duração da infância nesta sociedade era outro.

Esse sentimento de infância como um período longo que requer cuidados especiais e distintos em relação às outras fases da vida foi generalizado graças ao sucesso das instituições escolares e às práticas de educação dos moralistas e educadores do século 17. Em um processo que atravessou todo o século 17, 18 e início do 19, a duração da infância foi sendo identificada e compatibilizada com a duração do tempo escolar. A escola, durante seus primeiros passos, era indiferente à separação e distinção das idades, herança preservada da escola medieval que abrigava todos, indistintamente, sem classificação etária. A separação em classes

regulares, a partir de classificações etárias, foi tardia, acompanhando a separação das ciências modernas. Paralelamente, a assimilação da disciplina eclesiástica não apenas pelos alunos, mas também pelas famílias, obrigando-as a respeitar o ciclo escolar integral, completava a identificação entre faixa etária e escolarização básica.

Segundo o autor, foi no século 18 que se consolidou o fim da escola única indistinta para as classes sociais, a partir da extensão do ciclo escolar para o nível secundário, acessível apenas aos burgueses, em virtude das péssimas condições de vida das classes trabalhadoras. Este fato, juntamente com os efeitos causados pela generalização do serviço militar e da conscrição, levou à distinção entre infância e adolescência no final do século 18 e início do 19, segundo o autor.

Assim, o efeito de prolongamento da infância provocado pelas instituições escolares não se generalizou para os grupos sociais menos influenciados pelo sistema escolar, que incluía, além das classes trabalhadoras, algumas famílias de nobres que optavam pela carreira militar. “Quando o colégio não prolongava a infância, nada mudava” (Ariès, 1981: 188). Por isso, para Ariès, são as classes populares, “submetidas por menos tempo à ação da escola”, que mais contribuíram para preservar os antigos gêneros de vida. O autor vê no trabalho infantil da primeira metade do 19 uma regressão no sentimento da infância:

O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a idade adulta. (...) Existe portanto um notável sincronismo entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram ao mesmo tempo, no final do século 18, e no mesmo meio: a burguesia (Ariès, 1981: 194).

Desta forma Ariès permite entender que numa mesma sociedade convivem diferentes concepções de infância, que se diferenciam pelo pertencimento a classes sociais distintas ou, ainda, pela diferença sexual. Para as mulheres a infância ainda permanecia curta. As meninas eram educadas para se comportarem como adultas desde muito cedo e era comum permanecerem analfabetas. A escolarização das meninas veio com dois séculos de atraso. Antes disso prevalecia a instrução nos

assuntos religiosos, nos exercícios domésticos e nas boas maneiras. Mesmo a mulher de família burguesa do século 19 não tinha acesso à educação, era formada para ser esposa e mãe. Assim é o patriarcado, enquanto princípio de organização social, que marca a primeira divisão do trabalho, a divisão sexual (Bandeira, 1997: 155).

Porém, é com a Revolução Industrial que mulheres, adolescentes e crianças são subordinados a situações extremas de exploração e, nestas condições, partilharam de uma experiência comum na forma como foram incorporadas ao mercado de trabalho no capitalismo. Se na economia familiar agrícola e da indústria domiciliar do período anterior a 1780 o trabalho das mulheres e crianças era intrínseco ao modo de produção, estes trabalhos eram feitos combinadamente com outras tarefas domiciliares e com os jogos infantis e não poderiam sequer ser comparados aos trabalhos exercidos nas indústrias mecanizadas. (Thompson, 1987; Marx, 1987). Thompson (1987), faz um relato das transformações que ocorreram no trabalho com a indústria capitalista: “são treinados a trabalhar desde os seis anos de idade, das cinco da manhã até as oito ou nove da noite”, “sem intervalos, exceto os quarenta e cinco minutos para o jantar”, “se atrasarem alguns minutos, um quarto da jornada é descontado”, “eles não tem descanso até as máquinas pararem” (Thompson, 1987: 25).

Essa narrativa clássica de Thompson revela como o capitalismo foi destruindo os antigos modos de vida através do sofrimento de todos os trabalhadores, sem poupar nem mesmo as crianças. A necessidade de utilização da mão-de-obra dos pequenos no processo de produção era duplamente justificada: primeiro para suprir a falta de braços para a indústria emergente, depois para treinar novos trabalhadores adequados às exigências disciplinares da indústria e aos movimentos e ritmos das máquinas, ou seja, para produzir a “internalização das novas normas do trabalho a partir da utilização da mão-de-obra infantil” (Alvim, 1985: 4).

Também são conhecidas as análises de Marx (1987) no capítulo d'O Capital que trata sobre "A Maquinaria e a Indústria Moderna", a respeito do processo de incorporação de mulheres, crianças e adolescentes na industrialização e os efeitos sobre o mercado de trabalho, sobre o trabalho e sobre a família, provocando, segundo Marx:

- a desvalorização do trabalho do operário adulto, que não mais recebia remuneração compatível com as necessidades do grupo familiar, mas tinha que compor o seu salário com os salários dos demais membros;
- o desempoderamento do chefe de família, perdendo o controle sobre a mão-de-obra dos membros da família, submetidos a relações de trabalho independentes da sua autoridade;
- a transformação das relações familiares – nas relações entre homem e mulher, com a ascensão desta como indivíduo produtivo autônomo; nas relações entre pais e filhos, com a diminuição do tempo de dedicação dos pais para o cuidado dos filhos; na substituição do tempo de lazer e aprendizagem das crianças em sua casa pelo tempo de trabalho na fábrica;
- enfim, na desintegração das "velhas relações familiares" ao transformar todos, sem distinção de sexo e idade, em trabalhadores nos "processos socialmente organizados fora da esfera familiar" (Marx, 1987: 450-460; 560-561).

Desta forma, mesmo a incorporação de mulheres, jovens e crianças no mercado de trabalho capitalista foi sendo desenhada como parte das estratégias da família diante da diminuição do salário experimentado pelos homens, ou, em outras palavras, acomodou-se uma nova situação econômica e social dos membros do grupo familiar, mas conservando as relações de dominação do homem sobre a mulher e dos adultos sobre as crianças.

2.1.1 - O caso brasileiro: dimensões de classe, gênero e etnia

Na sociedade escravista brasileira, os filhos dos escravos começavam a trabalhar com 7 ou 8 anos de idade nas Casas Grandes e com 13 ou 14 anos, idade em que qualquer menino ou menina, fosse branco(a) ou negro(a), já era considerado(a) “quase adulto”, os *jovens* escravos eram as mercadorias preciosas do mercado negreiro, porque tinham vigor físico e uma vida inteira para gastar no trabalho. Para os jovens das classes populares, o trabalho era a medida de sua inserção na sociedade, enquanto para os jovens filhos das classes mais abastadas, a idade permitia-lhes participar dos negócios da família ou iniciar os estudos superiores. Para as mulheres, atingir esta idade abria a possibilidade de casar-se (geralmente por imposição dos pais).

Mas, à semelhança do que aconteceu nos países europeus, é com o início da industrialização que o trabalho de crianças e adolescentes adquire a “cara” que ele ainda mantém até hoje, de extrema exploração, violência e negação de direitos. No Brasil, ainda nas primeiras décadas do século XX, em 1920, já se registrava a presença de cerca de 30 mil crianças e adolescentes abaixo dos 18 anos de idade trabalhando nas indústrias, o que na época equivalia a 13% da força de trabalho total empregada neste setor, até atingir, no início dos anos 50, a marca de 180 mil trabalhadores industriais.

As condições de trabalho na indústria nascente dos séculos XIX e início do XX eram as piores possíveis para o conjunto dos trabalhadores, quanto mais para as crianças e adolescentes: jornadas de trabalho de 12 a 16 horas; trabalho ininterrupto sem dias de folga; péssimas condições de higiene e segurança, ocasionando um alto número de mortes e acidentes de trabalho graves; violência e maus-tratos por parte de muitos chefes.

Do movimento operário partiram as primeiras denúncias que classificavam o trabalho infantil como um grave problema social. No bojo das lutas para regulamentar a jornada de trabalho, o trabalho das crianças e das mulheres tornaram-se

emblemáticos das degradações físicas que afetavam toda a classe trabalhadora, causando um grande número de acidentes, até fatais, e doenças, motivos que justificariam as reivindicações pela limitação da jornada de trabalho para todos e o estabelecimento de limites de horas e de tipos de atividades segundo a classe de idade e sexo dos trabalhadores (Tavares, 2002b).

Com o Código do Menor de 1927, também conhecido como lei Mello Mattos, surgiram os primeiros Juizados de Menores que atuaram para reprimir a exploração do trabalho de crianças. Com a legislação trabalhista de 1932, foi estabelecida que a idade de admissão seria a partir de 14 anos, ou entre 12 de 14 anos como aprendizes. Muitas foram as reações contra o Código do Menor, principalmente por parte do empresariado, que tinha como estratégia desde a implementação de recursos nos tribunais contra a aplicação de multas pelos Juízes de Menores em virtude do prolongamento da jornada de trabalho para além das seis horas diárias permitidas, até a promoção e cumplicidade na prática de falseamento de idade das crianças nas certidões de nascimento para acelerar seu ingresso no trabalho (Alvim, 1985).

O que é possível deduzir destas práticas é que as idades de 12, 13 e 14 anos não eram consensualmente consideradas como parte da infância, nem pelos trabalhadores e nem pela sociedade em geral, principalmente quando se referia aos filhos de trabalhadores, e que o estatuto da adolescência, se é possível identificar esta classificação entre os trabalhadores da época, não excluía a participação destes no mundo do trabalho (Rizzini, 1997; Alvim, 1985).

Alvim e Leite Lopes (1990), em estudo sobre as famílias operárias que trabalhavam para a Companhia Têxtil Paulista nos idos de 1940, revelam como o trabalho infantil das crianças empregadas a partir dos 10 ou 12 anos, apesar da proibição da lei, estava plenamente inserido na “economia do salário familiar”, constituindo o grupo mais atrativo nas incursões dos agentes da empresa pelo interior do estado de Pernambuco e da Paraíba em busca do recrutamento de

famílias camponesas, sendo “moralmente obrigadas a se empregarem na fábrica precocemente sob responsabilidade do pai” (1990:11). Nesta fase, onde a indústria têxtil brasileira “vivia seu apogeu”, um levantamento governamental realizado em 1946 registrava a presença de 20% de menores entre os 234.864 trabalhadores têxteis, aponta o mesmo estudo. Assim, a indústria utilizava as famílias operárias para garantir o suprimento de novos operários, já suficientemente treinados para a produção fabril.

Para as classes trabalhadoras, o trabalho das crianças e dos adolescentes de ambos os sexos era parte do projeto familiar de reprodução e mobilidade social. Para compreender este fato é preciso observar que os baixos salários recebidos por cada membro do grupo familiar individualmente levaram a família operária a contabilizar o salário como “salário da família”, na expressão empregada por Alvim. No caso da Companhia Tecelagem Paulista, de acordo com o estudo de Alvim, “o aliciamento de toda a família é uma das vantagens oferecidas pela companhia diante da ameaça de um aprofundamento da crise familiar camponesa e de uma proletarização que pode levar à separação dos membros da família e conseqüentemente à sua desintegração” (Alvim, 1985: 22).

Assim, desde os primeiros passos da industrialização, o trabalho de crianças das classes trabalhadoras vem sendo invocado como fruto da necessidade de suas famílias e como parte intrínseca do modo de vida dos pobres. Por isto, ao invocar o trabalho infantil ou trabalho precoce no contexto brasileiro, trata-se exclusivamente do trabalho de crianças e adolescentes das famílias das classes trabalhadoras (Alvim, 2001). Apesar de denunciado como um mal social, o trabalho infantil ainda é tolerado pela sociedade brasileira como um *mal menor*, inevitável diante da pobreza e da miséria, e preferível à criminalidade e à marginalidade que são colocadas como atributos dos pobres brasileiros (Chauí, 1999).

Do início da industrialização até os dias atuais a conjuntura econômica do país mudou substancialmente. A década de 1980 foi marcada por uma segunda crise

do petróleo (a primeira remete a 1974), e pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização pela substituição das importações e, conseqüentemente, pela proteção do mercado nacional. O choque neoliberal dos anos 90, no caso brasileiro, enterrou de vez a expectativa de se criar uma sociedade do pleno emprego.

É nessa conjuntura de crise do emprego que o trabalho infantil re-adquire estatuto de problema social relevante. Ainda que amplamente utilizado tanto na produção agrícola como na produção industrial, a exploração do trabalho infantil só é denunciada vigorosamente com a crise instalada na sociedade do pleno emprego, provocada pela desorganização dos setores produtivos na nova conjuntura econômica dos anos 1990-2000.

A re-significação dos limites de idade admitida para o trabalho não é um dilema exclusivo da sociedade brasileira atual, existindo outros exemplos ao longo da história: na França de 1939, se recorreu ao recuo da idade-limite de admissão ao trabalho devido ao déficit de operários durante a Segunda Guerra (Sayad, 1991).

Na sociedade escravocrata o controle dos corpos era exercido por um só indivíduo, o senhor, o lugar que crianças, jovens e mulheres, brancas e negras, deveriam ocupar na sociedade era determinado pelo senhor. Sociedade patriarcal, na definição de Gilberto Freyre, ou sociedade relacional, para DaMatta, a casa-grande e a senzala incorporavam a imagem de um país que atribui valores desiguais para as diferenças e objetivados nos papéis sociais atribuídos a cada um: para os negros o trabalho manual, para as mulheres o trabalho doméstico e a satisfação dos prazeres sexuais dos “senhores”, para as crianças negras o “brincar” com as crianças brancas. Embutidos nestes papéis estavam valores que as mudanças econômicas e sociais trazidas com o mercado livre, a industrialização e a urbanização do século XX não apagaram completamente, permanecendo sinais de racismo e machismo, e traços culturais marcantes, sobretudo na forma como as famílias fazem a socialização de

seus membros mais novos, com critérios de comportamento e sociabilidade definidos diferencialmente para as relações inter-sexuais e inter-raciais (Nunes, 2003).

É, portanto, a família que adquire o papel fundamental de socialização e de “núcleo formador da cultura nacional”, que tem o papel social de ser o principal pilar de estruturação da sociedade, sendo seguida pela escola. Na sociedade patrimonial brasileira, todas as relações sociais definiam-se a partir da família, que ditava normas de comportamento e de sociabilidade por meio de códigos rígidos, definidos por critérios internos à própria família (Nunes, 2003: 58). É por isso que DaMatta (1989) afirma que a casa brasileira adquire, culturalmente, estatuto de unidade moral, espaço de construção da identidade individual – “na casa somos únicos e insubstituíveis” (p. 25) – mas também espaço de criação de uma personalidade coletiva – através dos arranjos, cores, animais, objetos, quintais, incorporados como atributos daquele grupo familiar, que mesmo admitindo agregados, não perde sua identidade.

Porém, a afirmação da família como pilar de estruturação da sociabilidade e núcleo formador da cultura nacional trouxe para a sociedade moderna um tanto do significado restrito de família na sociedade patrimonial. Como herança desta sociedade, a idéia de família está associada ao bem (gente de família = pessoas de bem), condição que foi negada aos negros, pois a organização da família dos senhores impunha a não-organização da família dos escravos (Saffioti, 1976). Às famílias dos negros foram atribuídos valores opostos aos que se atribuíram as famílias dos brancos. A casa era expressão da unidade moral da família branca, a senzala era vista como lugar da promiscuidade dos negros. Ou seja, a senzala era a negação da casa. Por isso, nas famílias burguesas, era importante controlar as relações amorosas de seus filhos para assegurar que se casassem com filhos de “pessoas do bem”, com “gente *de família*”.

Mesmo com a libertação e o processo de urbanização, os negros foram identificados como sendo “da rua”. A rua que se define em oposição à casa, como diz

DaMatta, representa o reino da confusão e do engano. O que é “da rua” é negativo: o homem, a mulher, a criança, a comida, a discussão, o trabalho... (DaMatta, 1989). Sendo gente da rua, não são “de família”, não são “pessoas do bem”. Assim, também, a infância e juventude pobres se transformam em alvo da ação pública estatal, no foco das ações higienizantes levadas a cabo no final do século 19 e início do 20 (Rizzini, 1997; Mota, 2003).

Enquanto conceitos, infância, adolescência e juventude guardam elementos comuns para caracterizá-los transversalmente, em qualquer classe ou grupo social, e universalmente, em qualquer sociedade. Mas, o inverso também é verdadeiro, e no caso dos negros e, por extensão, dos trabalhadores, foram-lhes impostas categorias para adjetivar e diferenciar, degenerando e tornando degradante a vida de seus filhos, com expressões como *infância abandonada*, *infância desassistida*, *menores*, *crianças de rua*, *trombadinhas*, *jovens delinqüentes* ou simplesmente *jovens “da periferia”* (Freitas e Kuhlmann Jr, 2002).

Tampouco os negros foram incorporados ao mercado de trabalho livre, considerados inaptos para se integrarem ao regime de trabalho livre, por causa de um modo de vida inadmissível para os padrões que se implantavam, como aponta Fernandes:

a recusa de certas tarefas e serviços, a inconstância na freqüência ao trabalho; (...) a tendência a alternar períodos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a indisciplina agressiva contra o controle direto e a supervisão organizada; a ausência de incentivos para competir individualmente com os colegas e para fazer do trabalho assalariado uma fonte de independência econômica (...). (Fernandes, 1965: 13)

Numa pesquisa sobre trabalhadores negros e imigrantes na São Paulo do início do século 20, Santos (1998) observou que enquanto estes últimos se concentravam nos setores mais dinâmicos da economia paulistana, onde os estrangeiros representavam quase 70% da mão-de-obra empregada, “os negros

tinham profissões domésticas. Realizavam todos os serviços de casa. (...) Nas pensões, os serviçais eram negros (...)”¹⁴.

Retomando DaMatta quanto à identificação da rua como o ruim e da casa como o bom, uma interpretação possível para esta idéia é entender que o trabalho doméstico para os negros servia como a “tábua de salvação” da sua condição de “gente da rua”, do trabalho da rua. Porém, indo mais além nesta interpretação, se o trabalho é do âmbito da rua e, portanto, negativo, o trabalho doméstico não pode ser trabalho, pois que o trabalho está banido do âmbito da casa (DaMatta, 1989: 32), logo, se não é trabalho, é ajuda, colaboração, “quase trabalho”. Daí o trabalho doméstico não ser equiparado a outras formas de trabalho no plano jurídico-institucional brasileiro.

2.2 - A escola e o trabalho na formação da identidade dos jovens das classes trabalhadoras

O sentido atribuído ao ser criança, adolescente ou jovem varia de uma sociedade histórica para outra e também é diferenciado de um grupo social para outro. Como afirma Bourdieu,

a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos “jovens” que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quasi-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (1983: 113).

Do exposto por Bourdieu em relação à constituição das classificações etárias, fica evidente a influência do trabalho na constituição da identidade dos “jovens” das

¹⁴ Depoimento transcrito por Fernandes (1965: 107) citado por Santos, 1998: 151).

classes trabalhadoras. Só o fato de Bourdieu colocar aspas nos jovens que trabalham e, logo em seguida, chamar de adolescentes aqueles que estão na mesma faixa etária mas que somente estudam já marca uma diferença de significados que são socialmente atribuídos de acordo com as posições que os indivíduos ocupam na sociedade. Trabalhar ou não trabalhar não é pouca diferença em uma sociedade como a brasileira que se modernizou com base na industrialização e expansão do mercado de trabalho e onde o Estado não oferece as garantias sociais mínimas, ficando estas a cargo dos indivíduos que a conquistam através do trabalho.

Como já afirmei anteriormente, o trabalho de crianças e adolescentes é uma prática mais ou menos comum no universo das famílias das classes trabalhadoras. Felizmente, os poucos estudos de natureza qualitativa sobre o trabalho infantil que foram realizados no campo da antropologia e da sociologia na década de 1990 deram importantes contribuições e, uma das principais, foi desmistificar o trabalho infantil como efeito imediato e quase exclusivo da necessidade econômica destas famílias, considerando-o como parte das relações de solidariedade no interior da família. Aceitando esta proposição, é possível considerar o trabalho infantil não como opressão dos pais sobre os filhos, mas como prática social simbólica, que carrega o sentido de ato de reciprocidade dos filhos para os pais, de uma contribuição efetiva para o projeto familiar de reprodução e mobilidade social (Dauster, 1992; Madeira, 1997; Heilborn, 1997).

Sendo assim, explica-se porque nas classes trabalhadoras o trabalho das crianças e adolescentes adquire naturalidade, o que não implica na negação da escolarização, mas considerando ambos os fatores como complementares na preparação destes para o trabalho e, ainda, como um novo componente, como forma de proteção contra o ócio, visto como a porta de entrada para a violência e a criminalidade.

Um outro fator a ser considerado diz respeito à diferença nas condições e nos sentidos entre o trabalho da criança e o trabalho do adolescente. O estudo de

Madeira (1997) que tem como fonte o “Perfil de mães e filhos” elaborado pelo IBGE/Unicef com dados estatísticos agregados por grandes regiões para os anos de 1981 e 1990, mostra as diferenças no engajamento de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. As crianças que trabalham estão situadas predominantemente entre as famílias mais pobres que sobrevivem com até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* e concentradas na região Nordeste. Este tipo de concentração indica que o trabalho de crianças é acionado somente nas famílias mais pobres e disto pode-se inferir que não há uma prática social disseminada de enviar as crianças pequenas ao trabalho, que isto é evitado e só mesmo aqueles cuja sobrevivência está ameaçada adotam este recurso. Já os dados que se referem aos adolescentes trabalhadores indicam que estes estão mais dispersos pelas diferentes situações socioeconômicas e regionais. Nas capitais do Sudeste e do Sul, a taxa de ocupação dos adolescentes é maior do que nas capitais do Norte e Nordeste, onde a taxa de pobreza é maior.

O trabalho de crianças e de adolescentes também se diferencia quanto à forma das relações de trabalho. As crianças, geralmente, exercem atividades subordinadas aos horários dos adultos ou quase-adultos que estão próximos a elas, para trabalhar ou vigiá-las, e estão prestando serviços ou vendendo algum tipo de produto num negócio que envolve a família ou o responsável. Enquanto que os adolescentes trabalham mais autonomamente, geralmente por mais horas e também desempenham atividades no mercado formal de trabalho. Mas é nos sentidos do trabalho que estas diferenças são mais significativas. Enquanto para a criança o trabalho tem como maior significado o poder ajudar os pais, para o adolescente o trabalho é mais significativo pela possibilidade dele ter acesso ao mercado enquanto consumidor e não apenas como trabalhador. Isto é, poder consumir aquelas coisas que são caracterizadas pela mídia como símbolos da juventude – o tênis, o som, a roupa – ou ainda como símbolos de ascensão social do jovem, como a moto e o carro.

Para Bourdieu (1983), isto reflete “o desejo de ascender o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e às capacidades econômicas que lhes são associadas”. Assim, a identidade do adulto, que é sobrevalorizada sobre a identidade dos jovens e das crianças, é o modelo identitário imposto como o ideal, por ser a identidade dominante. Através do consumo, como argumentam Bourdieu (1983) e também Madeira (1997), o adolescente afirma sua emancipação, ainda que relativa, da condição de sujeito tutelado, alcançando, através do dinheiro, as bases para negociar um grau maior de autonomia e liberdade. Isto está além dos limites de classe, pois este tipo de comportamento também se verifica entre os jovens que se projetam nas carreiras de modelo ou de ator mirim, por exemplo. Mas, para os adolescentes das classes trabalhadoras é o trabalho, em primeira instância, que possibilita realizar coisas mais básicas, como sair com colegas, namorar, ir ao shopping, aos bares e boates, enfim, conquistar espaços sociais que muitas vezes estão fora dos limites da periferia. Até mesmo a continuidade na escola, para esses adolescentes, fica condicionada a possibilidade de trabalhar – e não o contrário – pois que permite a estes se afirmarem diante dos colegas e do sexo oposto através da dimensão do consumo.

Porém, conscientes da debilidade da escola pública para a promoção da mobilidade social das classes populares, tanto por motivos internos, como a baixa qualidade do ensino nas escolas públicas, quanto por motivos conjunturais da economia, como a falta de oportunidades de empregos para os jovens, muitos dos adolescentes das classes populares que não apresentam um bom desempenho escolar, acumulando experiências de repetência e baixas notas, acabam abandonando a escola. Isto acaba se agravando mais quando, num contexto de crise do sistema educacional e crise de emprego, o ensino secundário do sistema público frustra as aspirações dos jovens, tanto no que se refere a prepará-los para ingressar na universidade pública, quanto no que se refere a viabilizar o ingresso no mercado de trabalho. Ou seja, apesar da individualização do fracasso, vivenciado como um

“problema pessoal do aluno”, o sistema escolar revela-se como instituição que reproduz discriminações e privilégios (Madeira, 1997; Unicef, 2002).

É, portanto, enganosa a interpretação comumente repetida por diversas vozes, principalmente do interior do sistema educacional, de que o trabalho é o grande vilão que provoca o fracasso escolar ou que impede o acesso à escola. Madeira (1997) faz uma afirmação provocativa, mas absolutamente pertinente em meu julgamento, de que o sistema escolar brasileiro, que experimentou uma democratização real apenas no final do século 20, continua à procura do aluno ideal, a criança ou adolescente que não trabalha, ou, eu diria, a criança e o adolescente que não desafia os recursos pedagógicos que os professores dispõem. No caso dos adolescentes das classes trabalhadoras há ainda outro erro dos professores, prossegue Madeira em sua argumentação, de que pelo fato destes trabalharem, se espera deles que tenham um comportamento de jovem adulto que não condiz com sua experiência de vida, quando,

o que se tem, de fato, é um jovem em quem freqüentemente a crise da adolescência, a necessidade de contestação intensa dos valores em geral e familiares em particular estão, de certa forma, agudizadas pela pobreza associada à manipulação impositiva de um vasto consumo de símbolos da juventude. Aliás, é este consumo o principal móvel propulsor de fácil adesão do adolescente ao mercado de trabalho. E será apenas no mercado de trabalho que o jovem, certamente, vai preferir ficar se as instituições escolares continuarem absolutamente despreparadas para recebê-lo (Madeira, 1997: 109)

Até a época da promulgação da Constituição Federal de 1988, ou até um pouco antes, caso se considere que no início da década de 1980 o Brasil (e toda a América Latina) já mergulhava na crise econômica, o trabalho era o lócus privilegiado para a aprendizagem profissional da classe operária. A fábrica tornava-se uma “escola profissional” de fato (Alvim e Leite Lopes, 1990), fazendo predominar a “cultura da fábrica” sobre a cultura da escola (Beynon, 1995:6). Assim, a questão da aprendizagem profissional, para a classe trabalhadora, esteve sempre vinculada ao ingresso no mundo do trabalho.

Quando se fala de profissionalização de adolescentes no Brasil, é preciso considerar a história das políticas públicas para as crianças e adolescentes pobres, onde a profissionalização sempre foi invocada como alternativa à marginalização das camadas pobres (Alvim, 1988). Juntamente com outros fatores históricos relacionados à industrialização tardia, os modelos de profissionalização de adolescentes no Brasil, durante todo o século XX, favoreceram, na maioria dos casos, o desenvolvimento de um tipo de profissionalização que promovia a inclusão precoce dos adolescentes no mercado de trabalho em detrimento da escolarização formal. Estes modelos estiveram presentes em diferentes instituições públicas, estatais e não estatais, de internatos para “menores infratores” até escolas profissionalizantes, influenciando ainda hoje as políticas públicas e os programas sociais voltados para as crianças e adolescentes das camadas mais pobres, onde o trabalho figura como medida sócio-educativa para as situações em que se procura “recuperar” ou “desenvolver as potencialidades individuais” dos grupos sociais que são tidos como marginais ou potencialmente perigosos (Alvim, 1995; Heilborn, 2000).

Contudo, estes modelos de “profissionalização” das classes populares, ainda que contestados, somente abriram falência com a crise da economia fabril ou “fordista”, onde “o pleno emprego assegurava uma transição relativamente fácil entre escola e trabalho” e predominavam os “grandes monopólios que empregam uma mão de obra numerosa e predominantemente masculina”. Nesse tipo de economia, conseguir um emprego “nos setores dominantes significava um emprego para a vida toda” (Beynon, 1995:6).

Ainda que nos setores dinâmicos da economia o acesso aos postos de trabalho mais bem remunerados estivesse condicionado a algum tipo de profissionalização adquirida em escolas técnicas, como as do sistema “S” (SENAI, SENAC, SENAR), inúmeros postos de trabalho podiam ser alcançados pelos aprendizes que se formavam na prática, ainda que fossem em empresas de menor

porte dentro de uma cadeia produtiva ou de outros setores da economia¹⁵. Em outras palavras, enquanto o modelo econômico conseguia garantir “um lugar ao sol” para um grande contingente das classes trabalhadoras, a discussão sobre a profissionalização não tinha uma importância tão central como tem hoje nos debates sobre educação, desenvolvimento ou sobre a juventude. Vivemos um período de “mutação completa de nossa relação com o trabalho e, através disso, de nossa relação com o mundo” (Castel, 1998:497).

Com a ruína do modelo de desenvolvimento nacional baseado na substituição das importações e proteção dos monopólios industriais, o Estado brasileiro, ao abrir o mercado nacional à competição em escala global, defronta-se com padrões de competitividade muito superiores em comparação com o padrão nacional. Muitas empresas se arrebutaram nesse processo, entre estas, a indústria do vestuário, desempregando milhões de trabalhadores, consolidando o movimento de involução do trabalho industrial, onde os operários estão cada vez menos presentes, cedendo lugar às máquinas de tecnologia avançada operadas por outro tipo de operários, que dominam processos de ajuste e controle digital dos equipamentos.

A partir daí, a discussão sobre a falta de competitividade das indústrias brasileiras colocará no centro do debate a questão da qualificação da mão-de-obra nacional, exigindo do Estado um redirecionamento das políticas de educação e de educação profissional, mais especificamente. Além disso, o empresariado pressionará também pela desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas, beneficiado pelo enfraquecimento do movimento sindical em virtude do desemprego. O mercado global impõe padrões de tecnologia cada vez mais avançados e caros, impondo o reordenamento do trabalho e das relações de trabalho, que atinge em cheio as classes trabalhadoras. É neste contexto de busca pela competitividade no

¹⁵ Esta última condição foi vivida por inúmeros trabalhadores que viveram o período do apogeu da industrialização brasileira, nos anos de 1960-1970, com escolarização limitada aos 4 primeiros anos, e que para aprender uma profissão, ingressavam como aprendizes em pequenas oficinas, como meu próprio pai, hoje pequeno empresário industrial, que começou a trabalhar numa serralharia como *aprendiz* aos 12 anos de idade.

mercado e de precariedade das relações de trabalho que vão ser debatidas as relações entre a educação e o trabalho.

A partir da definição da idade mínima de admissão a qualquer tipo de trabalho aos 16 anos e ao trabalho na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, consolidada em 1998 através da Emenda Constitucional n.20, em tese estaria resolvida a questão da escolarização, combinando a entrada no mercado de trabalho com a conclusão do ensino fundamental. Digo “em tese” porque isto não ocorre na prática, visto que, na média nacional, apenas 11,2% dos adolescentes de 14 e 15 anos de idade concluíram o ensino fundamental, de acordo com os dados do relatório *Situação da Adolescência Brasileira*, publicado pelo Unicef em 2002. Neste mesmo relatório consta que “O estudante brasileiro permanece, em média, oito anos e meio na escola fundamental. Porém, avança somente até a 4ª série. Assim, a maioria dos alunos que apresentam defasagem entre idade e série cursada não entrou tardiamente no sistema escolar por falta de escola ou por necessidade de trabalho, como em alguns momentos se pensou. A defasagem é gerada internamente, no próprio sistema educativo” (Unicef, 2002:26). Isto evidencia que a reprodução das desigualdades, no caso da sociedade brasileira, está embrenhada nos domínios da educação pública, perpetuando as injustiças sociais e a exploração da força de trabalho (Castel, 1998:506).

No que diz respeito à escolaridade dos adolescentes brasileiros é certo que houve uma melhora considerável durante a última década. No ensino médio, o percentual de adolescentes da faixa etária de 15 a 17 anos matriculados na escola passou de 17,6% para 32,6% entre 1991 e 1999, representando um acréscimo de mais de 4 milhões de novos estudantes na terceira fase da educação básica. Porém, em todo o país existe mais de 1,3 milhão de adolescentes analfabetos, o que equivale a uma média nacional de 5,2% do total de adolescentes de 12 a 17 anos. No estado de Pernambuco este percentual é mais do que o dobro da média nacional, atingindo 11,5% de analfabetismo entre os adolescentes (Unicef, 2002).

Apesar da melhoria dos índices, a situação escolar do adolescente brasileiro ainda deixa muito a desejar considerando a realidade atual do mundo do trabalho, que exige uma base educacional geral bastante sólida para que ele possa se enquadrar no novo perfil do trabalhador, o trabalhador flexível. “A flexibilidade não se reduz à necessidade de se ajustar mecanicamente a uma tarefa pontual. Mas exige que o operador esteja imediatamente disponível para ajustar-se às flutuações da demanda” (Castel, 1998:517). Essas novas exigências de qualificação modificam completamente as relações de trabalho e, conseqüentemente, mudam a relação do homem com o mundo social.

Complexizou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a *classe-que-vive-do-trabalho*. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de *intelectualização do trabalho manual*. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma *desqualificação* e mesmo *subproletarização* intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado. (Antunes, 1995: 54).

Nesta nova conjuntura do mundo do trabalho, o adolescente e o jovem brasileiro das classes populares defrontam-se com a imprevisibilidade do futuro, pois a sua qualificação não atende à demanda do mercado de trabalho, já bastante reduzida pela diminuição dos postos de trabalho em decorrência do avanço tecnológico, da crise econômica e da globalização. Defrontam-se com o desemprego e, como conseqüência deste, com a exclusão da sociedade de consumo.

O trabalho assalariado, nas sociedades capitalistas, tem funcionado como o principal meio de integração social dos indivíduos, o que o torna o elemento mais importante na conquista da cidadania pelas classes populares, transformando-as em trabalhadores assalariados. A perda da hegemonia do trabalho assalariado como principal meio de inserção social coloca em suspensão a própria possibilidade da cidadania social, principalmente para os jovens das classes populares (Silva, 1995). As rápidas transformações da produção e das relações de trabalho, sobretudo nos anos 90, no caso brasileiro, forjaram um grande contingente de jovens não

qualificados que com muitas dificuldades poderão construir alternativas ao desemprego e, mesmo os escolarizados, diante da elevação do nível das qualificações exigidas para a admissão ao emprego, vão se defrontar com a não-empregabilidade (Castel, 1998: 519-521).

Na história da construção da cidadania, a trajetória de um trabalhador das classes populares podia ser assim representada: *escola* → *trabalho aprendiz* → *trabalho profissional*. Ainda quando a escolarização mínima não era completada, ainda assim era possível acessar o mundo do trabalho produtivo através do sistema de aprendiz nas pequenas oficinas e indústrias nascentes. Porém, hoje, para o jovem das classes populares, mesmo escolarizado, o acesso a um estágio ou a empregos temporários não garante a continuidade profissional. As alternativas que os jovens encontram passam pela migração interminável pelos empregos por tempo determinado, estágios, ou ainda por “bicos”, condição que Castel vai chamar de “A precariedade como destino”, onde o que importa é “viver o dia-a-dia” (Castel, 1998:528-529).

Quando não escolarizado, o jovem brasileiro das classes populares insere-se no mercado de trabalho “fazendo bico”, uma condição que carrega todos os sentidos da precariedade sem, necessariamente, comportar o sentido de aprendiz, condição que era acessível aos filhos das classes trabalhadoras de décadas passadas.

É nesta conjuntura um tanto mais desfavorável para os jovens das classes trabalhadoras que o emprego doméstico torna-se uma alternativa de trabalho importante para as adolescentes se inserirem no mercado de trabalho e de consumo, ainda que indesejado em virtude de sua condição de não-trabalho/trabalho desvalorizado, como será visto no capítulo seguinte.

Capítulo III

O valor (e o desvalor) do emprego doméstico

3.1. O trabalho e o emprego doméstico: revisitando a literatura

A produção teórica brasileira sobre o trabalho doméstico é profundamente marcada pela construção das análises feministas sobre a sociedade e, por isso, muitas vezes o tema surge em meio a uma discussão mais genérica sobre o trabalho em geral e a relação deste com a questão subordinação/emancipação feminina. Bruschini (1994), ao traçar uma retrospectiva sobre a produção teórica feminista no Brasil mostra que o tema do trabalho foi sempre recorrente para analisar a condição da mulher na sociedade, tendo sido o primeiro dentre os estudos sobre gênero a conquistar legitimidade no meio acadêmico, por ser um tema predominante dentro da produção sociológica em um momento que a teoria marxista predominava. E também por ter sido focalizado pelo movimento feminista como um tema importante para a transformação social pretendida, partindo da visão de que a raiz da subordinação da mulher na sociedade era a sua exclusão no mercado de trabalho (Bruschini, 1994; Heilborn e Sorj, 2000).

Quando o trabalho doméstico aparece mais claramente na produção acadêmica feminista é primeiro tratado sob o ângulo da dupla jornada de trabalho, associado à discussão sobre as esferas da produção e reprodução (da força de trabalho). Essa discussão é tratada no bojo das lutas feministas em relação à posição diferenciada que homens e mulheres assumem no mercado de trabalho, com lugares e hierarquias diferenciadas por sexo, como uma forma de apropriação, pelo mercado de trabalho, da divisão sexual do trabalho no interior da família (Heilborn e Sorj, 2000).

Porém, por muito tempo foi quase que totalmente ignorada a questão do emprego doméstico, como se as empregadas domésticas fossem apenas um

apêndice laboral da esposa, uma espécie de mão invisível a realizar aquilo que é atribuído à mulher na organização familiar.

A emergência do tema do emprego doméstico acompanha a evolução das pesquisas sobre o trabalho de mulheres, dentro do campo dos estudos de gênero. A evolução pode ser caracterizada como a *emergência do sujeito*, quando as análises do tema deixaram de ter como centro as preocupações macro-econômicas, onde a pessoa da trabalhadora doméstica era relegada a uma posição marginal, e passaram a considerar os atores que compõem esta relação de trabalho.

No primeiro momento, as análises sociológicas feitas sob a influência da teoria marxista ocupavam-se de compreender o emprego doméstico à luz das questões sobre a industrialização tardia e da formação de um exército industrial de reserva. Sendo o emprego doméstico uma atividade não produtiva na sociedade capitalista, importava buscar no emprego doméstico aquilo que explicaria a sua permanência em uma sociedade que se industrializava. No segundo momento, as empregadas domésticas e as patroas deixaram de aparecer nas análises apenas como dados estatísticos e passaram a ser consideradas como atores ativos que interagem no mercado de trabalho e na sociedade.

A emergência do sujeito nas pesquisas sobre o trabalho e o emprego doméstico ocorreu simultaneamente à revalorização do político e do social como instâncias autônomas, não mecanicamente subordinadas à economia, numa revisão da dicotomia clássica marxista da relação entre infra-estrutura e super-estrutura.

A respeito dessa evolução escreveu Bruschini:

De fato, uma análise das principais tendências focalizadas pelo debate teórico sobre o trabalho feminino no Brasil revela a seguinte evolução: de uma preocupação inicial centrada sobre a incorporação ou a expulsão da força de trabalho feminina do mercado de trabalho sob o capitalismo, os textos começam a mostrar, pouco a pouco, uma sensibilidade crescente quer pelos fatores culturais e simbólicos, que assim explicam a subordinação feminina, quer pelos aspectos relacionados à inserção das mulheres dentro do espaço da reprodução familiar (Bruschini, 1994: 21)

A subordinação feminina, passou desde então, a ser problematizada como um complexo sistema cultural e simbólico, que é apropriado também pelo modelo econômico capitalista. A partir deste salto analítico, os estudos sobre o emprego doméstico aprofundaram as investigações sobre as interconexões entre classe, gênero, raça e etnia e, mais recentemente, geração, criando um quadro explicativo mais complexo, porém mais abrangente para a compreensão do fenômeno e da sua permanência mesmo com o avanço da industrialização e da modernidade.

Saffioti (1978) elaborou o trabalho que talvez seja o mais emblemático do primeiro momento, com o sugestivo título *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Neste livro, o trabalho doméstico é analisado a partir da categoria de *exército de reserva* e das dicotomias trabalho produtivo-trabalho improdutivo e trabalho capitalista-trabalho não capitalista. Para Saffioti, o capitalismo tardio brasileiro mantém uma imensa massa de mulheres das classes populares, empregadas domésticas e também donas de casa, à espera do momento de crescimento da economia capitalista, especialmente do setor industrial, que incorporaria essa força de trabalho ao mercado como estratégia de regulação de salários e controle das tensões típicas do embate entre trabalho e capital. Ela opera teoricamente conceituando o trabalho doméstico como atividade não produtiva no modo de produção capitalista, uma vez que o trabalho doméstico representa a perpetuação das formas não capitalistas de trabalho. O que está implícito nesta posição é a noção de um país dividido em duas partes: uma parte urbana, industrial, capitalista e moderna, que comanda a outra parte, presa às tradições culturais arcaicas, onde permanecem reminiscências de produções não capitalistas.

Apesar disto, Saffioti destaca a importância do trabalho doméstico na reprodução social das classes trabalhadoras e, portanto, da sociedade capitalista, mas o faz com ressalvas, acreditando que a tendência deste é desaparecer ou se reduzir ao mínimo como trabalho acessível apenas às famílias burguesas mais endinheiradas numa sociedade capitalista moderna. Saffioti deve ter montado este

quadro a partir do modelo europeu e norte-americano, onde o emprego doméstico mantém-se limitado às classes mais ricas da sociedade. Porém, mesmo nas sociedades européias onde o declínio do emprego doméstico remonta ao início do século 20, permanecem formas de emprego doméstico, ainda que sob a forma de trabalhos pontuais, tais como babás; faxineiras; acompanhantes de idosos ou cuidadores de animais domésticos (Kaufmann, 1996 e 1997). Mas a autora considera também que o estado de concentração de renda na sociedade brasileira mantém e pode levar a aumentar a quantidade de empregadas domésticas.

A posição de Saffioti, de acordo com Kofes (2001), é equivocada por ela procurar na casa as mesmas relações racionais que caracterizam o trabalho no chão-de-fábrica: “a casa foi desprezada por não ser a fábrica”. Segundo essa interpretação, Saffioti acaba dizendo o que o emprego doméstico não é, mas não elucida o que ele é, considerando que o mesmo caminho pode ser aplicado a outras atividades do setor terciário. Um outro argumento de Saffioti, de que o emprego doméstico se fundamenta em “relações afetivas e paternalistas” também é insuficiente para caracterizar as relações de trabalho entre as patroas e as empregadas domésticas, segundo Kofes.

Um trabalho pioneiro que marca a transição entre o primeiro momento, em que o emprego doméstico é considerado do ponto de vista das questões macroeconômicas, e o segundo momento, em que as empregadas domésticas emergem como sujeito, foi realizado pelo Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (1970)¹⁶, considerando o caso específico de Recife.

O estudo procura mostrar as condições de vida das empregadas domésticas, suas aspirações, mas também abre-se para o ponto de vista das empregadoras e das agências de emprego. O estudo revela a forte rotatividade dessa mão-de-obra, com 40% das empregadas afirmando permanecer menos de um ano no emprego. A

¹⁶ O trabalho cujo título é “As empregadas domésticas do Recife, suas condições de trabalho e aspirações”, foi produzido a partir de pesquisa efetuada pelas participantes do IV Curso de preparação em pesquisa social, e é descrito como um estudo de tipo preliminar, exploratório e parcial.

esta rotatividade procura-se dar vários tipos de explicações; um dos argumentos baseia-se na questão do relacionamento entre patroas e empregadas, considerado como uma especificidade desta relação de trabalho, demonstrando uma sensibilidade que até então ficava relegada ao segundo plano nos estudos sobre o emprego doméstico. Recorrendo às explicações estruturais, o estudo busca na estrutura do emprego da cidade do Recife, então sob impacto do crescimento industrial, outras razões para explicar a rotatividade. A análise feita revela a dificuldade que as patroas têm em conseguir selecionar boas empregadas domésticas, uma vez que um contingente cada vez maior desta mão-de-obra estava sendo absorvido pelos setores industriais (Instituto de Pesquisas Sociais, 1970: 21). Nesta enquêta, 40% das empregadas domésticas entrevistadas em 1969 desejavam se tornar operárias. Por isto, a dificuldade de encontrar a “empregada ideal” era atribuída a essa “indústria devoradora de jovens”, potencialmente das empregadas domésticas e esta idéia que acaba prevalecendo na conclusão do trabalho.

Uma visão singular sobre o trabalho doméstico foi oferecida por Lima (1982). Elegendo como foco de interesse as patroas, sua hipótese é de que as mulheres são dominadas e alienadas de tal forma que elas reproduzem essa dominação na relação patroa-empregada. Para demonstrar isto, Lima toma a família como uma empresa. Para ela, todas as formas de organização humana se constituem primariamente pela divisão social do trabalho entre homens e mulheres. A família se constituiria como uma primeira empresa, a mais central na sociedade, igualmente dentro desta lógica da divisão do trabalho. O trabalho de Lima é interessante ao introduzir no centro do debate a questão das relações entre patroas e empregadas, ainda que de um ponto de vista unilateral, e utiliza a hierarquia existente no interior das famílias para confirmar sua interpretação. Porém, colocando no mesmo patamar família e empresa, Lima não consegue dar conta da diferença entre a célula familiar e a “intrusa” empregada doméstica, ocultando, a meu ver, a especificidade da situação de exploração da empregada doméstica, por um lado, e, por outro lado, a

especificidade dessa dominação exercida pelas patroas. Não se pode perder de vista o erro metodológico de Lima ao equiparar a família à empresa. As famílias, diz Bourdieu (2001), “são corpos animados” cujas estratégias de reprodução englobam um conjunto de outras estratégias – de fecundidade, de alianças matrimoniais, de herança, e, por fim, estratégias econômicas e de educação, que visam “perpetuar seu ser social, com todos seus poderes e privilégios”, e Lima perde a especificidade da família em sua empreitada. Mas a sua interpretação conserva de positivo o olhar a família como lugar de reprodução da força de trabalho “perfeitamente estruturada e racional do ponto de vista das finalidades capitalistas” (Lima, 1982: 102), e assim consegue colocar em questão o valor do trabalho doméstico, a sua inserção no capitalismo e o lugar da família no sistema capitalista.

Farias (1983) fez um estudo sobre a desvalorização do trabalho doméstico que, como um trabalho cada vez mais “feminino”, reflete a discriminação que sofrem todas as mulheres. O caminho analítico que a autora percorre inicia por enxergar no emprego doméstico reminiscências da escravidão. Ela nota no movimento abolicionista duas tendências contraditórias e coexistentes: uma que parte do movimento higienista inspirado nos pressupostos raciais europeus que, visando à diminuição do uso da mão-de-obra escrava, passa a associar o escravo e os negros ao que é sujo e não higiênico. Dessa tendência partem as recomendações para a elite dispensar as empregadas domésticas negras e admitir somente as mulheres brancas. A outra tendência associa o trabalho doméstico ao que é de pouco valor, sem prestígio, e isto é que permite à velha escrava negra permanecer servindo à família como empregada doméstica, mesmo após a abolição. Uma tendência quer afastar a presença negra no interior da família, a outra, quer mantê-la numa posição de subordinação ainda que sob a forma de trabalho livre e assalariado. Para a autora, em ambos os casos, o emprego doméstico permanece como uma herança da escravidão: é ele que permitiu e ainda permite a emancipação das mulheres das classes médias do serviço doméstico.

Neste ponto Farias passa para outro momento analítico, em que articula gênero e classe social na análise do trabalho doméstico. Para ela, como para Saffioti, a existência do trabalho doméstico na sociedade brasileira deve-se ao modelo de desenvolvimento capitalista aqui implantado, concentrador de riquezas e excludente da maioria do povo. Segundo a autora, o modelo de desenvolvimento brasileiro está baseado sobre importantes desigualdades regionais, criando um estado de pobreza tal que o emprego doméstico permanece uma alternativa importante na falta de outras alternativas de trabalho. A autora analisa detalhadamente o trabalho doméstico, remunerado ou não, focalizando a articulação entre produção e reprodução, que, afirma, vai além da discussão entre trabalho produtivo-capitalista versus trabalho improdutivo-não capitalista, uma vez a reprodução é importante em qualquer modo de produção e não só para o capitalismo. Seu percurso analítico mostra o trabalho doméstico como um “não trabalho”, ou seja, uma atividade em que a invisibilidade, o não reconhecimento e a naturalização das desigualdades marcam uma relação que reflete o tipo de dominação que é exercido pelo homem sobre a mulher. Como argumento, mostra que as patroas procuram empregadas domésticas cujas principais características sejam a honestidade e a docilidade – “que não respondam e que reconheçam o lugar de cada um” – e conclui: “(...) aproximadamente 70% das patroas revelam, de uma forma ou de outra, posições “de classe”, ou seja, posições que de certa maneira são justificativas da inferioridade dos “pobres” face à “superioridade” dos ricos” (Farias, 1983:118).

A relação entre emprego doméstico e subordinação das mulheres é retomada em outras obras, mas nos interessa aqui destacar os trabalhos onde são articulados novos elementos analíticos: a questão da identidade, em Kofes (2001) e Girard (1993); a questão da subordinação da mulher pela mulher, em Kofes (2001) e em Lima (1985), e a questão das diferenças de geração em Castro (1991) e Anderfhuren (1999).

Kofes empreende a sua pesquisa sobre o trabalho doméstico baseada em duas dimensões analíticas: uma sobre “O conjunto de representações sobre a relação empregada doméstica-patroa, os atributos de suas identidades, as tarefas executadas e finalmente sobre o próprio doméstico” e outra sobre “A interação entre empregada doméstica e patroa na unidade doméstica” (2001:62). Ao escolher o “contexto cultural”, contido na primeira dimensão e o contexto interativo, contido na segunda dimensão, Kofes desenvolve o conceito doméstico/domesticidade que permite focalizar a casa como um espaço social com estrutura e organização definidas, dimensão universal relacionada à *reprodução social*, e que através da demarcação de espaços, tempo, roupas, gestos, hábitos e comensalidade, realiza a *domesticação*, definida como o treinamento de hábitos culturais sob a atitude de mando/obediência em relações marcadas pela desigualdade e hierarquia: “Domesticar é ‘querer que você faça da maneira como queremos que faça’” (Kofes, 2001:384).

Assim, o conceito de *doméstico* permite a Kofes situar a relação patroa-empregada doméstica como relação paternalista e afetiva, própria do domínio privado e, simultaneamente, como relação racional própria do espaço público do trabalho. Denunciando a restrição da dicotomia público-privado para a análise das relações de trabalho doméstico, o que também é feito em outros estudos sobre gênero e família, Kofes imprime uma nova dimensão teórica à análise que lhe permite desprender-se dos velhos debates sobre trabalho produtivo x trabalho improdutivo, trabalho capitalista x formas não-capitalistas, na relação do emprego doméstico assalariado.

O seu trabalho

(...) sugere a necessidade de recusar a idéia de que mulheres ou homens, classes, etnias ou raças, possam ser aprioristicamente considerados como grupos, como categorias sociológicas ou demarcados por pertinências identitárias (...) esvaziadas das relações e lugares em que são produzidas (Kofes, 2001:36).

Isto é, Kofes vai buscar nesta relação entre patroas e empregadas os elementos que ora marcam similitudes, ora marcam diferenças entre as patroas e as empregadas domésticas. Explora as situações em que a empregada doméstica representa um risco para a família, mais imaginário do que real, segundo a autora, que se manifesta em situações cotidianas como quando a empregada faz uso de algum objeto da patroa, ou mesmo por ser confundida como uma substituta da patroa. Explora também o que chama de semi-mito do suposto sentimento, recorrente entre muitas patroas, que se referem às empregadas como pessoas “da família”:

A expressão “membro da família” expressa um mecanismo ideológico fundamental nessa relação, mas não no sentido de que os agentes envolvidos estejam iludidos por um real falso. Talvez nenhuma das parceiras (polares) dessa interação acredite no que afirma esta frase, mas nesse caso não se trata de acreditar ou não. O efeito ideológico dessa afirmação, do ponto de vista da patroa, é que ela torna possível a aceitação de uma pessoa socialmente estranha dentro de casa, compartilhando o cotidiano da família. Trata-se de uma justificativa, em seus próprios termos, quase como uma estratégia de “efeito adequador”. Essa expressão, no que concerne à empregada, expressa outra estratégia, que é abrir vias de acesso que estruturalmente ainda lhe são fechadas. (Kofes, 2001: 178)

Kofes conclui sua tese acentuando que o emprego doméstico implica na interação entre duas mulheres em um lugar que potencialmente poderia estabelecer uma identidade de papéis e de funções sociais, mas que esta possibilidade de igualdade é abortada pelas desigualdades e pelas construções identitárias que marcam as diferenças:

A identidade teria, aí, que ser evitada, principalmente a quem interessa manter essa ordenação de seu próprio doméstico: a mulher patroa. Compartilhar identidades seria compartilhar afetos, posições, status. (...) Daí porque o exacerbamento do simbólico na demarcação das diferenças no cotidiano dessa interação. O jogo aguçado e constante da possível identidade combinada às diferenças e desigualdades, e a uma possível igualdade, faz das falas, dos gestos, do espaço e da corporalidade uma constante expressão de “quem é quem”. (Kofes, 2001: 387 e 390).

Da tese de Kofes, interessa reter a forma como ela descortina os mecanismos que reconstróem os antagonismos de classe em situações cotidianas onde a dominação é exercida de mulher para mulher, recusando completamente as teses essencialistas sobre uma suposta identidade apriorística entre as mulheres.

Lima (1985) também estuda o tema da reprodução da opressão pela mulher sobre outra mulher na relação de emprego doméstico. Para ela, que também associa o emprego doméstico com uma certa herança escravagista, as conseqüências da exploração, da marginalização e da subordinação através do emprego doméstico resulta numa imensa passividade e imobilismo das empregadas domésticas face à sua condição. Segundo a autora, as domésticas chegam a um nível tal de alienação que ficam incapazes de discernir os mecanismos de exploração, em virtude mesmo dessa relação de tipo “familiar”. A expressão maior desta confusão, para a autora, manifesta-se na forma de presentes, “os agrados” que são oferecidos pelas patroas, que acabam criando um sentimento de obrigação por parte da empregada, de servir melhor para manifestar sua gratidão com a atitude da patroa. Segundo a autora, os “agrados” são a marca da dominação que se opõem frontalmente à lógica do direito.

Um outro aspecto a destacar em Lima (1985) é a categorização das empregadas domésticas segundo os tipos de serviços que exercem. As cozinheiras são as mais velhas, as mais bem pagas e as que têm as tarefas e os horários melhor definidos. As faxineiras não têm horário definido de trabalho, pois o trabalho de faxina nunca acaba, é cíclico, mas que também requer pouca experiência e responsabilidade para executar. O serviço que requer o maior grau de responsabilidade é o de babá, evidentemente, mas, apesar disto, é a função que paga a pior remuneração e é exercida pelas empregadas mais jovens, porque ela “é vista exatamente como aquela que brinca com as crianças” (Lima, 1985: 72).

Retornando à questão da identidade, o trabalho de pesquisa de Girard¹⁷ sobre o trabalho doméstico oferece contribuições importantes para o que estou pesquisando. A tese de Girard (1993) focaliza a questão da cidadania através do estudo da identidade das empregadas domésticas e de suas representações, procurando responder como é possível reconstruir o processo de formação histórica e sociológica da identidade desse grupo e como elas mesmas o reconstróem e, ainda, como esta reconstrução pode contribuir para uma reflexão sobre uma época ou uma cultura (Girard, 1993: 14).

Para a autora, a identidade social se constitui tanto partindo do real quanto partindo de um imaginário social que se constrói desde o real, “como resultante de diferentes posições que o indivíduo ocupa em sua história”, situando-se no cruzamento entre a posição de origem (a identidade herdada), a posição atual (a identidade adquirida) e a posição esperada (a identidade desejada) (Girard, 1993). Assim, a identidade do indivíduo se constituiria a partir de uma leitura que o indivíduo faria partindo de sua própria história e de como entende sua identidade (Girard, 1993: 77). E dessa noção de identidade Girard situa a exclusão dentro de um sistema de produção e de circulação de valores sociais: “É a partir de uma identidade que eu imagino possuir ou que me é atribuída que eu sou excluída ou que me excluo” (Girard, 1993: 83). Partindo de Goffman, ela mostra o processo de estigmatização, que começa a partir do conhecimento do que a sociedade pensa, até a interiorização, pelo indivíduo, do que “pensa a sociedade”. Esta interiorização pode seguir diferentes caminhos: pela assimilação total ou parcial das idéias que a sociedade tem sobre o grupo estigmatizado, por recusa, por aceitação parcial, ou pela transformação do estigma em “arma”. Porém, para Girard, é a pesquisa das representações empreendida através das biografias e entrevistas individuais que deve permitir

¹⁷ Desta pesquisa Christiane Girard publicou dois artigos: “La citoyenneté des employées domestiques à Brasília”, in: MARQUES PEREIRA, Bérengère; BIZBERG, Ilán (org.), *La citoyenneté sociale em Amérique Latine*, Paris: CELA.IS/L'Harmattan, 1995, pp 246-254; e, “Citoyenneté et culture de la domesticité des femmes noires au Brésil”, in: MARQUES PEREIRA, Bérengère; CARRIER, Alain (org.), *La citoyenneté sociale des femmes au Brésil*, Paris: CELA.IS/L'Harmattan/UNESCO, 1996, pp. 147-164.

desenhar os contornos de uma cultura que fornece um senso de trajetórias aos indivíduos.

Girard aprofunda o debate sobre a questão da herança da escravidão mais do que outros autores que tratam desse tema em relação ao emprego doméstico, sem recorrer à visão economicista da perpetuação de formas de trabalho tradicionais exteriores ao modelo capitalista, apontando para características subjetivas e objetivas das interações entre patrões/patroas e empregadas domésticas.

A questão de Girard é saber de qual cidadania os “grupos dominados” podem gozar. Ela recusa a idéia de que o *ethos* da relação de dominação seja definido por um estado de alienação ou de uma “falsa consciência” dos dominados. Para ela, o *ethos* está numa nova cultura que surge entre os dominantes e os dominados em confrontação, de uma adesão que é ao mesmo tempo uma resistência à cultura dominante, que é própria dos encontros inter-raciais. E, ressalta, enquanto na França as idéias higienistas farão desestruturar o mundo das empregadas domésticas, principalmente das “*gardiennes d’enfants de la bourgeoisie*”, no Brasil as mesmas idéias produziram efeitos diferentes, pois o modelo de família latifundiária com suas ambigüidades não se seduziu por essa ruptura, mas os saberes foram desvalorizados e os portadores destes saberes considerados cidadãos de segunda classe.

Castro (1989) denuncia a desproporção entre o enorme debate movido pelo tema do trabalho doméstico não remunerado, que se debruça sobre as questões da dupla jornada de trabalho e da subordinação da mulher, considerando pequena a produção teórica sobre o emprego doméstico, devido à dependência brasileira de teorias estrangeiras que não refletem a realidade sulamericana e brasileira. A insistência de Castro em construir um modelo de análise que incorpore as noções de classe e gênero, evolui, em seu segundo trabalho, de 1991, para uma articulação ainda maior de categorias. Adicionando as noções de raça e de geração nas análises, ela mostra como os interesses das empregadas domésticas se diferenciam

segundo as idades, a classe e a raça, que refletem as situações de exploração diferentes, como no caso das idades:

Há indícios claros de discriminações baseadas sobre os fatores das idades, tais como a exploração do trabalho infantil, o abuso sexual de crianças e adolescentes, a seleção do trabalho em função da idade e o abandono das mulheres por seus maridos ou companheiros quando elas envelhecem. (Castro, 1991:13).

Ela também demonstra porque o sindicato (de trabalhadores domésticos de Salvador) é formado pelas mulheres mais velhas: as mais jovens acreditam que é uma desvantagem na carreira profissional assumirem-se como domésticas, uma vez que pensam neste trabalho como transitório. O sindicato também é mal visto pelos homens, principalmente pelos cônjuges e companheiros, e isto é causa de conflitos na vida conjugal. Mostra também como o conceito de classe social tem um “significado particular” para as empregadas domésticas militantes, que se assemelha muito mais à questão da cidadania e, portanto, passa mais por um projeto político a conquistar, que não é necessariamente um projeto de classe nos moldes clássicos (Castro, 1991: 40). Enfim, o trabalho de Castro é importante do ponto de vista de multiplicar as possibilidades de explicação do fenômeno, rejeitando as explicações monocausais, obrigando a refletir sobre as interações entre classe, gênero, idade e raça.

Por fim, temos o trabalho de Anderfuhren (1999), ao qual já me referi e cuja pesquisa empírica foi desenvolvida com as empregadas domésticas de Recife. Ela analisa a inserção das domésticas no mercado de trabalho e suas representações como mulheres, trabalhadoras, pobres e migrantes, descrevendo suas trajetórias e estratégias como um jogo entre a busca da autonomia e as situações de subordinação. Também analisa a condição da empregada doméstica de ser “quase da família” – um “semi-mito” nas palavras da autora – que é colocado tanto da parte dos patrões como das empregadas. Segundo ela, esta condição dúbia é, ao mesmo

tempo: a) definidora das estratégias que a empregada vai se servir para obter melhores condições de trabalho e alojamento e melhor tratamento; b) definidora da distância social que acaba solapando muitas dessas estratégias, devido à condição perene de instabilidade que traz o “ser quase” e nunca o “ser” incondicionalmente; c) definidora das relações de trabalho baseadas em favores e que sonham direitos sociais em nome da informalidade e afetividade entre as partes. Este último aspecto é o que leva as patroas à busca de estabelecer relações afetivas como estratégia de “assegurar” a intimidade da casa e a segurança da família e, no caso das empregadas domésticas, a preocupação em evitar as situações de conflito.

Para a autora, uma relação que nunca pode ser totalmente transparente e racional compromete a capacidade de leitura da realidade e de construção de estratégias das empregadas domésticas, que, portanto, orientam sua trajetória profissional de uma forma não muito racional e lógica, adotando posições imprevisíveis e nem sempre congruentes. É aí que, segundo a autora, o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu encontraria seus limites, uma vez que a instabilidade extrema de certas situações condicionaria uma série de impossibilidades para o *habitus* operar as “boas escolhas” (Anderfuhren 1999:49). Esta falta de constância no sentimento de pertencimento e da capacidade de previsibilidade, na visão da autora, falseia a eficácia do *habitus*, produzindo a construção de uma identidade *polimorfa* que se reajusta parcialmente, ora de maneira transitória, ora de maneira durável. Daí ela opera o conceito de *habitus* associado ao conceito de *socialização*, para explicar a capacidade de adaptabilidade das empregadas domésticas, capacidade que permite uma maior ou menor integração da empregada doméstica à família empregadora e, contraditoriamente, também facilita a mobilidade de emprego.

Um dos elementos de socialização mais marcante na construção da identidade das empregadas domésticas, considerado pela autora, é o primeiro emprego. O primeiro emprego é analisado pela pesquisadora a partir da questão do *choque*, que é a separação de sua família ainda na infância ou no início adolescência

(no caso de algumas das empregadas entrevistadas por Anderfuhren e da totalidade das entrevistadas nesta pesquisa), e a questão do *estranhamento* pela inserção no meio de uma família com modos de vida e condições sociais diferenciadas. Analisando as redes de engajamento que levam crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos de idade ao primeiro emprego doméstico, Anderfuhren vê no *controle* dos empregadores sobre a recém empregada o efeito mais imediato e evidente desta mudança de posição da criança-adolescente: como, na maioria das vezes, a família empregadora é conhecida da família ou de pessoas próximas à família da menina, a condição para o engajamento desta é a transferência de responsabilidade dos pais para os empregadores, que devem se comprometer em “cuidar” dela e afastá-la dos perigos que rondam essa idade. Como consequência disto, a maioria dos depoimentos colhidos se refere ao primeiro emprego como uma fase em que se “vivia presa”. Ou seja, enquanto a maioria das adolescentes ampliam sua autonomia em sair de casa quando começam a trabalhar em outros tipos de emprego, e, geralmente, estes trabalhos são eles mesmos oportunidades de maior socialização, as adolescentes que se tornam empregadas domésticas tem sua socialização restrita à família empregadora, quase que exclusivamente, e sua autonomia controlada por outros que não sendo seus pais, têm grande poder de controle sobre seu tempo, seu direito de ir e vir e seus relacionamentos sociais.

Embora discordando de Anderfuhren (1999) no que concerne aos limites que ela atribui ao conceito de *habitus*, como se este fosse adquirido na infância e então fosse *congelado*, permanecendo imutável, é interessante esta associação entre *habitus* e *socialização* que ela propõe, que pretendo manter, utilizando a noção de *socialização* para demarcar as diferentes influências na vida das adolescentes empregadas domésticas e a noção de *habitus* para assinalar as construções simbólicas que se formam com base nesses processos de socialização.

3.2 - O trabalho doméstico segundo as adolescentes empregadas domésticas

Pretendo estudar pra eu ser alguma coisa na vida. Porque assim, sem passar da quarta ou quinta série... Minha vó trabalha em que? Em casa de família. Quero estudar, porque quando eu crescer quero ser alguma coisa na vida. (Silvana, 13 anos, mensalista não residente)

Nas entrevistas feitas com os 2 homens adolescentes e as 13 mulheres adolescentes, o trabalho doméstico aparece como uma fase provisória da vida, não como projeto de vida. Mesmo para as três adolescentes que afirmaram gostar do trabalho doméstico (Edja, Fabiana e Jaqueline), este não era visualizado em seu futuro, ou não era admitida a hipótese de que, caso tivessem uma filha, ela poderia trabalhar como empregada doméstica. Os motivos para isso podem ser encontrados nas experiências pessoais que adquiriram nos empregos pelos quais passaram, onde algumas adolescentes vivenciaram situações de humilhações e até de maus tratos, ou nas experiências familiares, onde os exemplos de mulheres mais velhas na família foram citados como exemplos de que o trabalho doméstico não oferece condições para conquistar uma vida mais ou menos confortável e segura para a sobrevivência familiar. Assim, nas respostas sobre seus sonhos e o que gostariam de fazer na vida, o emprego doméstico só é admitido como opção por uma adolescente, a mais nova, Fabiana, de 12 anos, cujo sonho tem muito a ver com o consumo de roupas, pois admite qualquer trabalho, desde que tenha que sair de casa bem chique para ir trabalhar.

A impressão que fica é que, quer gostem ou não do trabalho doméstico, ele é um trabalho sem valor, sem futuro, um trabalho que não é reconhecido socialmente, a começar por aqueles a quem se presta o serviço, pela patroa e demais membros da família empregadora, dos quais se ouvem muitas reclamações ou, até mesmo, acusações de pegar algo que não devia, comer algo que não devia, como revelam alguns depoimentos.

O certo é que o emprego doméstico não foi a opção de trabalho procurada pelas adolescentes. Todas, sem exceção, referem-se ao emprego doméstico como aquilo que apareceu, que não houve outra oportunidade. Como também é revelado por Madeira (1997), este mercado de trabalho é uma importante fonte de empregos para essa faixa etária, principalmente no Nordeste do país.

Há ainda uma idéia de que o trabalho doméstico limita a liberdade individual da empregada doméstica, que foi expressa por algumas das mensalistas residentes, que vivem a relação de trabalho mais complexa, pois envolve a reclusão na casa da patroa durante toda a semana ou quinzena de trabalho. A situação de trabalho vivida pelas adolescentes empregadas domésticas, mesmo não sendo mensalistas residentes, é uma inversão de parte daquilo que os adolescentes buscam ao sair para o trabalho: a liberdade de estar longe do controle dos pais, a autonomia de ir e vir, o conhecimento de novas pessoas e novos lugares (Madeira, 1997; Heilborn, 1997, 2000) O emprego doméstico torna-se uma forma de controle das adolescentes que pode ser ainda mais vil do que a situação vivida em sua casa, com a limitação dos contatos sociais e a intensificação dos controles sobre alimentação, vestuário e costumes.

A percepção de que há direitos que são negados às empregadas domésticas reforça o sentimento de exploração e a impotência de negociar só pode levar ao desejo de abandonar o emprego doméstico, de fazer outra coisa qualquer, mesmo que seja recepcionista ou telefonista.

Todas essas situações foram observadas nas entrevistas realizadas com as adolescentes domésticas e estão incorporadas nos sentidos que são construídos sobre o emprego doméstico, como expressam com suas próprias palavras.

Um serviço tão insignificante

Eu deixei de estudar há dois anos, mas eu tenho fé em Deus que eu vou voltar a estudar, pra terminar meus trabalhos e ter outro serviço melhor. Não quero trabalhar o resto da minha vida assim, na casa dos outros. Porque eu acho que

não...como é que se diz... assim... eu acho que eu não mereço isso, essa desgraça, eu não gosto não. Assim, não é bom...sei lá ...um serviço assim... queria um trabalho assim, diferente pra mim, porque na casa dos outros... é muito ruim a pessoa trabalhar na casa dos outros... aí eu queria assim um serviço diferente pra mim.

[P – Como você se sente convivendo com uma família que não é a sua?]

Muito mal. Muito mal assim porque... é tão chato você conversar com uma pessoa assim, né, se não é da família da pessoa. (...) Se eu pudesse viver com a minha família, na casa dos outros eu me sinto péssima!

(...) Eu não gostei de ir trabalhar não. Por que? Sei lá, sempre teve aquela notícia de empregada doméstica. Porque é um saco! Eu não gosto! Sempre uma coisa que eu não quis era isso pra mim, mas aconteceu... O que a gente não gosta sempre... porque parece que é um azar que bota no quengo da gente.

[P – O que é melhor e o que é pior em ser uma empregada doméstica?]

Pior, assim, é porque eu não gosto! Você diz assim: “pior é porque...” sei lá, quando você diz assim... Primeiro, todas as casas que eu trabalho são diferentes. Os patrões, a patroa. Mas eu não gosto de trabalhar na casa dos outros não, é uma coisa que eu não gosto de fazer, mas eu tenho, porque eu tenho que comprar as coisas pra mim.

(...) Se eu tivesse uma filha era uma coisa que eu não queria pra ela não. Eu fazia de tudo pra ela não trabalhar na casa dos outros. Por que? É um serviço... como é que se diz... tão insignificante pra uma pessoa! Como é que se diz mesmo? Como é mesmo? É... [risos] eu esqueci agora, deu um branco na minha cabeça. É um serviço tão chato pra uma pessoa trabalhar. (...) em lojas, em supermercado, essas coisas assim, esses serviços são muito melhores do que você na casa dos outros. Você trabalha durante o dia e de noite tá em casa, e na casa dos outros não, você vai pra casa uma vez por mês, de quinze em quinze dias. Aí sempre fica ruim pra pessoa.

(...) O meu maior sonho é desistir das casas dos outros [risos]. (...) do jeito que eu me acostumei nas casa dos outros, eu posso me acostumar em outras coisas. Mas se vai ficar em casa abaixando o rabo e só obedecendo a patroa também não vai me levar a lugar nenhum [riso]. Ficar em casa e não trabalhar mais na casa dos outros, é isso que eu vou fazer, se Deus quiser! Ter os meus estudos, ter as minhas coisas somente pra mim, assim, um serviço melhor pra mim. Meu sonho é sair da casa dos outros e ter um serviço melhor pra mim!

(Mônica, 16 anos, mensalista residente) (grifos meus)

O depoimento de Mônica demonstra que o sentido que ela constrói do trabalho doméstico não é exclusivamente de sua experiência particular. A alusão que ela faz à “*notícia de empregada doméstica*”, é significativa de mensagens que chegam do rádio, da televisão ou do boca-a-boca, que colocam a empregada doméstica sempre em posição inferior. A fala, entrecortada de pausas para definir o trabalho doméstico, de repente encontra uma expressão forte, “*um serviço tão insignificante pra uma pessoa*”, mas a definição é logo abafada pela informante, numa tentativa de redefinir o sentido atribuído ao trabalho doméstico: “*deu um branco na minha cabeça*”. Depois, o sentido é “aliviado”: “*é um serviço chato pra uma pessoa*”

trabalhar”, pois admitir o seu trabalho como insignificante é quase como admitir-se insignificante.

O que torna o serviço doméstico chato e insignificante para Mônica? Mônica não se queixou de alguma tarefa que tenha que fazer, pois mesmo sendo babá e trabalhando com outra empregada doméstica na mesma casa, ela diz que ajuda em outras tarefas “quando não está brava”. Mas, por outro lado, demonstrou bastante incômodo pela situação de ficar “na casa dos outros”, como ela sempre se refere ao local onde trabalha. Trabalhar na “casa dos outros” é não ter um espaço reconhecido como seu: “Mas eu não tenho um espaço meu, tudo é da patroa, esse quarto mesmo, eu fico lá, mas logo tenho que sair pra cuidar das coisas”. E é por trabalhar “na casa dos outros” que o controle sobre da empregada doméstica é grande, a começar pelo controle do tempo, impedindo o descanso, e passando por outras restrições que vão desde a alimentação, à circulação, aos contatos sociais com outras pessoas, como será tratado no próximo capítulo.

O sonho de Mônica é “desistir da casa dos outros”, que expressa como o emprego doméstico não foi/é desejado, mas é considerado como uma situação passageira, uma fase a ser superada para poder alcançar “um serviço melhor”.

Não é profissão que alguém procure

(...)e eu era uma estranha ali. Eles todos eram família, eu só que era estranha. Aí eu fiquei assim num lugar, paralisada né, sem olhar pra cara dele e sem olhar pra cara dela.(...)No começo tinha vergonha de ser empregada doméstica, mas agora não tenho mesmo. Cada um se sustenta como pode! Eu não tenho muita oportunidade, muitas opções. Tem que ser aquilo, tinha só aquilo.(...) Conheço os direitos, eu aprendi aqui no Cendhec [Centro de defesa dos direitos humanos, que desenvolve um projeto com adolescentes empregadas domésticas, onde foi feita a entrevista]. Sei quais são meus direitos, mas são desrespeitados. Carteira assinada eu não tenho! Férias eu não tenho! Deixa eu ver... são tantos! Tanta coisa... Aliás, eu só faço trabalhar e receber. (...) Na televisão eu já ouvi falar de empregada doméstica que se realizou na vida, que a mulher trabalhou e conseguiu comprar apartamento. Hoje em dia ela trabalha porque ela quer, ela tem condições de se sustentar. Mas que eu conheça assim não.(...)

[P – Qual o seu maior sonho?]

Há um tempo atrás eu queria ser tipo uma empresária, mas eu vejo que isso é tão distante que eu não penso mais nisso. Eu não sei mais o que pensar, só sei que eu quero ser alguma coisa, fora isso. Eu não quero passar a minha vida inteira limpando uma casa que não é minha.(...) Isso não é profissão que alguém procure, é que aparece assim. Isso aí. Tem que sair até da escola se você tá precisando. Você tá precisando naquela hora e não tem mais nada, tem que ser aquilo e pronto! Porque se pudesse escolher seria por outras [profissões], não

seria essa. E pra vida dos meus filhos eu quero o melhor! Acho que o melhor não é casa de ninguém, não é limpar, não é varrer casa de ninguém, lavar roupa de ninguém! É ter uma profissão por escolha mesmo! (Verônica, 17 anos, diarista) (grifos meus)

Verônica, neste trecho de seu depoimento, revela o momento em que se sentiu estranha na situação de empregada doméstica. Ela se refere ao último emprego, onde ela teve o primeiro contato com uma família de classe média, pois nos empregos anteriores Verônica tinha trabalhado como babá na vizinhança de sua casa. Não que essa experiência anterior tenha sido fácil. Ela cuidou de uma criança autista durante três anos seguidos, filho único de uma mulher trabalhadora, e ela ficava sozinha com a criança ou a levava para sua casa e 3 vezes por semana a acompanhava para fazer tratamento em um centro especializado. Preparava o lanche, carregava o menino nos braços (que tinha apenas 2 anos quando ela começou a cuidar dele), pegava o ônibus, esperava mais de duas horas até o menino voltar pra casa, os dois com fome, preparava o almoço, dava banho e colocava pra dormir. Ficou emocionalmente tão ligada ao menino que entrou em depressão, que foi descoberta por uma das psicólogas que atendiam o menino. Mas, apesar disto, Verônica até então convivia com pessoas do seu mesmo meio social e cultural.

Estudando no Ensino Médio, Verônica revela porque trabalha como empregada doméstica: *“Eu não tenho muita oportunidade, muitas opções. Tem que ser aquilo, tinha só aquilo”*. A consciência dos direitos sonogados somente agrava o sentimento de um trabalho sem valor: *“só faço trabalhar e receber”*, disse ela. A empregada doméstica que conseguiu comprar um apartamento é história de televisão, ela não conhece ninguém assim na vida real. Mais uma vez, como Mônica também disse de seu jeito, o emprego doméstico não é assumido como opção, mas como o que apareceu. Daí, a vontade de Verônica é *“ter uma profissão por escolha”*.

O emprego doméstico não é a escolha das adolescentes, é simplesmente a oportunidade de trabalho de mais fácil ingresso para esse grupo social, como revelam os depoimentos.

“Opção” de trabalho e escolarização

[P – Por que você trabalha de empregada doméstica? Foi uma escolha sua?]
Não. Eu acho assim que não foi uma escolha minha não. É que aparecia assim, e ainda aparece. (Edja, 18 anos)

[P – E sempre que você sai de um trabalho você volta pra casa de seus pais?]
M – É, volto pra casa. Aí sempre pinta uma amiga: “Mônica, tem um trabalho pra ti...”. Aí eu vou pra o trabalho. Se não der certo...porque não é todos que dá, né...sempre a patroa é chata...não sei o quê... aí, não dá certo num, eu vou pra outro trabalho. Quando não dá certo nenhum, aí eu vou pra casa de novo. Fico em casa... aí minhas amigas sempre arrumam um trabalho pra mim, então eu venho trabalhar de novo...

[P – E nessas saídas, você nunca pensou em procurar um outro tipo de trabalho?]
Com certeza. Mas pra você procurar outro tipo de trabalho a não ser esse, você tem que ter os documentos, tem que saber ler bem, né, tem que fazer tudo bem. Aí isso eu não poderia fazer, porque eu desisti na quinta série, eu não poderia fazer mais nada disso, o único serviço que eu poderia me sujeitar era esse mesmo, trabalhar de empregada doméstica.(Mônica, 16 anos)

[P - E por que você escolheu o serviço doméstico?]
Porque eu não sabia fazer outra coisa, eu não tenho estudo pra fazer outra coisa. Aí no tempo, só deu esse mesmo. Porque tem que ter estudo, né? (Danielli, 15 anos)

A experiência de escolarização é acionada para justificar a situação da adolescente trabalhando como empregada doméstica. Mônica e Danielli dizem que estão no trabalho doméstico somente porque pararam de estudar, o mesmo aparece em outros depoimentos. Mas é preciso considerar que não é o trabalho a única causa de desistência da escola, mas também concorre para isto a trajetória do sujeito dentro do sistema escolar. Fabiana e Ivanice sentiram-se discriminadas por não terem o material escolar e calçados para irem à escola. Rosália, que começou a trabalhar aos 13 anos, ainda não havia passado para a 4ª série. Josefa ficou analfabeta porque a família vivia mudando de casa para acompanhar o pai, trabalhador rural no corte da cana que não conseguia trabalho por muito tempo. Assim, o tempo de escolarização das classes populares, mesmo quando se estende

por 7 ou 8 anos, não se traduz em um avanço na escala de séries, e isto vai ser interpretado, quando chega à adolescência, como uma incapacidade individual da pessoa, que “não leva jeito para a escola” e aí então o trabalho é acionado como substituto da escola no processo de socialização do adolescente (Unicef, 2002; Madeira, 1997).

É evidente que o emprego doméstico tem sido o caminho viável para grande parte das mulheres pobres que têm baixa escolaridade, muitas pesquisas já confirmaram isto. Mas no caso das adolescentes das classes populares de Recife a falta de outras oportunidades de trabalho também afeta aquelas que têm maior escolaridade, como Verônica, Edja, Jaqueline e Kiara, que estão fazendo o Ensino Médio. Entre as 200 adolescentes entrevistadas em Recife na pesquisa de Tavares (2002a), 8,3% estavam cursando o Ensino Médio.

Ainda que a crença de que a escolarização é a ponte para viabilizar a mudança social esteja presente no discurso das adolescentes domésticas, para quem está progredindo na escola isto pode ser questionado à medida que a trajetória profissional continua presa ao trabalho doméstico. Sem visualizar outras perspectivas de trabalho, Verônica demonstra dúvida se deve prosseguir estudando ou, “se aparecer uma proposta”, desistir.

Não tô indo bem na escola esse ano, porque, às vezes, quando eu chego cansada, eu deito assim na cama pra descansar até a hora da escola, quando eu vejo eu já to dormindo. Aí quando eu acordo já é sete horas, não dá mais tempo de ir, aí eu não vou. Quando eu vou, não presto atenção na aula por causa do sono.

Eu acho que escola é importante sim, pra ter alguma coisa melhor precisa estudar.

Quando eu era pequena eu queria ser professora. Dá vontade... não sei...

Na verdade eu estudo por estudar. Não que eu não tenha vontade de ir pra uma faculdade, eu acho que eu não tenho condições de ir pra faculdade, fazer um vestibular. As pessoas falam que tem faculdade pública, né, federal, mas os livros, como é que eu vou comprar os livros?

Minha patroa sempre fala: “Não desista de estudar nunca!” Pergunta como é que eu estou na escola. Eu falo pra ela que vai bem, aí ela me dá um presente e fala: “Não desista não, viu! Não desista!”

Dependendo da situação que eu tivesse, se tivesse uma proposta eu saía da escola, que nem eu pensei da outra vez. Mas eu acho assim, faltar um dia eu falto, mas eu não consigo deixar de ir à escola. Não sei, minha irmã desistiu da escola pra trabalhar, eu não consigo fazer isso. Acho que eu penso nela assim, a situação dela... hoje em dia parar na sexta série, desistir dois anos e trabalhar na

casa dos outros... Eu não quero que isso aconteça comigo. Ela [a irmã] tá morando na casa dos patrões. Larga no final de semana, pra ir pra casa.
(Verônica, 17 anos, diarista) (grifos meus)

Uma interpretação possível deste depoimento é que a escolarização das meninas das classes populares, mesmo quando não interrompidas, pode não ser traduzida em um projeto de vida com perspectivas reais de profissionalização (Zaluar e Leal, 1997: 165).

A falta de outras oportunidades no mercado de trabalho faz do emprego doméstico uma “opção” para as adolescentes das classes trabalhadoras tão imperativa que o torna uma “sina” na trajetória de vida deste grupo, para usar uma expressão que é bem comum entre as empregadas domésticas. Isto porque, sendo uma situação difícil de aceitar, pois nenhuma quer ser empregada doméstica, é ao mesmo tempo, difícil de se desligar, dadas as condições do mercado de trabalho acessível para estas adolescentes no Recife. Vem daí que se tem a impressão de que a maioria das adolescentes de um bairro popular são empregadas domésticas ou estão desempregadas:

[P – Você tem muitas amigas que são empregadas domésticas?]
Tenho, tenho muitas. Acho que no meu bairro é a maioria.
[P – E quem não é empregada doméstica faz o que?]
Nada! (Verônica, 17 anos)

A opção dos migrantes

Há que se considerar também os casos dos adolescentes que migraram para trabalhar, onde a oferta de trabalho para adolescentes é ainda menor e a renda que oferecem é insuficiente, como se constatou nos depoimentos de José Carlos, que disse não ter como ganhar melhor na agricultura; Eliana, que veio de uma pequena cidade chamada Jurema; e Danielli, que veio de Chã de Alegria, pequena cidade próxima a Vitória do Santo Antão, zona da mata, que ela define assim:

Lá onde eu moro é um lugar assim, um interior pequenininho. Os supermercados lá estão tudo cheios, tudo com os seus empregados já. Foi o jeito.

A associação entre emprego doméstico e migração é muito recorrente nos estudos deste tema na América Latina (Girard e Turchi, 1991), e está presente nas histórias de vida da geração de empregadas domésticas com mais de 50 anos (Carvalho, 2000). Independentemente da amplitude que o fenômeno possa ter nos dias de hoje, quando uma massa de não migrantes busca o emprego doméstico como “opção” de trabalho, a migração continua sendo um fato significativo na composição deste mercado e tem uma forte influência sobre as condições de trabalho e sobre a (des)regulamentação da categoria.

Assim, pela falta de opção de trabalho para os jovens nas pequenas cidades de onde vieram, as migrações do emprego doméstico passam de temporárias à definitivas, como mostram outros estudos; (Kofes, 2001; Anderfuhrem, 1999), confirmados pelas evidências empíricas desta pesquisa:

[P – Hoje depois desse um ano e meio que você tá aqui em Recife trabalhando, o que é que você prefere, morar aqui ou morar lá?]

Melhor é morar aqui.

[P – Por que?]

Porque aqui eu tô ganhando o meu dinheiro e lá eu não vou poder. Vou poder estudar, mas eu não vou poder ter dinheiro pra eu comprar minhas roupas, nem nada. Porque o que o meu pai ganha não dá pra isso. Se juntar o que eu ganho e o que ele ganha, muito mal dá um salário talvez. Se ele ganhar... o máximo que ele ganha é vinte reais por semana. Isso aí. E daí, pra eu sair daqui, eu vou ter que ficar lá e não vai ter no que eu trabalhar. Trabalhar na roça, mas não vai ter o dinheiro pra eu comprar as minhas coisas. Aí é melhor ficar aqui. (José Carlos, 15 anos)

É, portanto, a migração considerada a passagem de um estado pior para um melhor, concordando com o que foi afirmado em outros estudos (Anderfuhren, 1999).

O melhor e o pior em ser empregada doméstica

[P – E o que é pior em ser empregada doméstica, ou empregado doméstico como no seu caso?]

Um bocado de coisas. Porque não tem hora de largar, o serviço é muito, tem que fazer comida, essas coisas. Se queima uma coisa, se fica ruim, só ficam reclamando. Aí fica muito ruim mesmo, quando reclamam. Tudo eles reclamam, tudo eles reclamam! Tem coisas que eles não reclamam, mas tem muita coisa que reclamam...(...) Tem vez que dá vontade de sair, mas não consigo não.

[P – Por que não?]

Porque quando a pessoa pensa em sair, mas não tem outro trabalho melhor, aí tem que ficar.

(...) [P – Qual o seu maior sonho?]

Era mudar de vida. Ter uma vida melhor. Uma vida que eu pudesse estudar, pudesse ter o meu dinheiro... e ser alguma pessoa na vida. Eu queria servir ao Exército. Mas pra isso tem que ter estudo, aí não posso, porque eu parei na 3ª série.

[P – Você é feliz?]

Nada! Com uma vida dessa ninguém é feliz não!

[P – Você tem vontade de brincar?]

Tenho, mas não pode, né?

(José Carlos, 15 anos, mensalista residente que faz faxina e cozinha)

O que é melhor? Hum... O melhor é que a pessoa recebe seu dinheiro, o melhor é a folga que tem e todo mês a pessoa recebe seu dinheiro. O melhor é quando eu vou pra casa, quando eu estou em casa. E o pior? O pior é tudo. Sei lá, trabalhar em casa de família. Sei lá, ser xingada, ter... Não gosto não. Sei lá, acho que eu trabalho porque é o jeito, mas pior? Pior é tudo.

(Danielli, 15 anos, mensalista residente)

O melhor é porque eu estou trabalhando, não estou fora de casa. Tô evitando confusão e tô ganhando meu dinheiro. O que eu quero, se for no meu alcance, eu consigo. (...) E o pior... sei lá... eu não sei explicar o que é pior, eu não acho o pior(...) O trabalho doméstico não é ruim não.

[P – E qual é o seu maior sonho?]

É terminar os estudos e arrumar um emprego melhor. E é o que, apesar de que eu trabalho com ela [a patroa], ela sempre sonha pra mim: “termine os estudos pra arrumar um emprego melhor”. Ela não me segura lá.

[P – E o que você gostaria de fazer?]

Aí, tanta coisa... Queria ser recepcionista, telefonista... muitas coisas.

[P – Você é feliz?]

Eu? Sou, e muito!

(Jaqueline, 17 anos, mensalista não residente)

Melhor eu não acho nada, porque é tão ruim... Eu queria estudar, só estudar. Mas não posso, tenho que trabalhar. Quero comprar minhas coisas.

[P – E qual é o seu maior sonho?]

Meu sonho é ser dançarina. Eu queria ser dançarina de grupo de forró ou pagode. Era o que eu queria. Eu acho muito bonito. Ter uma casa só nossa. Ter meu quarto, com minhas coisas dentro. Principalmente um urso de pelúcia.

(Neide, 14 anos, mensalista residente)

Pior é não poder arrumar um trabalho melhor. E o melhor é que se não arrumar outro trabalho, tem que ficar lá mesmo, não é?

[P – Qual seu maior sonho?]

Meu sonho é arrumar um trabalho melhor, qualquer um que seja melhor. Ter só eu e meu pai trabalhando e a minha mãe e minha irmã, as duas dentro de casa. (...) Queria mais era trabalhar num shopping ou ser médica.

(Rosália, 13 anos, mensalista não residente).

Eu adoro o que eu faço.

[P – Se você tivesse uma filha, você queria que ela fosse empregada doméstica?]

Não, só se ela tivesse tão necessitada, aí eu não falava nada não.

[P – Por que é que você não ia gostar que ela fosse empregada doméstica?]

Sei lá...

[P – O que é que você quer fazer quando você crescer, qual o seu maior sonho?

Ter um trabalho bom, ajudar a minha mãe, ter uma casa bonita.

[P – O que de trabalho que você acha que é um trabalho bom?]

Assim, um trabalho que ganhe bem, que a pessoa sai de manhã cedinho... O meu sonho é esse, sair com uma bolsa, comprar uma bolsa pra mim, essa bolsa aqui é emprestada da minha colega. Sair assim de manhã cedo, com a bolsa assim de lado, bem arrumada, chegar tarde, pra mostrar ao povo que eu consegui tudinho.

[P – Você está conseguindo trabalhar. E que trabalho você imagina? Pode ser como empregada doméstica?]

Pode. Mas assim, eu saindo assim, arrumada. Não queria perto da minha casa...

[P – Que é pra ninguém saber! É isso?]

Não, porque eu não tenho vergonha não, porque o que importa é eu trabalhando e ganhando o meu dinheirinho, né? Aí eu não me importo o que os outros vão falar não. Mas se for perto da minha casa não precisa ir tão chique assim, né? Por isso eu não queria assim perto da minha casa. (Fabiana, 12 anos, diarista)

O pior que eu acho de ser empregada doméstica é, assim, que tem que ter aquela obrigação, tem que fazer tudo certo, não pode dar um errinho. É isso que eu acho ruim. Agora é legal pelas pessoas, mesmo que eles são assim de exigir, também são muito legais. Eu acho assim, a experiência que foi mais forte foi nessa casa, porque nas outras eu trabalhava um dia sim, um dia não. Essa que eu vi mesmo o que era ser empregada doméstica. Aí que eu vi o que era obrigação. Porque antes eu ficava com os meninos [era babá na vizinhança], mas não era aquela obrigação de eu ter que arrumar a casa, eu ter que fazer o almoço, eu ter que fazer alguma coisa. Eu fazia porque... eu... eu gosto muito, eu gosto demais... gosto. A coisa que eu mais gosto assim é de arrumar a casa e fazer almoço. Agora, lavar roupa e lavar prato assim, não é muito comigo não. Agora... de passar, eu adoro passar roupa...gosto muito.

[P – Qual o seu maior sonho?]

De eu ser técnica em raio X. Agora de eu conseguir, é minha casa e o carro, que eu tenho muito esse sonho de comprar. (Edja, 18 anos, mensalista não residente).

O pior é que atrapalha estudar. Eu to doidinha porque eu não to estudando. É muito ruim, eu sou muito apegada aos estudos. Estudo pra mim é a minha vida. O pior também é ficar longe da família. O melhor? É só o dinheiro que a gente ganha. (Eliana, 17 anos, mensalista residente).

O pior é que é um trabalho de muita responsabilidade. A gente chega fica cansado no final do dia, nem dá pra brincar. E ainda ouve muitas reclamações dos patrões. E o melhor é poder comprar as coisas. (Eduardo, 14 anos, diarista)

Acho que... não sei... eu não queria isso pra mim não.

[P – Por que?]

Porque eu acho que quando a gente trabalha numa casa... é pra ver o que a gente passa... Acho que isso é errado!

[P – Se você pudesse escolher um trabalho, que tipo de trabalho você queria?]

Ah, eu não sei... Não sei dizer. A gente não escolhe. As vezes você quer trabalhar... não dá por causa de estudo, não sei o que... Tenho que voltar a estudar, né, é o jeito.

[P – Qual o seu maior sonho?]

Ter minha casa e ter um emprego que seja tudo certo nele, tudinho... Pronto, o maior sonho é ter minha casa.

[P – Você quer continuar sendo empregada doméstica?
Assim, quando a gente pode a gente tem que ser, né, e quando não pode? Eu sempre acho que a gente tem que procurar uma coisa melhor pra gente.

[P – O que é que poderia ser melhor assim, você sabe?
Ter outra profissão. As pessoas dizem: “Vai estudar que aí pelo menos tu vê se tu consegue o que tu quer na tua vida, aí tu para de sofrer...” Aí pronto, é isso...
(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

O pior é a saudade quando eu to longe de casa. Já tive vontade de desistir de tudo e voltar pra casa. E o serviço, que é muito, não tem hora de largar.
(Josefa, 16 anos, mensalista residente)

Acho que é a vergonha. Eu tenho vergonha de trabalhar em casa de família. A gente fica meio sem graça né? Meus amigos da escola não sabem não. Empregada todo mundo sabe como é, faz tudo. Aí dá uma vergonha.

[P – E por que é que você foi trabalhar como empregada doméstica?
Por que não aparecia outro. Sendo de menor, enquanto não aparecer outro, eu continuo. (Kiara, 16 anos, mensalista não residente)

Dos depoimentos transcritos, somente duas adolescentes não deram nenhuma característica negativa ao trabalho doméstico (Fabiana e Jaqueline). As respostas que definem o que é pior no trabalho doméstico apontam para motivos que podem ser assim classificados:

- excesso de trabalho / prejuízo ao estudo;
- obrigações / responsabilidades demasiadas;
- reclamações dos patrões;
- trabalho socialmente desvalorizado;
- isolamento/distância da família/viver na casa dos outros.

Com exceção da categoria *trabalho socialmente desvalorizado*, que aponta para o que é externo à relação de trabalho real estabelecida entre a adolescente e seus patrões, todas as demais categorias derivam diretamente desta relação, o que confirma a importância desta como objeto de estudo nas pesquisas sobre o emprego doméstico. Torna-se pois necessário buscar revelar como estão estabelecidas estas relações e em que medida elas provocam rupturas ou continuidades na vida dessas adolescentes, a ponto de gerar tamanha rejeição a este trabalho.

Em relação ao que foi considerado como o melhor em ser empregada doméstica, com exceção de Edja – que considera bom pelas pessoas e relaciona as

tarefas que gosta no trabalho doméstico – as respostas dadas se dividem entre não considerar que tenha alguma coisa de bom, ou considerar que o bom é o rendimento do trabalho, ou os dias de folga, predominando uma razão instrumental sobre o benefício do trabalho, sem considerar a sua função social que é de extrema importância para a reprodução da força de trabalho, como já foi apontado por diversos autores já mencionados.

Parece até contraditório que os salários sejam considerados o melhor do trabalho doméstico quando poucas das pesquisadas ganham um salário mínimo. Mesmo para Jaqueline e Fabiana, que gostam do trabalho doméstico, o que é melhor é o rendimento, ou só o fato de estar trabalhando e não estar parada. Isto deve ser entendido considerando que o trabalho doméstico, como muitas afirmaram, é a única oportunidade de trabalho que tiveram. Até mesmo as adolescentes mais velhas que passaram por várias experiências de trabalho, nunca tiveram um trabalho fora do mercado do emprego doméstico, nem mesmo em serviços de limpeza para empresas.

O uso do salário como revelado nos depoimentos das adolescentes, é dividido entre a contribuição à família e os gastos com auto-sustento. A razão entre o valor da contribuição e o valor gasto com auto-sustento varia, podendo chegar até a 80% do total recebido, mas na maioria dos casos relatados não é superior a 50%. Isto porque o auto-sustento é contado como ajuda a família, com o adolescente deixando a condição de dependente econômico dos pais.

Porém, o “salário baixo” foi a primeira das motivações alegadas para explicar a rotatividade de emprego das adolescentes domésticas, seguida em segundo lugar pela “inadaptação às regras e costumes”, empatada com “maus tratos”.

Por isso, faz sentido a afirmação de Rosália sobre o pior e o melhor em ser empregada doméstica, ainda que seja de um realismo um tanto absurdo: *“Pior é não poder arranjar um trabalho melhor. E o melhor é que se não arrumar outro trabalho, tem que ficar lá mesmo, não é?”*.

Capítulo 4

Diferenciação e naturalização das diferenças nos processos de socialização das adolescentes empregadas domésticas

4.1 – O primeiro emprego doméstico no limite entre a infância e a adolescência

O emprego doméstico inaugura a relação da adolescente com o mundo do trabalho, provocando mudanças no seu modo de viver, pois por sua dinâmica é capaz de reorganizar profundamente a forma de suas relações pessoais, ou modificar as coisas mais simples do cotidiano, como se alimentar, vestir-se, sentar-se para descansar ou dormir.

Ao ingressar no emprego doméstico, as adolescentes, mesmo não sendo migrantes e morando na mesma cidade, distanciam-se de suas famílias e o tipo de interação vivenciada – malgrado as relações de afetividade entre patroa-empregada que são fundamentais, do ponto de vista das empregadas domésticas, para determinar sua permanência no emprego – podem produzir na adolescente uma certa nostalgia por não encontrar nessa família, nesses adultos, os referenciais que ela tinha de convivência familiar e relação com adultos:

Não é como o pai e a mãe da gente, não é? A pessoa se sente assim meio sem graça, não é não? Às vezes eu me sentia só. É ruim né, viver longe do pai e da mãe da gente. Longe não, que era perto, mas se tornava longe. Um perto longe... (Kiara, 16 anos, primeiro emprego aos 13 anos como mensalista residente).

A importância do primeiro emprego doméstico é bem definida por Anderfuhren:

A maneira como ocorre a entrada no primeiro emprego desempenha a função de agudizar o sentimento de mudança radical, ou, ao contrário, de amenizá-lo um pouco. (Anderfuhren, 1999: 277) (tradução minha¹⁸)

¹⁸ Texto original em francês: “La manière dont se déroule l’entrée dans l’emploi joue un rôle qui aiguise le sentiment de changement radical ou qui au contraire l’amenuisera un peu”.

E é esta marca que percebemos no depoimento de Kiara, ou de Ivanice, Eliana e outras adolescentes que tiveram uma primeira experiência de trabalho doméstico onde a ruptura foi grande.

Diferentemente, há aqueles casos, como o de Jaqueline, ou de Edja, em que o primeiro emprego foi facilitado por uma proximidade com a sua família ou com o seus hábitos culturais. Quando há estes elementos facilitadores, o sentimento de perda pode ser menor e a mudança amenizada, como no caso de Edja, que foi trabalhar para uma vizinha como babá:

(...) até brincava com eles [as crianças]. Porque com 11 anos eu passei muito tempo numa casa só. Ainda hoje eu posso ir lá. Eu me acostumei tanto com esse pessoal dessa casa que eu até chamo ela [ex-patroa] de tia.(...) Eu ficava com dois meninos. (...) Gosto muito dos meninos e os meninos gostam muito de mim também (...) Ele também [o patrão], eu gostava dele. Eu ainda gosto, ele fala comigo. (Edja, 18 anos, primeiro emprego aos 11 anos).

Se a suavização da mudança que vem no bojo da entrada da adolescente no mercado de trabalho se dá a partir de uma primeira experiência com pessoas/lugares que sejam próximos da sua família, é preciso também considerar o tipo de vínculo de trabalho como um fator importante nesse jogo. Com isto, o que quero dizer é que toda primeira experiência de emprego doméstico cujo vínculo seja de mensalista residente será mais difícil, do ponto de vista da adaptação, do que as outras duas modalidades de vínculo. É isto que explica o caso de Kiara, cujo depoimento já está transcrito na página anterior, sendo ela uma adolescente que mora num bairro popular de Recife e que teve o primeiro emprego próximo de sua casa, porém, com vínculo de mensalista residente. O distanciamento sentido por Kiara é descrito de forma muito semelhante ao que se atribui à experiência de migração, pois altera sua relação com os pais. Esta distância foi definida por Kiara como “um perto longe”.

Tampouco o conhecimento entre a família da adolescente e a família empregadora poderá assegurar uma adaptação menos traumática se a relação da adolescente com sua família for interrompida, impossibilitando o acompanhamento

próximo dos pais à adolescente. Isto é o que faltou para Josefa, cujo primeiro emprego foi para uma amiga do pai que trouxe a adolescente de Timbaúba para o Recife:

Eu tinha catorze anos quando eu fui trabalhar.

[P: Quem arrumou pra você?]

Foi essa mulher mesmo, que ela conhece o meu pai. Ela e meu pai se gostam muito, são muito amigos. Aí ela foi lá pra casa me buscar. (...) Perguntou se meu pai deixava ou eu ou uma das minhas irmãs trabalhar. Aí ele perguntou se eu queria vir. Eu disse que queria. Mas só que depois que eu tava trabalhando na casa dela eu só fui pra casa com uns três meses. Eu chorava muito. Foi a primeira vez que eu tinha saído de casa... tinha muita saudade de casa... tinha muita vontade de voltar. E ela era ruim pra mim... Ela puxava meus cabelos, me beliscava, aí... Eu também não sabia que ela era ruim daquele jeito, aí começou a dar em mim, fazer coisas... (...) Quando completou três meses ela me levou em casa. Quando eu cheguei em casa comecei a chorar... Fiquei chorando, mas também não contei que ela era muito ruim pra mim. Tava sem vontade de voltar, mas eu voltei. Depois, quando completou mais dois meses e eu não tinha voltado pra casa ainda, eu juntei minhas coisas e fugi. (Josefa, 16 anos, primeiro emprego aos 14 anos)

A forma de ingresso no trabalho doméstico como aconteceu com Josefa reproduz a forma de ingresso das gerações passadas (Anderfuhren, 1999: 280), quando a negociação do emprego geralmente envolvia, de um lado, proprietários de terras no interior do estado, principalmente na Zona da Mata, cujas famílias moravam em Recife, e de outro lado trabalhadores rurais e camponeses que podiam ser empregados, prestadores de serviços ou simplesmente conhecidos. A negociação então envolvia uma certa “delegação” dos pais para a família empregadora, responsabilizando-a pelo cuidado com a filha. Isto é o que foi descumprido nesta negociação de trabalho e que, no retorno de Josefa para casa, revelado este fato ao pai, foi o que garantiu o apoio dele, trabalhador rural na cana-de-açúcar acostumado às rudezas do trabalho e das relações de trabalho, pois se não fosse por essa “quebra do acordo” ele a teria mandado retornar, acreditava Josefa.

Assim, o ingresso no trabalho doméstico quando não se realiza de forma a permitir a continuidade do relacionamento entre pais e filhos para que as mudanças sejam menos traumáticas, faz do primeiro emprego uma situação de quase completa

ruptura com a situação até então vivenciada. Como vai se operar esta adaptação, quando seu capital simbólico reflete situações passadas em que, bem ou mal, encontrava apoio entre seus familiares? É assim, com poucos recursos simbólicos para enfrentar a nova situação, que se instala um sentimento de perda que percebemos entre as adolescentes, principalmente as migrantes, mas não apenas elas.

Porque com treze anos eu já enfrentei uma luta.(...)

[P: Você não sentiu saudades da tua casa ?]

Ah, muitas saudades, muitas. E logo quando eu comecei a trabalhar ir pra casa de mês em mês. Ah, não quero não! Chegava em casa no sábado de noite, amanhecia o domingo, e segunda-feira de manhãzinha tinha que está aqui de novo. É senti.(Danielli, 15 anos, migrante, mensalista residente, primeiro emprego doméstico aos 13 anos).

No trabalho, assim, no começo, sinto saudades de casa, começo a chorar, não tenho o que fazer e vou chorar, porque eu sinto muita saudade de casa. Porque é assim, painho só... painho só em casa, mainha... a gente... (...) Muitas vezes que eu estou triste, vou lá pra trás, tranco o quarto, começo a chorar ... Fico chorando por nada... assim, sinto muita falta de casa, aí começo a chorar...(.) Eu chego em casa não dá vontade de voltar mais. (Mônica, 16 anos, migrante, mensalista residente, primeiro emprego doméstico aos 12 anos).

(...) tenho mais saudades de dois irmãozinhos pequenos que eu tenho, um menino e uma menina. Eu sinto muita saudade deles. Às vezes, quando eu vou saindo de casa assim, dá uma pena, o coração aperta... Quando chego é aquela alegria. (Josefa, 16 anos, migrante, mensalista residente, primeiro emprego doméstico aos 14 anos).

É por isto que algumas vezes o primeiro emprego é interrompido, se não para voltar para casa, como na fuga de Josefa, pelo menos para mudar de emprego e tentar uma nova relação de trabalho, mais suportável do ponto de vista da adolescente, como fizeram José Carlos e Danielli.

Como também argumenta Anderfuhren (1999: 311), o primeiro emprego é o divisor que faz a jovem empregada doméstica transitar entre a valorização da experiência – como o fizeram declaradamente Jaqueline, Edja e Fabiana – ou, ao contrário, desvalorizar sua nova condição, como o fizeram todas as outras. Mas isto não é totalmente certo, pois mesmo tendo feito uma boa adaptação ao trabalho doméstico a partir da experiência do primeiro emprego, como revela o depoimento de

Mônica que segue, esta adolescente não valoriza o emprego doméstico, pelo contrário, acha-o insignificante.

(...) Porque da primeira vez que eu fui, eu não fui trabalhar como empregada doméstica, eu fui como ajudante, pra ficar com a mulher pra ajudar. Foi daí que eu fui me acostumando a ficar na casa dos outros. Não queria mais ficar em casa. Às vezes tava mais acostumada, assim, na casa dos outros, nas pessoas... Aí chegava em casa, ficava em casa, assim... aí eu sentia falta das coisas que ficava na casa dos outros! Eu sentia falta. Eu sempre voltava em casa, assim, passava uns dias... Quando eu saio do trabalho, se eu passar um mês em casa é muito! É isso! Eu fui me acostumando nas casas quando eu comecei a trabalhar nas casas dos outros. Fui me apegando, acostumando a trabalhar e sinto falta do que é deles quando eu tô em casa. Fui me apegando a estar fora. (Mônica, 16 anos, primeiro emprego aos 12 anos).

O depoimento confirma que por força das circunstâncias do emprego doméstico as relações da adolescente doméstica com seus familiares também passem a um outro nível. Quando a adolescente tem um vínculo de trabalho como mensalista residente, é ainda maior a mudança de relações, pois, forçada a dormir no local de trabalho, ela não pode receber seus parentes e amigos como receberia em sua própria casa, e, ainda, os momentos em que retorna à sua casa são ressignificados: pode ser de um estranhamento, como para Mônica, ou pode ser de euforia, de uma redescoberta do prazer de estar em casa.

Quando eu vou pra casa? Quando eu vou pra casa eu fico liberal. Lá em casa eu também ajudo minha mãe. Porque chega lá eu lavo os pratos, varro a casa, tem que ajudar. Vou ver meu pai, porque meu pai fica com saudade. Tenho que me virar, é só dois dias, tem que ir pra igreja, visito minha mãe, visito meu pai, que também quer conversar com a gente, e ajudo ela, porque ela não pode trabalhar não. E meu irmão é pequeno, criança pequena gosta de brincar, estar com seus amigos, não sabe fazer as coisas, é lógico. Aí eu tenho que ajudar, quando eu vou em casa eu ainda ajudo. É isso. Tiro um tempinho assim pra ir na Igreja, né, e na segunda-feira tenho que me acordar cedo pra voltar. É isso.
(Danielli, 15 anos, mensalista residente, primeiro emprego doméstico aos 13 anos)

Nesta nova posição na vida,

Várias situações inter cruzam-se no doméstico: diferenças de classe, de relações familiares, de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado. E finalmente de gênero, compartilhado mas diferentemente e desigualmente vivenciado. (Kofes, 2001:163).

Nesta parte tratarei das diferenças que se inter cruzam no trabalho doméstico, procurando entendê-las a partir do processo de socialização vivenciado, por um lado, na família e, por outro, no trabalho. Estes dois processos socializadores têm protagonistas bem diferentes: os pais, por um lado, e os patrões, por outro. Transitando entre estes dois pólos, a casa e o local de trabalho que é a “casa dos outros”, estão as adolescentes empregadas domésticas. Pela diferença de idade, seria lógico esperar que fosse estabelecido um tipo de relação que também fosse de proteção dos mais jovens, seja pela forma que somos levados a pensar numa relação entre adultos e adolescentes, mais paternalista, que também está contida no plano jurídico-legal do Estatuto da Criança e do Adolescente, seja pela afinidade que é buscada tanto por patroas quanto por empregadas domésticas. Do lado das patroas, por uma necessidade de segurança, já que é ela que abre sua casa para a entrada de uma estranha e essa presença estranha só pode ser amenizada por uma relação de confiança, que não requer intimidade, mas sim cumplicidade (Farias, 1985). Do lado das empregadas domésticas, uma necessidade mais emocional que racional, para diminuir o sentimento de estranhamento que se tem quando se vive dentro da “casa dos outros”, ou ainda, para diminuir a distância social (Bourdieu, 1990).

Mas no plano racional das relações de trabalho, o papel que cada uma desempenha é de uma distância insuperável, pois que é fundada em desigualdades sociais e está baseada na separação entre as funções de administração familiar, que é atribuída à esposa/mãe – planejar, decidir, ordenar, controlar – e de execução das tarefas, que é atribuída à empregada doméstica (Lima, 1982; Kofes, 2001).

Por transitarem assim entre dois mundos que podem, ou não, ser muito distintos, com uma experiência de trabalho que, mesmo não havendo intimidade, não se pode dizer que é uma convivência superficial o fato de alguém estar mergulhada diariamente na “casa dos outros”, as adolescentes empregadas domésticas ocupam um espaço social que lhes exige o questionamento de seus hábitos e a constituição

de um *habitus* que possibilite a convivência entre as diferenças que vão emergir entre as “casas” de sua vida.

Para isto, busquei nas entrevistas elementos que pudessem estabelecer uma trajetória de vida das adolescentes, partindo de uma viagem de retorno à infância, para buscar os fatos que no decorrer do caminho expliquem a construção das etapas posteriores (Anderfuhren, 1999: 169). Ter a infância como ponto de partida em situações onde as entrevistadas acabaram de atravessar essa fase serviu para “quebrar o gelo” de uma situação que provoca timidez e também para “ativar” a memória. Mas o fundamental foi que através das trajetórias foi possível estabelecer um quadro das diferentes situações de socialização, entre a socialização ocorrida na família e seu confronto ou acomodação frente à socialização movida pelo emprego doméstico.

4.2 – O lugar da família na socialização das adolescentes domésticas

É consenso entre os pesquisadores que a socialização das crianças é diferenciada de acordo com o sexo. Nos estudos sobre o trabalho doméstico, ou, mais amplamente, sobre o trabalho da mulher, muitas são as referências que buscam na socialização diferenciada sexualmente as origens da divisão do trabalho. De fato, para captar a diversidade das relações sociais deve-se considerar as diferenças que são socialmente construídas nas relações entre homens e mulheres, o que faz do sexo não só um dado natural, mas um fato social, pois que nenhum indivíduo se torna homem ou mulher isoladamente, mas sim na interação e complementaridade entre um e outro. E, portanto, o gênero, este conceito que compreende o sexo como social, “é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo da sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses” (Lavinias, 1997:16).

Nesta pesquisa importa buscar como a categoria gênero toma forma nas relações entre gerações, reproduzindo ou modificando os papéis sexuais nas

interações entre pais/mães e crianças/adolescentes do sexo feminino e masculino. Porém, as noções sobre as fases da vida também são construções sociais que ganham contornos diferentes quando se transita de uma classe social para outra, de uma cultura para outra, de um gênero para outro, do urbano para o rural, etc. Assim, a duração da infância e da adolescência é ressignificada pelos próprios adolescentes entrevistados, a partir mesmo de suas experiências e das heranças culturais que se entrecruzam no processo de formação de suas identidades.

No processo de socialização das crianças e adolescentes, são fundamentais os papéis sexuais como são vivenciados pelos familiares, principalmente pais e mães, mas também outras pessoas de referência para elas. A família é que tem a liderança do processo de formação primária da criança e do adolescente; ainda que esta liderança passa a ser dividida com a escola, é na família que se forma aquilo que Bourdieu chamou de “habito primário” que caracteriza um grupo ou uma classe e, portanto, a família desempenha um papel de núcleo formador de cultura (Bourdieu e Passeron, 1975: 53).

Muitos estudos sobre as culturas das classes trabalhadoras urbana revelam que as famílias dos trabalhadores têm uma dinâmica diferenciada do modo de vida das classes médias onde predomina um modelo mais individualizante na socialização das crianças e adolescentes. Estes estudos demonstram que na família dos trabalhadores prevalecem os valores e objetivos do grupo sobre o indivíduo nas estratégias de vida familiar, e que esta se organiza a partir de uma relação hierárquica entre os sexos e as idades que marcam as fases da vida (Alvim e Leite Lopes, 1990; Caldeira, 1984; Duarte, 1986; Macedo, 1985; Sarti, 1989).

Nas primeiras fases da vida, o processo de formação e aprendizagem se dá por imitação, interpretação e internalização de comportamentos, de linguagem, das visões de mundo, das representações simbólicas dos valores e normas sociais (Duque-Arrazola, 1997:352). O cotidiano é vivenciado como o lugar da construção das subjetividades. Representações sobre o tempo, o espaço e as diferenças entre

os sexos são produzidos e reproduzidos socialmente, com permanências e mudanças.

O estudo de Heilborn (1997) sobre as relações entre gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro revela que a contribuição dos filhos para a reprodução familiar é diferenciada por sexo e idade, mesmo na manutenção da casa, onde os meninos ficam com as tarefas mais externas a casa e que, em tese, exigem maior esforço físico – limpeza de quintais, recolhimento do lixo, serviços de manutenção – e as meninas se encarregam dos serviços internos, como limpar e cozinhar. Também são exigidas maiores responsabilidades à medida que vão ficando maiores e, nestes casos, para as meninas exige-se que a mais velha assuma o cuidado da casa e dos irmãos menores, liberando o tempo da mãe para realizar trabalhos remunerados.

Mas no perfil dessas adolescentes empregadas domésticas, viu-se que a idade e posição entre o grupo de irmãos/irmãs não eram suficientes para explicar o engajamento delas no mercado de trabalho, uma vez que estes dois aspectos apresentaram combinações bastante diferenciadas. Há um outro fator que é determinante na distribuição dos papéis domésticos e na decisão de quem entre os filhos/as deve ir trabalhar, que é o status econômico dos membros da família, que tem a ver com sua capacidade de encontrar trabalho/auferir renda, e isto é condicionado pela dinâmica do mercado de trabalho (Woortmann, 1987: 90). Assim, como o emprego doméstico forma um mercado de trabalho dinâmico para as adolescentes, em comparação com os outros mercados, isto favorece o engajamento delas – e de uns poucos meninos – neste mercado. Algumas vezes, são as mulheres que vão trabalhar enquanto que os irmãos mais velhos ficam em casa. É o que acontece com Fabiana, filha caçula, tem 12 anos, trabalha como empregada doméstica enquanto seus dois irmãos mais velhos, um com 19 e outro com 21 anos, ficam em casa desempregados, e a irmã mais velha, de 15 anos, faz o serviço

doméstico porque perdeu o emprego que tinha em uma lanchonete e não quer mais trabalhar como doméstica.

A presença do pai nas famílias dessas adolescentes, segundo mostram os depoimentos, é em muitos casos negativa, quando não ausente: por motivo de morte (um caso), ou devido ao distanciamento do pai após a separação do casal (seis casos). Indagadas sobre com quem tinham o melhor relacionamento, se com o pai ou a mãe, apenas duas manifestaram ser com o pai, sendo que uma se queixou da falta de apoio financeiro deste após a separação dele com sua mãe. Uma adolescente manifestou ter raiva do pai, duas que não falam com os padrastos e uma que disse sentir o pai muito distante mesmo ele morando junto com a família. Entre 5 casos em que os pais continuam casados, três adolescentes manifestaram que a família enfrenta problemas devido ao alcoolismo do pai. E relatos violência doméstica protagonizada pelo pai, ou contra a mãe, ou contra os filhos/as, ou contra ambos, foram registrados em 6 depoimentos. Também foi registrado o caso de um pai que tentou o suicídio após um longo período de desemprego, alcoolismo e brigas conjugais.

...meu pai bebia muito e queria bater na minha mãe, jogar coisa no rosto dela, ela não gostava. Ele só vivia brigando, chegava em casa bêbado. Aí minha mãe queria se separar, mas ele não queria, e ela queria de todo jeito. Aí eles se separaram, eu tinha nove anos. (Neide, 14 anos).

Meu pai ganhava pouco. Aí ele saiu, ficou trabalhando assim, fazendo bico, essas coisas. Ele ganhava muito pouco aí era briga direto. Teve um dia que ele botou faca no pescoço da minha mãe. Até eu mesmo, eu e minha irmã pequenininha a gente queria que eles se separassem. Aí acabou com um tempo ele ia se matando. Amarrou a corda lá no banheiro, botou ... Se não fosse meu irmão pequenininho ele ia morrer. (...) Meu pai hoje mora em outra casa. Por enquanto ele está sozinho, mas ele está gostando de outra. E ela [a mãe] está com esse homem. (Danielli, 15 anos).

E eu sei, ele tem outra casa... (...) faz uma semana que o gás acabou lá em casa. Ele todo dia chegava lá em casa dizendo: "Vou comprar, vou comprar... amanhã eu trago, amanhã eu trago o dinheiro pra comprar, amanhã eu trago"... e nunca trazia. Quando foi na quinta-feira se não fosse minha tia, ninguém comia lá em casa.(Fabiana, 12 anos)

Foi verificada a presença mais forte e positiva do pai em uma família de trabalhadores urbanos onde o pai tem emprego fixo e em outros dois depoimentos de adolescentes filhas de camponeses/trabalhadores rurais onde o pai aparece como a figura de provedor, ainda que nas péssimas condições de vida que enfrentam os camponeses (que foi o que levou as adolescentes à migração). Outro depoimento de adolescente filha de camponês mostra ainda a figura do homem do interior, que diante das demandas da mulher e das filhas para avançar nos estudos, entrou em conflito com elas, demonstrando estar preso a modos de vida e concepções de relação homem/mulher e pai/filha que não são compatíveis com as exigências da vida moderna:

Bom, a minha relação com meu pai tá meio distante agora. Ele não passa, não vai lá, ele tomou raiva do sítio depois que ele separou da minha mãe. Que ele é meio agoniado, sabe? Qualquer coisinha, ele ficava meio agoniado. Ele tinha o maior ciúme da gente. Ele não queria que a gente estudasse, nem nada. Até a separação deles foi por causa disso também, por causa que minha mãe fazia o maior esforço pra gente estudar e ele não queria, porque no ano seguinte já era a partir da noite e ele não queria que as filhas dele estudassem de noite, de maneira alguma! Bom, no começo a gente tava estudando, os cinco, só que a série foi aumentando, aí a gente passou pra cidade e estudava de tarde. Ele deixava, mas não gostava muito... Dizia que não sabia o que era que acontecia lá, nem nada. Ciúme meio bobo de pai mesmo. Aí, de vez em quando eles brigavam por causa disso, por que mainha sempre dizia que a gente ia terminar o ano, e a gente sempre lutava também. Aí, com essa de estudar de noite, ele sempre ficava dizendo que não ia deixar de jeito nenhum. Então terminaram brigando, e ele tinha muito ciúme da gente e de mainha também, aí terminou se separando. Agora a relação da gente ficou meio separada. (...) Ele completou, agora no dia 6 de outubro, 49 anos. (Eliana, 17 anos)

Na maioria das famílias dessas adolescentes empregadas domésticas é a mãe que tem a presença mais forte. Mesmo quando foram registrados casos de violência praticada pela mãe – dois casos, sendo um associado ao alcoolismo – ainda assim é a figura materna quem fica responsável pelos filhos, sendo a pessoa adulta de referência na família das adolescentes, dominando as relações familiares (Woortmann, 1987; Scott, 1990).

Mãe? Era em tudo, ela... sei lá, acho que ela é uma lutadora! Por causa de muitas coisas da vida. Uma boa mãe! Não é carinhosa, assim, sabe? Mas acho que ela luta muito pra ver os filhos dela, assim... ela já lutou muito por nós.

[P – Como assim?]

Teve que trabalhar muito, muito mesmo pra dar o que a gente precisava. Tá ali do lado sempre. Protege. Se alguém fizesse alguma coisa demais, ela ia lá, brigava.

(Verônica, 17 anos)

(...) foi quando ela deixou o meu pai. Ele saiu de casa e minha mãe veio embora escondida sem ele ver. Quando ele chegou não encontrou a gente mais, não tinha ninguém e ele foi na casa de minha vó, atrás dela: “Cadê Maria?. Minha vó respondeu: “Maria foi embora”. “Pra onde?”, ele perguntou. Ele disse que ia matar ela, tentou várias vezes. Se juntou ele e um bocado de amigo pra matar a minha mãe uma vez. Minha mãe vinha do trabalho e foi pra casa da minha vó. Vinha ela, minha tia e minha irmã pro sítio. No caminho vinha ele e mais 5 amigos pra tentar matar a minha mãe. Mãe disse que ele se arrependeu. Não foi nada disso, foi Deus que não deixou, né? Pra cá ele não vem mais não, porque ele agora é doente, parálítico, ele não anda.

[P – O que é que aconteceu?]

Não sei não. Ele diz que foi minha mãe que fez catimbó pra ele.

(Neide, 14 anos)

Ela é boa, tem hora que ela é chata! Quando eu digo assim: “Mainha, eu vou ali sair!” Aí ela: “Vai não!”. Aí eu digo: “Eu vou!”, e ela: “Vai não!”. Aí eu terminei indo. Aí a gente pegou e deixou amanhecer pra gente vir embora, porque não tinha ônibus pra gente voltar. Ela ficou arretada e disse que nunca mais eu ia. Aí desde esse dia que ela não quer deixar mais eu ir pra canto nenhum.

[P – E quando você fazia bem as suas tarefas de casa, o que ela fazia?]

Ela ficava toda orgulhosa, dizia a todo mundo lá da rua: “Essa aí vai ser uma dona de casa quando ela crescer!”.

(Silvana, 13 anos)

É este universo cultural das famílias de trabalhadores, rurais e urbanos, que está refletido nos depoimentos das adolescentes domésticas que foram entrevistadas.

Ivanice, órfã de pai e mãe, sendo a caçula numa família com 11 irmãos/ãs, passou por duas famílias que tomaram sua guarda, mas por ter sofrido maus tratos teve a guarda cancelada até ir para uma terceira família, que já havia adotado sua irmã imediatamente mais velha que ela, onde ficaram até fugir, quando Ivanice tinha 13 anos de idade. É nesta família adotiva que ela teve o aprendizado do trabalho doméstico.

[P – E sua irmã mais velha fazia o que na casa?]

Fazia tudo, lavava prato, aí eu comecei também a lavar prato, varrer casa, fazer essas coisas. Tomava conta da casa. Ela [a madrasta] não fazia nada.

[P – Ela trabalhava fora?]

Não. A gente fazia almoço, lavava roupa, limpava a casa todinha. Às vezes a gente ia dormir cedo, pra acordar cedo, pra fazer as coisas. De cinco horas a gente já tava acordada e ia fazer o café da manhã.

[P – Vocês podiam comer de tudo?]

Nem de tudo que ela não deixava, queijo... é... fiambre, essas coisas ela não deixava a gente comer não. A gente sempre comia escondido [riso]. Eu gostava de leite, ela não deixava. Ela dava em mim quando ela pegava eu comendo. Minha irmã se levantava pra fazer o café do padrasto da gente e ela ficava dormindo, acordava de oito, nove horas. Quando ela acordasse queria tudo pronto.

(Ivanice, 17 anos, filha adotiva)

O caso da adoção de Ivanice tem elementos de uma relação de exploração de trabalho doméstico, o que não deve ser atribuído ao fato da adoção, pois pode também acontecer com filhas naturais, uma vez que são conhecidos os acontecimentos intra-familiares que vitimam crianças e adolescentes, como os maus tratos físicos e psicológicos e o abuso sexual dos pais sobre os filhos e filhas. O que interessa reter deste depoimento é o aprendizado imposto pela rotina do trabalho doméstico intrafamiliar, que inicia antes do chefe da família acordar, demonstrando a relação de hierarquia baseada em diferenças de sexo e idade, e ainda mais o controle exercido sobre a alimentação de uma forma abusiva do ponto de vista de uma relação familiar, mas que é bastante comum numa relação de emprego doméstico. Desta forma, Ivanice já estava “pronta” para seu primeiro emprego, onde, por azar, também sofreu maus tratos.

O papel da mãe que ensina o trabalho doméstico para a filha é o modelo comum que se encontra nos depoimentos, inclusive sendo representado simbolicamente nas brincadeiras.

Ah, eu sabia fazer tudo. Até assim, aos 10 anos minha mãe não deixava eu fazer as coisas não, mas aí eu fui aprendendo, ah, eu quero aprender. Lavar casa, passar pano, lavar prato. Não sabia muito fazer comida, sabia fazer do meu jeito, mas do jeito dela eu não sabia, mas ela foi me ensinando e eu fui aprendendo. (Danielli, 15 anos).

(...) sempre ajudava a minha mãe, em tudo a gente ajudava. Quando a gente não tava sabendo bem, ela ensinava tudo direitinho: “é assim, faça desse jeito...” (Eliana, 17 anos)

[P –Qual a brincadeira que você gostava mais?]
De casinha. Eu brincava com as bonecas. Tinha vez que eu queria ser a mãe das bonecas...
[P – O que é que a mãe fazia?]
... feijão, arroz. De verdade. Fazia o fogo, pegava as panelas e botava no fogo.
[P – E a mãe era brava?]
Não.
[P – Como era você como mãe?]
Ah, só ficava sentada e mandava ela fazer as coisas.
(Jaqueline, 17 anos)

O que acontece é que nas hierarquias familiares, os pais e os filhos homens não têm superposição de papéis, mas o mesmo não acontece entre mães e filhas, onde os papéis e, conseqüentemente, a distribuição de tarefas são inter-relacionadas. É por isto que é comum encontrar situações em que as filhas fazem o serviço doméstico, ou para a mãe trabalhar, ou não.

José Carlos, migrante vindo de uma família de camponeses, é um empregado doméstico que é responsável também por cozinhar, mas não foi por causa de sua educação familiar, que seguiu os moldes tradicionais de socialização de meninos camponeses, que ajudam o pai no cuidado dos animais.

[P – Tua mãe, que te ensinou a fazer comida?]
Tive que aprender aqui...
[P – Tua mãe não te ensinou?]
Não, quando tava em casa, de vez em quando que eu lavava... os prato, quando a minha irmã não tava em casa.
[P – Mas o serviço de casa você não fazia?]
Não, fazia não. Eu via ela fazendo, somente.
(José Carlos, 15 anos)

Mas o mesmo não aconteceu com Eduardo que ajuda no serviço doméstico desde os 7 anos de idade, numa família onde a mãe trabalha e moram só a mãe, a avó e o irmão mais velho, junto com ele. Porém, Eduardo é o empregado doméstico que faz os serviços tradicionais dos meninos que estão neste mercado, como limpar quintal, piscina e outras coisas, como diarista. José Carlos está numa situação atípica, por isto sente vergonha:

[P – Você não tem nenhum amigo aqui por perto, ninguém?]
Eu só tenho um vizinho, que trabalha aí, que já é de maior.(...) Aí eu perguntei: “tu ganha quanto aí?” Aí ele disse: “um salário!” Aí ele me perguntou: “tu ganha quanto lá?” Eu digo: “Ganho cem reais!” “Mas tu faz muita coisa!” ele me disse. Eu respondi: “faço, cuido de comida, tudo!” Eu perguntei o que ele fazia, ele só cuidava dos cachorros, limpava as portas, varria o quintal, essas coisa... pronto.
[P – Você tem vergonha em ser empregado doméstico?]
Tenho, porque. é mais pra mulher, né? Doméstico... é mais pra mulher do que pra homem. Mas só que não tem outro serviço, tem que ser, tem que ser assim.
(José Carlos, 15 anos, mensalista residente)

Woortmann (1987) afirma que nas famílias das classes trabalhadoras coexistem dois modelos de socialização baseada em gênero: o ideal, baseado numa divisão tradicional entre o homem provedor, que domina o espaço público, trabalha e sustenta a família, enquanto a mulher permanece no domínio da casa e dos afazeres domésticos; e o modelo da práxis, onde, sem alterar o lugar do homem, a mulher também ganha o espaço público, do trabalho.

E a esfera da práxis continua a modificar esse modelo produzindo novas configurações de modelos de reprodução familiar. O que pude verificar entre as adolescentes pesquisadas é que em suas famílias, os homens, com o crescimento do desemprego, ficam mais tempo no domínio da casa, embora sem assumir uma divisão do trabalho doméstico e dedicando parte deste tempo ao bar e à rua, e as mulheres ganham cada vez mais espaço no domínio do trabalho, ainda que em posições subordinadas. E também as hierarquias etárias estão desafiadas quando os mais jovens ascendem de uma posição de “ajuda”, de menor contribuinte na economia familiar, assumindo uma participação que é cada vez maior no sustento da família.

É pra isso mesmo que eu trabalho. Todo mês. Esse mês mesmo eu vou dar eu acho que uns 130 [reais] pra minha mãe.(...) se brincar ela quer os 150 só pra ela, ou se não quase tudo.(...) O meu pai ele não me pede nada não. Mas nem uma pensão ele me dá, porque era pra ele me dar uma pensão, mas também ele não tem condição de dar. Todo mês, todo mês tem que ajudar.
(Danielli, 15 anos)

4.2.1 - O trabalho precoce modificando a convivência familiar: o fim da infância

Se tomarmos a infância por um só dos aspectos que caracteriza essa fase da vida, podemos denominá-la como o “tempo de brincar”, pois as brincadeiras, ou a falta destas marcam a memória do tempo de infância dessas adolescentes. Por este ângulo de olhar a infância, algumas das adolescentes entrevistadas tiveram pouco tempo para isto.

Eu tive uma infância curta de brincar. Porque a gente tava passando por necessidade. Não queria que os meus pais tivessem escondido isso da gente, mas isso dava pra perceber. Aí eu percebia e ficava muito triste com o que tava acontecendo dentro de casa, desemprego e tudo mais. Aí, foi quando apareceu uma oportunidade de eu trabalhar.

[P – Com quantos anos?]

Com 12 anos.

(Verônica, 17 anos)

Eu parei de brincar mesmo quando fui trabalhar, aí não tinha tempo. Ficava só imaginando que tava brincando com os brinquedos das crianças que eu tomava conta, mas era tanto serviço que com o tempo fui me acostumando a não brincar e ser adulta, só trabalhando.

(Mônica, 16 anos)

Fica evidente que é o trabalho que marca o fim do tempo de brincar, o tempo da infância. O tempo de brincar e o tempo de estudar são os principais organizadores da infância, mas não quando o trabalho entre precocemente na vida desta, passando então a ser um fator determinante na organização do tempo.

O mundo do trabalho é o mundo do adulto, não da criança. Muito embora os adolescentes das classes populares sejam pressionados a ingressar no mundo do trabalho, ainda assim é o mundo do adulto. Por isso, não é totalmente absurdo quando Mônica se refere a si mesma como adulta, Do mesmo modo se expressou Josefa:

Quando eu era criança eu brincava muito com meus amigos, mas agora eu fiquei uma adulta, né, não gosto muito de brincar não. (Josefa, 16 anos)

Mônica e Josefa têm em comum a origem familiar, pois ambas são filhas de trabalhadores rurais e nestas famílias o trabalho infantil está inserido na economia familiar, como forma de assegurar a produção e reprodução familiar, daí ele passa a ser culturalmente aceito nesses grupos¹⁹ (Neves, 1997; Alvim, 2000). Não é à toa que os dados da PNAD de 2001 sobre o trabalho infantil na faixa etária de 5 a 9 anos apontem sua maior concentração nas atividades agrícolas. O depoimento de José Carlos, filho de camponês, que desde menino trabalhava na propriedade do pai, confirma esta situação cultural:

Gostava de brincar de jogar bola, de correr, essas coisas...

[P – Você brincava com seus irmãos?]

Não porque eles também trabalhavam. Eu só brincava com os outros meninos que não trabalhavam. Quando eu tinha uma folguinha assim, quando eu chegava do serviço, aí eu ia brincar. Quando eu via meu pai, eu corria pra casa, porque se não ele ficava bravo comigo.

[P – Você começou a trabalhar com quantos anos?]

Acho que com uns 9 ou 10 anos mais ou menos. De lá pra cá não parei mais não.

[P – E o que você fazia?]

Cuidava dos bois e estudava. A parte de manhã, eu cuidava das cabras, dos bois, essas coisas... aí chegava o meio dia, tomava banho e ia pra pista pegar o ônibus pra ir pra escola. De cinco horas voltava, quando chegava jantava e ia dormir. De manhã começava de novo... (...) Trabalhava, cortava cana. Me cortei um dia na cana.. Cortei o dedo, chega via o nervo, aí meu pai levou pro hospital, fez um curativo e eu vim me embora pra casa..

(José Carlos, 15 anos)

Convivendo com o trabalho desde a infância, a idéia da adolescência como uma fase intermediária em que as responsabilidades seriam, idealmente, menores do que na idade adulta, cai por terra diante da experiência do emprego doméstico.

Outras duas das adolescentes também começaram a trabalhar muito novas como babás, mas para pessoas vizinhas, por isto, nestes casos a passagem foi suavizada pela relação de proximidade com suas famílias (Anderfuhren, 1999), o que possibilitou continuar praticamente no mesmo ambiente e, continuar brincando, ainda que com novas responsabilidades.

¹⁹ Isto não quer dizer que na situação de trabalho familiar, a criança não tenha uma situação de trabalho tal que não prejudique o seu desenvolvimento físico, emocional e o seu desempenho escolar.

A gente brincava demais, mas acho que até passar essa fase de 9, 10 anos, eu acho que a gente aí parou de brincar. (...) A nossa infância foi legal, agora... assim... humilde, mas legal.

[P – E você começou a trabalhar com qual idade?]

Assim, desde os 11 anos já cuidava de criança em casa de família. Trabalhava.

[P – E como aconteceu? Quem te levou pra trabalhar?]

Foi minha vizinha. Eu tomei conta de criança de duas vizinhas... por perto. Elas perguntavam se eu podia ficar olhando, aí eu olhava. Eu gostava muito de olhar, porque até aí eu tinha 11 anos, criança ainda, brincava com ele. Mas eu já tinha responsabilidade.

(Edja, 18 anos)

A gente brincava, botava um bocado de lençol na cabeça [riso]. Saía brincando eu e ela [irmã], fazia que a filha da gente era o travesseiro. Gostava de boneca. (...)

[P – Faz tempo que você trabalha?]

Eu acho que já faz dois anos.

[P – E quando você começou a trabalhar, você sentiu falta da brincadeira?]

Não, porque eu brincava, assim, quando dava tempo, aí eu brincava com a menina que eu cuida.

(Fabiana, 12 anos)

Estes dois casos são paradigmáticos de que a forma como se dá a entrada no emprego doméstico é mesmo um divisor de águas para a adaptação ao emprego doméstico, pois as duas tiveram opiniões favoráveis ao emprego doméstico, conforme mostrei no capítulo anterior. Ambas iniciaram como babá, assim como Mônica, porém Mônica foi uma migrante aos 12 anos de idade e mesmo brincando com as crianças que cuidava, não sentiu a continuidade do seu tempo de brincar. Mas não se deve esquecer que Edja e Fabiana relativizaram este brincar ao submetê-lo às responsabilidades e ao tempo determinado pelo trabalho.

O início do trabalho para Edja e Fabiana não esvaziou o significado da adolescência em suas vidas. Edja, coloca a adolescência como uma fase de incertezas que é bem característico desta idade:

Era muito legal nesse ponto, era uma infância muito divertida. Agora eu não acho nem tanto assim a adolescência. Nem sei o que vai acontecer com a gente.
(Edja, 18 anos)

Quando a pessoa tá assim adolescente, a pessoa quer se vestir muito bem, né?
(Fabiana, 12 anos)

Fabiana faz uma afirmação que relaciona a adolescência com a questão da estética, que pode ser entendida tanto do ponto de vista da moda, do consumo, como

do ponto de vista da formação do gosto, onde o adolescente participa da escolha da roupa. A adolescência vista por esse ângulo contrasta com a infância de carências, onde o consumo é muito baixo e a possibilidade de escolha é quase nula. É o que mostra o depoimento de Danielli e Josefa:

[P – Você tinha brinquedos?]

Não. Porque quando minha mãe tinha eu e minha irmã, ela não era aposentada, meu pai ganhava pouco, então ela não podia comprar as coisas pra gente. Agora quando ela teve meu irmão ela já estava aposentada, meu pai já estava de vigilante, aí ela podia comprar mais. Tipo assim, ele foi mais bem de vida do que eu e minha irmã. Ela já podia comprar pra ele, mas pra gente não, ela não tinha condição de comprar.

(...) Minha infância não foi uma infância boa não. De pequenininha até... deixa eu ver... até os 12 anos não foi boa não. Eu não gostei não.

[P – E depois ficou melhor?]

Mais ou menos. Aí eles se separaram [os pais que brigavam muito], ela se aposentou, tal... Ainda não era tão boa, ainda tava apertada, aí eu falei: “vou trabalhar de algum jeito”.

[P – E com quantos anos você começou a trabalhar?]

Com 13 anos.

[P – E agora, sua vida tá melhor?]

É melhor agora, pelo menos dá pra comprar as coisas da gente.

(Danielli, 15 anos)

[P – Você já trabalhou na cana?]

Eu, assim, quando meu pai ia trabalhar, às vezes minha mãe ficava pra levar a comida dele, aí eu gostava de ir mais ela pra ficar trabalhando com os meninos, limpando cana. Eu gostava muito...adorava...mas agora eu não quero isso mais não.

[P – Por que não?]

Ah, porque esse negócio a gente sofre muito...trabalhar na cana...é muito ruim...no sol quente...não tem o que pode... a pessoa quer as coisas, não pode ter. Por isso que eu não quero. Quero trabalhar agora assim, como eu trabalho, pra tudo que eu quiser eu ter. Ajudo meus pais...

(Josefa, 16 anos)

A conquista de maior autonomia e poder de consumo conferem ao adolescente um estatuto próximo ao do adulto, mas também, para os adolescentes trabalhadores, esta condição significa o distanciamento daquele “estado de irresponsabilidade” que se atribui à juventude (Bourdieu, 1983). No caso das adolescentes das classes trabalhadoras do Recife e daquelas que chegam à capital vindas do interior, o emprego doméstico é o mercado de trabalho mais acessível para proporcionar o dinheiro necessário para o auto-sustento e consumo.

Pode ser que por começarem a trabalhar precocemente, quando ainda estão deixando a infância e entrando na adolescência, as adolescentes empregadas

domésticas tenham o sentimento de perda um pouco mais amplificado que uma adolescente que não tenha passado por esta experiência. Mas o fato é que vários fatores concorrem para este sentimento, muitas vezes mais diretamente relacionados às relações familiares, às paixões que nascem e morrem rapidamente nesta idade, a morte de pessoas queridas, etc.

E o que isto tudo tem a ver com o emprego doméstico de adolescentes? Nada ou quase nada, não fosse o fato de que o emprego doméstico, em muitos casos, produz o distanciamento da adolescente de sua família, e mesmo de seus amigos, de sua comunidade.

A perda da convivência familiar foi transmitida em um depoimento já transcrito neste trabalho, que foi feito por Kiara. Abaixo, reproduzo o depoimento em que Verônica diz de seu sentimento de perda, a perda do carinho dos pais, a perda da infância. Verônica é diarista, portanto, não está em condição de isolamento da família. Mas, e se estivesse?

Mãe? Era em tudo, ela... sei lá, acho que ela é uma lutadora assim! Por causa de muitas coisas da vida. Uma boa mãe! Não é carinhosa, assim sabe? Mas acho que ela luta muito pra ver os filhos dela assim... ela já lutou muito por nós.

[P – Como assim?]

Teve que trabalhar muito, muito mesmo pra dar o que a gente precisava. Tá ali do lado sempre. Protege. Se alguém fizesse alguma coisa demais, ela ia lá, brigava. Era assim, protegia, mas não era de chegar... Era como eu falei... Com meu pai é a mesma coisa.... enquanto pequeno, dá carinho, depois que cresce, parece que ficou uma barreira.

[P – E quando você acha que essa barreira começou a chegar? Com quantos anos você começa a ficar sem esse carinho?]

Acho que com uns doze anos.

[P – E você conversa com a sua mãe? Vocês conversam? De que?]

A gente conversa, mas assim... como é que eu posso dizer... eu não conto... eu não consigo contar da minha vida, o que se passou pra ela. Só conto as coisas que foram engraçadas, mas não as que realmente me faz triste, que me faz feliz, essas eu não conto.

[P – Por que?]

Eu acho que ela não tem paciência de escutar, eu acho.(...)

[P – E com relação as suas tarefas em casa, com a sua mãe, como era?]

Quando, assim, tinha que fazer e eu fazia as coisas, aí ela não falava nada. Se ela chegasse, a casa tivesse arrumada e os pratos lavados, ela não falava nada. Se chegasse e a casa tivesse bagunçada, ela falava, acho que ficava falando o dia todo: “Por que não fez aquilo?” Era assim. Mas daí que elogiasse, não.(...)

[P – Por que você acha que teve esse distanciamento?]

Acho que, sei lá, acho que são as dificuldades que a gente passa, aí se preocupa mais com o que vai comer amanhã do que em dar carinho. Aí cria essa barreira, vai passando, vai passando, vai passando... Acho que a gente se esqueceu!
(Verônica, 17 anos, diarista)

4.3 - A socialização pelo trabalho doméstico realizado nas casas dos outros

Como já afirmei anteriormente, o primeiro emprego doméstico deixa traços marcantes para a maioria das entrevistadas. Porque o primeiro emprego é um momento particular onde todos os esquemas de relações precedentes deverão ser testados e rearranjados segundo as novas situações relacionais (Anderfuhren, 1999).

A primeira tentativa de emprego doméstico para Neide foi muito precoce. Sendo a única filha solteira com 4 irmãos homens e diante da migração da mãe para trabalhar como empregada doméstica em Recife, Neide foi para o seu primeiro emprego aos 8 anos de idade, mas não conseguiu ficar. Com 11 anos de idade fez a sua segunda tentativa, indo “ajudar” a mãe na casa em que esta era empregada doméstica, o que tornou a adaptação menos traumática, mas ainda assim difícil, com choques com a patroa que chegou a beliscá-la, provocando a intervenção da mãe.

Primeiro, antes de eu vir trabalhar com ela [a mãe], eu morava com uma senhora aqui na Imbiribeira. Mas essa senhora dormia muito cedo, cinco horas da tarde já ia dormir, e eu não gostava de dormir cedo, porque eu só gosto de dormir tarde. E aí eu não quis ficar com ela e voltei para a casa da minha vó. Nem era pra trabalhar, era só para ficar com ela, que ela era sozinha (...) Mas depois eu não quis ficar mais não, disse “vou-me embora mainha”. Porque ela era muito chatinha, tava me enjoando, dormia muito cedo. Eu disse “ah mainha, eu não quero ficar mais não, já to cansada, ela dorme muito cedo, come muito cedo, eu não gosto”. Porque a senhora era toda assim: ia almoçar umas dez horas, quatro da tarde já tava tomando café e às cinco ela ia dormir. E eu não gostava. Eu pedi pra minha mãe pra eu vir embora passar uns tempos com minha vó de novo, ajudando ela.(...) Ela era meio, assim, pirangueira essa senhora, ela não ligava a televisão, por causa da energia, sabe? (Neide, 14 anos, primeiro emprego aos 8 anos)

É interessante ressaltar que esta primeira experiência de Neide não era entendida por ela como uma situação de trabalho, “era só para ficar com ela”, nem mesmo reconhecia as tarefas que fazia como parte de um contrato, pois afirma que “não fazia nada, só varria a casa, lavava os pratos, varria o quintal, lavava banheiro, só”. Não é por menos, pois ela era apenas uma menina de 8 anos, mas que, na sua verdade, revela que o motivo maior de sua inadaptação foram os hábitos da patroa, tão diferentes da sua família. Não foi o trabalho, que ela nem percebia como tal, pois fazia as mesmas coisas que fazia na sua casa.

Para Josefa, embora o seu primeiro emprego fosse extremamente cansativo – além de cuidar da casa da patroa, também cuidava da limpeza da farmácia desta, lavava e cozinhava para os empregados – também não foi o trabalho em si o que a fez fugir da casa da patroa. Foi o seu relacionamento com a patroa, que a desrespeitava e agredia, que motivou sua fuga. Este foi o mesmo caso de José Carlos.

Então, o que marca este novo período na vida da adolescente empregada doméstica é a socialização diferenciada que é imputada no seu local de trabalho, marcada pelas hierarquias de gênero e de idade e acrescidas pela hierarquia de classe. Porém, todas estas situações de subordinação aprofundam-se devido ao contexto em que se dão os conflitos, onde a adolescente empregada doméstica é a estranha dentro da “casa dos outros”, está relativamente ou absolutamente isolada das pessoas que pertencem ao seu universo afetivo e, pelas características do trabalho doméstico, é ela quem deve se adaptar aos hábitos e costumes do outro, subordinada à dominação não só da patroa, mas de toda a família da patroa. Opera-se então um processo de domesticação nos hábitos e modos de vida alheios ao seu meio de origem, até que a adolescente empregada doméstica esteja adaptada à casa e à família, e depois em outra e mais outra, até se acostumar a fazer sempre o que o outro quer (Kofes, 2001).

Porque, assim, sempre que você é um trabalhador assim, você não faz o que você quer, né? Em casa você pode fazer, mas nas casas você não pode. Tem que ser na rédea...isso e isso e aquilo outro, tudo na rédea da patroa, do jeito dela, do gosto dela. Desse jeito a gente se perde da gente e passa a viver só a vida deles. (Mônica, 16 anos, mensalista residente) (grifo meu).

4.3.1 – A difícil tarefa de fazer pelo outro

Ainda que a socialização das meninas siga uma divisão tradicional do trabalho segundo o sexo, o emprego doméstico marca a diferença entre os aprendizados construídos na família e os aprendizados necessários ao emprego doméstico.

[P: E quando você foi pro seu primeiro emprego, você já sabia fazer as coisas?]
Mônica: Sabia. Mas porque todo serviço não é como em casa, né, é diferente, tem que ser diferente, as coisas que não são como em casa, são diferentes, a gente só vai aprendendo assim, em toda casa que vai trabalhar. Porque também é diferente o sistema de uma casa da outra. Aí o que é que você faz? Lá na casa dos outros é super diferente. (Mônica, 16 anos, mensalista residente)

Danielli revela maior incômodo com a relação que tem com a patroa do que com o serviço que executa, como revela quando faz uma queixa sobre o nível de exigência desta para a limpeza:

E ela era muito... Era uma patroa muito assim... Eu não agüentava não. Só faltava bater! Ela chegava de noite, cheirando a casa pra ver se tinha cheiro de detergente, alguma coisa, gritava: “Você passou o pano agora de noite? Agora? Passou de noite?” Todo dia tinha que passar pano na casa, a roupa eu lavava, fazia as coisas tudo direitinho e pra ela eu não fazia nada dentro de casa. (Danielli, 15 anos, mensalista residente).

A relação com os patrões, principalmente com a patroa, é decisiva para mediar a adaptação da adolescente ao emprego doméstico e nesta relação o que vai ser questionado em primeiro lugar pela patroa é o conhecimento anterior da adolescente sobre o serviço doméstico. Este conhecimento assume o papel central no conflito, pelo menos em sua manifestação externa e mais para a patroa, porque para a empregada a questão central é o relacionamento que tem com a patroa.

Entre as diferentes maneiras de fazer as tarefas é o modelo da patroa que prevalece, que, segundo Kaufmann (1997), é parte de uma estratégia, não intencional, para reintroduzir as relações de subordinação no domínio da práxis, garantindo a marca do domínio da patroa sobre a casa e os objetos e sobre a empregada doméstica. Esta forma de impor a vontade, prossegue este autor, pode ser feita tanto de forma explícita nas críticas da patroa, ou ainda de forma disfarçada, quando a patroa não fala mas mantém atitudes que expressam seu descontentamento, como rearrumar os objetos no seu “devido lugar”. Seja de uma forma ou de outra, a questão, como Kaufmann coloca, é que a presença da empregada doméstica deve ser invisibilizada, pois o domínio que ela tem da casa e

até o maior tempo de convivência que ela possa ter com as crianças é uma situação que incomoda, que gera ciúmes e tensão entre patroas e empregadas. As críticas, segundo ele, são para as patroas a válvula de escape desse estado de tensão. A crítica pode ser um simples comentário de que a empregada “não fez o serviço direito”, cuja mensagem oculta é que a empregada não fez como a patroa faria, ou seja, do jeito certo. Pode vir também embutida em um elogio: “está impecável”, como se em outras ocasiões o serviço não tenha sido feito a contento da patroa (Kaufmann, 1997).

Porque a mãe dela é assim: ela tá boa comigo, quando a filha dela chega tem que dizer alguma coisa pra ela: “A Danielli fez isso e aquilo de errado”. É isso que eu não gosto. Se eu fizer alguma coisa de errado ela tem que vir reclamar pra mim, mas ela vai pra Sara. Sara não é minha patroa, minha patroa é ela. Então é ela que tem que vir reclamar.

[P – E como foi a sua saída dessa casa?]

Minha saída foi como eu disse. Eu não aguentava mais ficar lá, ela dizia também que eu não fazia nada... Porque todas as empregadas que chegam lá... eu estou conhecendo ela agora... porque toda que chega lá ela diz que não faz nada. Mônica mesmo, ela dizia que Mônica não fazia nada. Uma chamada Aninha pior ainda. Então ela dizia que não me agüentava mais. Não sei qual é a menina que vai chegar lá e ela vai gostar. Vai ser difícil, porque de todas que chegaram lá ela não gostou de nenhuma. Aí então eu disse: Eu vou sair. Aí ela disse “Então eu não quero mais você, porque você não presta pra nada”. Aí a mãe dela estava doente e ela disse pra eu ir pra casa da mãe dela. Eu fiz a faxina na casa da mãe dela, gostei do jeito da mãe dela, na primeira vez que eu fui ela não era assim meia... Aí então eu peguei saí de lá pra cá.(...) Mas a mãe dela é assim, qualquer coisa ela fica logo com raiva de mim. (Danielli, 15 anos, mensalista residente)

As críticas podem diminuir quando a empregada conquista a confiança da patroa, ou quando esta confiança já é presumida em virtude da contratação de uma empregada que venha da rede de parentes, amigos ou conhecidos da família empregadora (Kaufmann, 1997:165).

Mas mesmo assim, parece que é necessário que sempre seja feito um “treinamento” inicial, onde a empregada é instruída sobre os gostos da patroa e da família em relação à limpeza, arrumação, costumes e hábitos e as regras da casa.

[P – E ela te ensinou o serviço?]

Ensinou. No começo eu não tava pegando bem não, aí depois... Porque foi assim, a mulher que arrumou pra mim perguntou a ela [patroa] como eu tava. Aí

ela falou que eu não tava fazendo as coisas direito. Aí a mulher veio e me disse. Foi quando eu me toquei e fui fazer o máximo que eu pudesse, né? Depois a mulher perguntou como é que eu tava. Ela disse que melhorou cem por cento.

[P – E você ficou feliz?]

Foi! Porque eu tava triste, né? Porque ela não ia querer mais que eu fosse trabalhar com ela. Porque ela nunca chegou pra falar: “Olha, eu não to gostando disso...!”? Aí você fica até assim... um pouco indecisa... assim, porque eu não sei se o que eu to fazendo tá agradando ela ou se não ta agradando.

(Verônica, 17 anos, diarista)

Aí eu falei quero e perguntei como é que era, tudo direitinho. Aí ela disse... me explicou. Ela disse que só precisava cuidar... que o principal mesmo era cuidar das crianças, que eram quatro. Mas só que eu só tomava conta de uma de dois anos (...) Então, eu ficava com o outro menino, que tinha quatro anos. Os outros dois sempre estudavam. Eu ficava com dois de manhã e dois à tarde. Aí de manhã eu ficava com a menina, arrumava as coisas... fazia a arrumação todinha, só não preparava o almoço (...). Só que lá o trabalho era muito puxado pra mim. Tinha que lavar, passar, arrumar e tomar conta das crianças e era muito pouco, muito pouco o que ela pagava, 80 reais por mês.(Eliana, 17 anos, mensalista residente)

Mas este momento inicial dificilmente pode dar conta de tantos detalhes que estão envolvidos no cuidado da casa e da família, e porque também o conteúdo do trabalho doméstico é do domínio das práticas cotidianas que são facilmente “esquecidas” de tão mecanicamente que são feitas pelas pessoas (Kaufmann, 1997), o que torna fácil que muitos destes detalhes passem despercebidos quando são explicados à empregada doméstica. Esta é uma explicação possível, mas há outros aspectos a considerar. Um fator importante é que o emprego doméstico ainda carece de elementos objetivos que o definam clara e precisamente, o que inclui desde a determinação de uma carga horária até a definição objetiva das atribuições das diferentes funções do serviço doméstico, o que é extremamente difícil, visto que “Na relação de serviço doméstico (...) ainda é o indivíduo total, por assim dizer, que entra na subordinação, pois ainda não conseguiu a objetividade de um serviço objetiva e claramente limitado” (Simmel, 1983:119).

Então outros serviços vão sendo acrescentados, solapando a base de conhecimentos que a empregada doméstica pensa ter para poupar-se das críticas e infortúnios da patroa.

Bom, assim que eu cheguei lá ela disse que só era pra cuidar da criança, mas com um tempo ela foi colocando mais serviço pra mim. Tinha que lavar, passar, tudo direitinho... Aí ela sempre exigia uma coisa, exigia outra... Porque no começo a gente sempre não sabe fazer bem feito as coisas, né? Não tem bem uma noção porque... era [marinheiro de] primeira viagem... que eu ia trabalhar na casa de família. (...) Teve uma vez que eu esqueci de colocar o lixeiro fora, sabe? O lixo passou e eu esqueci, ... esqueci não... que ela não me falou o dia que passava o lixeiro. Quando chegou a tarde, aí ela perguntou o porque que eu não coloquei, eu falei porque eu tinha esquecido. Aí ela não disse nada, mas também ficou com a cara feia! Aí com o tempo eu fui me desgostando de tudo... (Eliana, 17 anos, mensalista residente)

(...) cuidava do bebê, mas às vezes quem cuidava mais era ela, porque eu tinha que ter mais tempo pra casa. Eu ficava com ele brincando, trocava a fralda dela, lavava a roupa dele, coisava a mamadeira dele, passava ferro nas roupa dele... tudinho...(...)

[P – Mas aí você começou a arrumar a casa também?]

Também, que ela pedia “dá uma ajudinha à mamãe, não sei o que...”

[P – E comida, você chegou a fazer comida nessa casa?]

Também fazia comida, cozinhava pra todo mundo da casa. Tinha quatro pessoas, comigo era cinco. (...) Aí eu cozinhava, lavava roupa... Às vezes eu lavava na mão, porque ela botava na máquina pra lavar, ela me ensinou a botar na máquina, depois eu lavava na mão que nem na máquina saía..., passava... todo dia tinha que passar pano na casa... limpar as janelas, Aí eu fazia tudo. Às vezes nem dava tempo. Às vezes eu ia dormir 11 horas, 12 horas da noite...

[P – Trabalhando?]

Trabalhando, porque eu fazia da casa da mãe dela também. Aí quando a gente chegava em casa era uma hora, duas horas. (...) Mas ela queria, porque queria que eu cuidasse das coisas da mãe dela, da casa dela e do menino. Mas também não dava pra mim, ficava muito cansativo, quando eu terminava as coisas era 11 horas, 12 e meia da noite. E quando era de 5 horas levantava pra fazer o café que ela ia pra escola de 7 horas.

(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

Kauffman (1996) mostra a que ponto as atividades definidas como familiares são flutuantes. Algumas atividades podem se repetir diariamente, uma vez ou mais de uma vez por dia, como cozinhar e lavar as louças. Outras atividades são definidas com intervalos de tempo que dependem de diferentes variáveis, tais como: características da residência (tamanho, localização, se é casa ou apartamento, formas de uso dos espaços, etc); número e idade das pessoas residentes; dinâmica familiar (tempo das pessoas fora e dentro da casa); aspectos relacionados à saúde; hábitos de higiene e outros costumes etc. Dependendo como se combinam estas variáveis, muitas tarefas serão definidas com temporalidade diária, semanal, quinzenal ou outro intervalo de tempo qualquer. Isto se dá dentro de uma certa previsibilidade dos acontecimentos cotidiano, mas no dia-a-dia os acontecimentos,

esperados ou inesperados, podem provocar que a ordem estabelecida para o fazer doméstico seja alterada. Isto é a rotina do serviço doméstico, seja ele realizado pela dona-de-casa, seja ele realizado pela empregada doméstica. O movimento do executar as tarefas é contínuo, mas a ordem e o tempo em que elas devem ser feitas nem sempre é. Daí é preciso decidir o que deixar de fazer, ou o que fazer superficialmente agora para depois retornar e fazer melhor, ou qual o momento melhor para fazer o que deve ser feito, enfim é uma questão de decisão, coletiva ou pessoal.

A questão é que o emprego doméstico se estabelece a partir de uma “transferibilidade” das tarefas domésticas, daí surgem pelo menos dois pontos de conflito. O primeiro, ao qual já me referi, é que a empregada deve fazer pela patroa e o seu fazer não é o fazer da patroa. O segundo ponto de conflito é a decisão sobre o que e quando fazer atividades que são “flutuantes”. Para que a empregada tome a iniciativa é preciso que haja uma base de confiança na relação dela com a patroa, caso contrário, ela ficará muito vulnerável às críticas que a patroa poderá desferir contra ela. Mesmo havendo confiança sempre será possível que as opiniões de ambas sobre o que e quando deve ser feito não coincidam. Se a empregada não tomar a iniciativa, também pode ser criticada por isto.

Kiara é uma das que não esperam pela ordem da patroa:

[P – Teus patrões te dão muitas ordens?]
Ordem? Não. Principalmente o patrão. Meu Deus do céu, eu sei que se eu chegar eu vou ter coisa pra fazer, né, eu vou lá e faço. Quando tá precisando, quando ela diz...assim: “Kiara tu me ajuda aqui a fazer isso?” eu vou lá e faço...ajudo...
(Kiara, 16 anos, mensalista não residente)

4.3.2 – Escrava não, mensalista residente!

As relações de poder são construídas no processo histórico (Simmel, 1983: 115) e a historicidade da subordinação da empregada doméstica na sociedade brasileira remete às relações entre senhores e escravos, onde também a interação

social na casa grande colocava cara-a-cara mulheres de diferentes condições sociais (Farias, 1983).

A referência à escravidão é recorrente no discurso das empregadas domésticas e totalmente ausente do discurso das patroas de acordo com a pesquisa de Kofes (2001). Entre os depoimentos das adolescentes domésticas, a noção de escravidão aparece associada à disponibilidade de tempo sem definição de limites, o que é comum neste tipo de relação de trabalho, como revelam outros estudos.

Eles me tratavam super bem, não tinha nada de empregada não...mas tinha... Ela viajava quase todo final de semana e me perguntava se eu queria ir. Aí, pra não ficar em casa, às vezes eu ia. Mas também lá não me fazia como escrava...eu fazia as coisas... ela fazia, ela fazia ...eu fazia... Não tinha esse negocio de só eu fazendo não, ela também fazia.
(Jaqueline, 17 anos, mensalista não residente).

A questão da escravidão, como é colocada neste depoimento, diz respeito à disponibilidade do tempo (e do corpo que realiza o trabalho) em local e período não previsto no acordo de trabalho. A mesma relação entre tempo de trabalho e escravidão também foi colocada por Edja. As duas adolescentes são mensalistas não residentes, de famílias de trabalhadores urbanos e seus depoimentos tem muitas referências à situações irregulares vividas por elas em comparação com o direito do trabalho. Ambas também são estudantes do Ensino Médio. Com base nisto e amparados em vários estudos sobre as classes trabalhadoras, alguns deles utilizados como base bibliográfica desta pesquisa, é correto afirmar que os jovens das classes trabalhadoras urbanas e com maior escolarização tenham uma visão mais crítica da realidade social, maior acesso aos conhecimentos, tendo condições de assumir posturas mais críticas e reivindicativas, são mais reativos às situações de exploração. Não seria assim com as adolescentes que migraram e têm vínculo de trabalho como mensalista residente. Das 7 mensalistas residentes, 5 tiveram alteração nos acordos de trabalho – aqui entendidas como *tarefas adicionadas pela patroa sem estabelecer consenso; mudanças na folga da empregada, sem estabelecer consenso; e não*

pagamento de valores negociados. Entre as 5 mensalistas não residentes, todas de famílias de trabalhadores urbanos, não houve nenhum caso relatado de alteração nos acordos. Mas Verônica, que hoje é diarista mas já foi mensalista não residente, teve alteração de tarefas quando estava nessa primeira situação, e Kiara quando era mensalista residente também teve alterações em seus dias de folga. Destas informações é evidente que as mensalistas residentes ficam mais expostas às alterações dos acordos estabelecidos com as patroas.

Esta disposição de tempo integral para os patrões, como vivem as adolescentes que vieram do interior e trabalham como mensalistas residentes, é acompanhada por limitações do direito de ir e vir e restrições à costumes por parte da patroa. Um exemplo disto é Mônica, migrante que vive como mensalista residente e devido à migração e ao trabalho abandonou os estudos, e em seu depoimento revela-se conformada com uma situação que ela coloca se não em termos de escravidão, mas como uma “liberdade” duvidosa:

Ao mesmo tempo me sinto livre e ao mesmo tempo eu acho que não. Porque, assim, sempre que você é um trabalhador assim, você não faz o que você quer, né. Em casa você pode fazer, mas nas casas você não pode. Tem que ser na rédea...isso e isso e aquilo outro... tudo na rédea da patroa, do jeito dela, do gosto dela. Desse jeito a gente se perde da gente e passa a viver só a vida deles. (Mônica, 16 aos, mensalista residente)

O risco de se perder de si mesma, de viver só a vida deles, não é o mesmo risco do escravo diante do senhor?

Girard (1993) também interpreta a herança escravagista no trabalho doméstico a partir de elementos tais como intimidade, utilização dos corpos, violência física e psicológica, violência sexual, baixa intervenção do estado na relação de trabalho, e porque no plano jurídico o trabalho doméstico não é considerado como situação de conflito potencial. É este último aspecto que explica porque os direitos das trabalhadoras domésticas são menores do que de outras categorias

profissionais, pois o perigo de conflito viria justamente pelo reconhecimento destes na relação de emprego doméstico.

Já Lima (1985), vê no quarto de empregada a expressão concreta desta herança, explorando os elementos arquitetônicos e físicos deste, como o estar sempre voltado para o lado do poente, o espaço exíguo anexo à cozinha e área de serviço, pouca ventilação e utilização como espaço de guardar coisas da casa.

[P – Você tem um quarto pra você?]
Tenho, mas o quarto é todo bagunçado, que ela guarda todas as coisas velhas lá... Tem uma cama de cimento e pronto.
(José Carlos, 15 anos, mensalista residente)

O quarto de empregada, segundo estes depoimentos, é o espaço onde também se faz a afirmação da dominação da patroa sobre a empregada, parafraseando Simmel (1983), é uma situação de subordinação do indivíduo total ao dominador. No depoimento de Danielli, a liberdade é negada até mesmo para ela dispor dos seus objetos como bem quiser:

O meu quarto? Sim, o lugar que eu tenho pra guardar. Tem o guarda-roupa da filha dela, mas eu não gosto de guardar nada lá não. Eu guardo, tem uma estante que eu guardo meus perfumes, minhas coisas, minha roupa fica mesmo na minha roupa. Eu não gosto de guardar nada não. Nem eu gosto, nem ela também gosta. Eu coloquei só os perfumes dentro da estante, ela nem usava que lá é vazio, aí então ela disse: “Não era pra tu ter colocado aí não, mas já que colocou deixe.” Aí então, já que ela disse isso, eu não vou colocar mais as minhas coisas lá no guarda-roupa. Não tenho liberdade pra organizar as coisas do jeito que eu quiser nesse quarto. (Danielli, mensalista residente)

Kiara e Jaqueline moram com suas famílias em bairros populares de Recife, Cordeiro e Coelho, respectivamente, estão cursando o Ensino Médio e sabem o que representa o vínculo de mensalista residente. Quem está nesta situação também sabe, mas ainda não encontraram as condições para mudar:

[P – Você aceitaria um trabalho que fosse pra dormir lá, ficar a semana inteira?]
Não. Porque eu me sentiria mais presa...eu já me sinto mais presa. Prefiro morar na minha casa mesmo. Na minha casa eu vou pra escola, quando venho da escola troco de roupa e vou pra rua, fico conversando com as minhas primas, fico conversando com as meninas. Na casa de patrão não, já é totalmente diferente. Você não pode ter a liberdade que você tem na sua casa.
(Jaqueline, 17 anos, mensalista não residente)

É muito ruim... Ichi.. a pessoa se sente presa... ichi! (...) Quando era sábado que ela não saía, aí eu dizia: “eu vou me embora”, mas ela dizia: “vai agora não Kiara, é cedo, dorme aqui...”. É muito ruim... a pessoa se sente muito presa.
(Kiara, 16 anos, mensalista não residente, falando sobre seu primeiro emprego doméstico, quando era mensalista residente)

Viver na casa dos outros, praticamente isolado de seus familiares e amigos, no caso das adolescentes migrantes, em uma situação em que pesam as diferenças de classe social, idade, sexo e etnia, as deixam mais expostas a riscos reais de sofrer situações de humilhação, racismo, violência e assédio sexual, como foram narrados por 6 das 7 mensalistas residentes:

Ofendia, chamava muito palavrão (...) Dizia um monte de coisa. Eu ficava olhando... Eu não gosto de gente assim não. Agora não era só eu, toda empregada que ia pra lá ela fazia isso.
(..). *Ela veio virada, chegou até a me machucar, pegou meu braço ficou apertando.*
(Danielli, mensalista residente)

Sim, aí quando eu faço as coisas errado... ela me... dá não sei o que, diz que eu não sei o que... que sou burro e não penso. Ela me beliscava... queria dar em mim, me empurrava... Falava que eu não aprendia as coisas, que era preguiçoso. Quando ela vinha bater em mim que eu respondia a ela... que eu ficava bravo e dizia “A senhora não é minha mãe, porque que a senhora fica... assim?” Aí ela respondia : “Eu to dando pra você aprender!”
(Jose Carlos, mensalista residente)

(...) ela era muito ruim pra mim. Ela puxava meus cabelos, me beliscava...ai.. (...), porque eu não sei como é essa mulher não. Ela é muito ruim...queria que eu fizesse as coisas nas carreira...e bem feito...aí eu chorava muito.
(Josefa, mensalista residente)

Só que eu saí de lá por causa do meu patrão, que ele assim, ele nunca tentou me atacar, mas ele ficava soltando enxerimento, soltando gracinha pra mim... “Essa menina”, não sei o que... (...) gracinha assim: “Essa menina é muito bonita! Esse umbigo dela...” Essas coisas assim.
(Mônica, mensalista residente)

Quando a gente ia pra praia ou pra uma piscina, a menina ficava bem moreninha, a menor, ele [o pai do patrão] dizia: “Mas Michele, não deixe esses meninos ficar preto. Vai ficar negro igual a Neide”. Minha patroa dizia: “Mas seu Romeu, pare com isso. Que coisa mais feia.”
(Neide, mensalista residente)

(...) agora ela é um pouco assim... avança em cima da pessoa, quer arranhar a pessoa, sabe?(...) que ela é muito teimosa, ela não escuta as pessoas direito, quer fazer o que ela quer, o que ela não pode, entendeu? Aí eu fico assim ó, toda arranhada... tudo ela que arranhou. [senhora idosa doente de esclerose], (..) porque se eu pudesse... um dia... ter minha casa... não viver nas casa dos outros, só isso.... pra não viver humilhada, né?
(Ivanice, mensalista residente)

O que transparece de todas as situações aqui descritas é que a relação de emprego doméstico torna-se extremamente abusiva, quando em uma situação de relativo confinamento como é o caso das adolescentes que trabalham com vínculo de mensalistas residentes. Sem mediação possível de algum agente externo, que poderia ser a família da adolescente, sindicato ou uma outra instituição, os conflitos são levados ao extremo, com prejuízos muito grandes para os mais fracos. A violência verbal, física e sexual é exercida pelos empregadores no contexto da aprendizagem e da socialização das adolescentes em um meio social na qual elas são estranhas, como exercícios de demonstração de poder. Revelam, por trás destes atos e palavras, os preconceitos e discriminações construídas com base em estereótipos sobre classes e grupos sociais subalternos, resultantes de hábitos de julgamento e expectativas tornadas cotidianas para manter o *status quo* dos dominantes (Nunes, 2003).

Retomando o primeiro depoimento de Jaqueline transcrito neste item, a mediação da situação colocada nesse depoimento foi encontrada na cooperação entre patroa e empregada na realização das tarefas que estariam fora do acordo entre as partes, no caso da viagem de fim de semana. A mediação, que tornou diferente a relação de trabalho comparada à escravidão, coloca em campo a almejada situação de igualdade entre mulheres que as empregadas buscam nesta relação (Kofes, 2001).

Isto reforça a idéia de que no emprego doméstico, mais do que em outras situações profissionais, a dimensão relacional emerge como mais importante que a dimensão profissional (Anderfuhren, 1999). Isto é reforçado quando no emprego doméstico a adolescente se submete a uma relação de trabalho que é ignorada pelo aparato fiscalizador do Estado, onde as normas que regulam os “contratos” informais são estabelecidas numa relação desigual onde predomina os interesses da família.

4.3.3 – As relações com patroas, patrões e outras pessoas da família empregadora

Segundo Simmel:

O conteúdo e a importância de certos relacionamentos pessoais consistem no fato de que a função exclusiva de um dos elementos é servir o outro. Mas a perfeita medida desta devoção do primeiro depende freqüentemente das condições que o outro elemento estipula para o primeiro, mesmo que num nível diferente da relação. (Simmel, 1983: 111-112).

É exatamente o tipo de relação que se estabelece entre a família da patroa e a empregada doméstica. É a patroa que impõe as regras sobre relacionamento que ela quer ter com a empregada, que poderá ser “driblado” as custas de estratégias cotidianas que a empregada deve operacionalizar. Elas formam os dois principais pólos na relação de emprego doméstico: de uma se espera que ordene, supervisione, controle e, se for o caso, que complemente o trabalho doméstico; de outra se espera a agilidade e qualidade no fazer, a adequação aos costumes da casa e da patroa (Kofes, 2001:164).

Mas nas situações empíricas verificadas nesta pesquisa há um ambiente relacional em torno da adolescente empregada doméstica, onde a figura da patroa é sempre central, mas não é isolada. Esse ambiente é formado pelo patrão, pelos filhos do patrão, pelos pais da patroa ou do patrão, enfim, por todos aqueles que moram ou freqüentam assiduamente a casa.

Percebe-se em muitos depoimentos, que estes outros relacionamentos ora suavizam e facilitam a adaptação da adolescente doméstica, ora potencializam os conflitos. Kofes (2001: 175) afirma que as opiniões dessas outras pessoas podem pesar na definição da permanência ou não da empregada doméstica numa casa quando sua relação com a patroa torna-se difícil. Podem ser o marido ou os filhos a amenizarem a situação a partir de uma relação pessoal que estabelecem com a empregada.

Isto pode ser verificado nas relações das babás com as crianças. Se tudo correr bem, esta relação pode significar um tempo maior de permanência da adolescente na casa. Mas as interações das babás com as crianças nem sempre caminharam no sentido de estabelecer um relacionamento afetivo, como é de se esperar, levando à ruptura da relação de trabalho.

O menino dela queria bater na pessoa na cara, eu ficava olhando assim: “Eu não vim trabalhar para apanhar de criança. (Danielli, 15 anos)

Agora, os meninos dele... Porque é assim, eu gosto muito de criança e não tem uma criança que não goste de mim, mas o menino dele de 2 anos dava em mim. Agora também eu não podia reclamar, como é o filho dele, eu nem podia reclamar não. Eu tinha que agüentar tudo o que os filhos dele fizesse comigo. Até pra dar banho, fazia um escândalo, dava em mim, se jogava no chão e não queria tomar banho. Aí eu tinha que tratar: “venha cá... venha, porque que você tá assim?” Também é pra tratar criança assim, né? Mas tem hora, né, que tem que reclamar, porque tá fazendo malcriação. Até o menino dele de 7 anos... Eu cheguei tarde, ele disse assim “Já perdeu a hora, foi?”. Assim mesmo: “Perdeu a hora foi? Tava onde?” Assim! Aí eu levava na brincadeira, nem ligava, mas eu sabia que tava reclamando, né, porque eu cheguei tarde. Toda pessoa que entra lá eu acho que sai por causa disso também, dos meninos. Eu acho que é por eles serem tão mimados. Porque tem criança, né, que dá pra levar, mas eu acho que eles... (riso). (Edja, 18 anos)

Estes depoimentos mostram uma situação em que a adolescente empregada doméstica passa por constrangimentos até de quem está sob sua autoridade, pelo menos em tese. É um indício claro de como as relações com outras pessoas da família empregadora influem sobre a permanência ou a saída da empregada doméstica na casa. É também um outro indício de que o fator idade, neste tipo de relação de trabalho, deixa as adolescentes expostas a um maior controle por parte dos empregadores, mas que ele não é operado simplesmente na interação desta com os adultos. O fato de estar presente também na relação com crianças deve ser entendido à luz das desigualdades sociais que atribuem valores e características diferentes entre crianças de diferentes classes sociais. “Crianças”, no Brasil, é uma noção que é associada àqueles “que tem família”, entendido no sentido restrito do modelo familiar das elites e classes médias. Os filhos de famílias pobres, de famílias monoparentais, cuja socialização ocorre com maior freqüência deles nos espaços

públicos, ou os internos de instituições sociais sempre ganharam alcunhas, “pivete”, “menor”, “trombadinha”, “cheira-cola”, em um processo histórico que, segundo Nunes (2003), gera um estado de desconfiança mútua, onde a sociedade age como se as crianças pobres fossem culpadas pela sua pobreza, como se elas contivessem dentro de si um potencial ladrão ou prostituta. Dentro do espaço restrito da casa brasileira, a relação de emprego doméstico se consolida através de ações estruturadas sobre as desigualdades sociais, mas que são legitimadas por se constituírem dentro de um mecanismo de inserção social dos mais pobres no mercado de trabalho.

A busca das adolescentes por uma relação de afinidade é revelada principalmente em relação à patroa. Nesta busca, alguns sinais eram entendidos pelas adolescentes como manifestações de carinho da patroa, principalmente o conversar sobre outros assuntos e os presentes. Essas são as patroas legais. Não foram muitas essas referências, conforme se vê na seleção de expressões que retirei dos depoimentos:

- Ela gritava muito! (Danielli, sobre a primeira patroa).
- Ela é legal! (Danielli, sobre a segunda patroa).
- Eu ainda a chamo de tia. (Edja, sobre a primeira patroa).
- Tinha uma cara meio fechada e era muito exigente. (Eliana)
- Ela é muito legal! (Fabiana)
- Ela era legal! Quando eu chorava, ela conversava comigo. Era professora e me ensinava matemática. (Ivanice, sobre a primeira patroa).
- Ela é esclerosada, mas eu gosto dela e da irmã dela. (Ivanice, sobre a segunda patroa).
- Ela era muito ruim pra mim, me beliscava, puxava meus cabelos. (Josefa).
- Ela era muito ruim aí eu tive que sair. (José Carlos, sobre a primeira patroa).
- Todos são, o tempo todo, mal humorados. (José Carlos, sobre os patrões atuais)
- Patroa, eu não confio não. (Mônica).
- Ela era boa, levava pra passear, dava presentes. (1ª fala) Ela gostava muito de humilhar as pessoas na frente dos outros (2ª fala) – Neide, sobre a segunda patroa.
- Ela gosta de mim, me dá as coisas que eu quero (Silvana)

Os presentes, numa relação tão assimétrica onde o doador tem status maior que o receptor, reifica a dominação de um sobre outro, onde o doador não pode

esperar mais do que uma retribuição: a gratidão da empregada, manifestada verbalmente também, mas, principalmente, através do serviço (Coelho, 2001: 274). Assim temos duas intencionalidades no ato de presentear/receber presentes: a empregada deseja a amizade/intimidade, enquanto a patroa deseja a gratidão/servir. E ainda teria uma dimensão de recolocar a distância social, visto que a gratidão seria:

não a retribuição de um presente, mas a consciência de que ele não pode ser retribuído, de que há algo que coloca o receptor em uma determinada posição permanente em relação ao doador, e o faz entrever uma infinidade inerente de uma relação que não pode ser esgotada nem plenamente realizada por qualquer contra-presente ou atividade finitas (Simmel, 1964: 392, citado por Coelho, 2001: 274)

Ser bem servida, ter a segurança de que sua casa e sua família contam com uma pessoa que irá servi-los como convém, como é o seu desejo, este é o sentido do presente oferecido pela patroa numa relação como esta.

Para as adolescentes domésticas, esses são sinais de afetuosidade que alimentam sua aspiração pela amizade da patroa, como já foi constatado em outros estudos (Rezende, 2001; Kofes, 2001). E ainda, pela condição de adolescente, é possível que esses “sinais” de amizade também apontem para a possibilidade dela recompor o ambiente de suporte emocional do qual foi privada ao ser afastada da convivência familiar e dos amigos que ficaram em sua cidade/comunidade, como expressa o depoimento de Ivanice:

Mas ela era legal comigo. Às vezes quando eu tava chorando, ela perguntava por que... Porque eu também não tinha onde ficar, né? Aí eu vivia mais na casa dela. Aí... ficava chorando, ela perguntava se eu tava com saudade da minha família, eu dizia que tava. Pronto.
(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

Ou, ainda, como afirmou Kofes (2001) a noção de “amiga” presente no discurso das empregadas, expressa a aspiração pela igualdade.

É, eu sou diarista lá. Três vezes por semana eu vou lá. A mulher parece ser boa, né? Ela é boa, ela é ótima! Assim, ela não tem preconceito, ela não... não sei se é porque ela tá na casa dela só, só é ela, o marido e os filhos... Se quando aparecer alguém sei lá se ela vai mudar, né? Não sei! Mas ela não me deixa distante porque eu sou empregada dela. Ela sempre, ela conversa comigo, ela

brinca comigo. Fala coisas engraçadas... No começo eu me apeguei muito a ela, me apeguei muito.
(Verônica, 17 anos)

O depoimento de Verônica tem a marca do sentimento de inferioridade da empregada doméstica, o medo do preconceito, que a faz entrar em dúvida sobre se a patroa vai tratá-la com igualdade se estiver em outro espaço fora de sua casa. Na linguagem e no corpo revela-se a distância social (Bourdieu, 1990: 155).

O desejo de afetividade e intimidade na relação com a patroa vem à tona também na forma delas se expressarem como se fossem “da família”:

...porque lá não tem esse negocio de colocar o café da manha não, nunca. Lá não tem disso não. É como se eu fosse da família, ela não me considera como empregada não. Eu almoço na mesa, junto com elas.
(Jaqueline, 17 anos, mensalista não residente)

Segundo Kofes, a expressão “membro da família” é um mecanismo ideológico usado pelos agentes, sem “que os agentes envolvidos estejam iludidos por um real falso”, que torna mais aceitável, para a patroa, a presença de uma pessoa externa e que permite à empregada abrir vias de acesso que estruturalmente estão fechadas à ela (Kofes, 2001:178). São formas, como afirma Bourdieu (1990), de negar simbolicamente a distância social e obter vantagens, ou melhor, neste caso, é mais para diminuir as desvantagens de quem está sob total subordinação.

A confiança é outro elemento importante para dimensionar o grau de estabilidade de uma relação de trabalho doméstico e é muito necessária para a patroa, principalmente, pois só assim fica mais fácil de conviver com uma pessoa de fora (Kaufmann, 1997).

[P – E você confia nessas pessoas?]
Confio. Do mesmo jeito que eu confio nela, ela confia em mim. Porque tudo que eu tenho eu conto pra ela e tudo que ela tem ela conta pra mim.
(Jaqueline, 17 anos, mensalista residente)

E a falta de confiança coloca a adolescente doméstica em situação ainda mais desvantajosa, chegando à humilhação.

Diz que eu pego as coisas dela, diz que eu pego dinheiro dela, diz que eu pego anel dela... Aí, assim, nos primeiros dias quando eu cheguei lá, a irmã dela não tinha me contado nada sobre isso não, né? Aí eu começava a chorar, porque eu não tinha pegado nada dela. Ela só vivia com a chave do guarda-roupa e da porta sempre trancada... sempre com ela, como é que eu ia pegar as coisas dela?

(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

porque desapareceu um dinheiro aí ela veio pensar que era eu... Aí chamou eu e a menina e perguntou, logo quando eu tinha chegado, perguntou se foi eu ou foi ela, a menina. Aí eu chorei porque nunca tinha acontecido isso comigo e eu me senti muito magoado e fiquei chorando.

(José Carlos, 15 anos, mensalista residente)

A confiança, a intimidade, a referência à empregada como “quase da família”, funcionam como mecanismos de suavização da distância social, para conseguir manter o equilíbrio na relação patroa – empregada. Mas, como disse Bourdieu, a negação simbólica da distância social admite, implicitamente, que a distância existe objetivamente. Isto é por isto que quando essas adolescentes acompanham os patrões em eventos sociais para cuidar de crianças são obrigadas a ficar “nos cantos”. É o que acontece nesta relação com adolescentes babás, ainda mais quando a família empregadora é de classe média ou alta, como os patrões de Neide.

[P – E o que é que você sentia assim?]

Eu era quase como um dos filhos dela.

(...)

Ela gostava muito de humilhar as pessoas na frente dos outros.

Quando eu saía com ela pra aniversário da madrinha da menina, quando eu chegava lá a madrinha da menina vinha me cumprimentar. Ela não gostava. Quando chegava em casa ela vinha reclamar. Porque isso ela não fazia e quando os outros faziam comigo ela não gostava. Ficava dizendo que eu tinha que procurar o meu lugar de empregada. Que não era ninguém da família. Eu tinha que sair pros cantos pra ficar olhando a menina. Isso eu não gostava.

(Neide, 14 anos, babá)

A situação se modifica conforme o contexto. Antes, viajando com a família empregadora para o interior, Neide dizia que se sentia “quase como um dos filhos dela”, e citava até a semelhança de cor da pele para justificar este sentimento. Diante de parentes e amigos, a adolescente doméstica deveria ser uma presença invisível.

Esta invisibilidade depois se revelou na convivência entre a patroa e seus filhos após o desligamento da babá:

Porque, às vezes que ela dizia à [filha] menor que eu vinha me embora, a menina então começava: “E eu mamãe, vou ficar sem babá é? E agora? Você não desce comigo. Maria também não, então eu vou ficar sem babá”. Começava a chorar, mas ela [a patroa] dizia: “É não, eu tô brincando”. Então ela não deixou, eu falar com os meninos quando eu vim embora.

[P – Ela não deixou? E sua mãe contou alguma coisa de como os meninos ficaram?]

Não. Ela diz que quando os meninos falam o meu nome, ela já muda de assunto, que nem comentário faz do meu nome.

(Neide, 14 anos, babá em uma família de nome tradicional entre as elites pernambucanas).

4.3.4 – Regras e controles sobre hábitos e costumes

Um dos aspectos mais importantes no processo de socialização das adolescentes no emprego doméstico diz respeito à imposição de regras cotidianas que vão orientá-las a adotar novos comportamentos em relação à alimentação, ao vestuário e ao relacionamentos interpessoais, principalmente.

Nota-se nos depoimentos que um dos pontos de maior atrito com as adolescentes é a questão do consumo de alimentos. As situações variam de uma rejeição ao tipo de alimentação adotada pela família empregadora, levando a adolescente a não se alimentar na casa da patroa, até os casos em que a alimentação da empregada era regulada pela patroa, proibindo o consumo de determinados tipos de alimentos. Outras vezes são críticas, mais do que regras, uma vez que são externadas no intuito de intimidar a adolescente e não de proibir, mas também colocam-se contra os costumes que esta traz de sua família.

Por isso que eu preferia almoçar na minha casa. Eu não gostava do comer de lá não. Assim... é bom, né, tem mais condições... mas eu ainda não gosto não. Eu vou pra lá, eu lancho lá, mas almoçar eu não almoço não.
(Edja, 18 anos, mensalista não residente)

[P – Aí vocês não podiam comer determinadas coisas?]

Assim, no passar do tempo a gente viu que não podia. Até café... Tem café diferente lá. Tem Nescafé e São Braz. São Braz é com leite. Esse a gente também não podia. Também nesse período ele [patrão] disse que a gente tava gastando refrigerante demais. Aí eu parei de tomar.

(Edja, 18 anos, mensalista não residente)

Tipo assim, comer era assim só... Porque ela é assim, empregada comia arroz e feijão, o resto nada. (...) Outra coisa, lá eles comiam coisas e botavam pra cima de mim, era isso também que me doía, porque ele comprava ketchup, maionese, sorvete, essas coisas, eles comiam e se acabava botavam a culpa pra cima de mim. (...) eu também fui uma menina que era acostumada assim... minha mãe passou necessidade mas quando ela tinha dinheiro ela comprava fruta pra dentro de casa, e aqui eu não posso comprar, só se for com o meu dinheiro. Então se eu for comprar assim, a fruta dela é banana, eu não gosto muito de banana, banana ou mamão, se eu comprar uma laranja ela já acha ruim: “Quem mandou tu comprar?”

(Danielli, 15 anos, mensalista residente)

O tempo da empregada é talvez o principal fator de controle da relação de emprego doméstico. O tempo é marcado pelas tarefas, mas daí surge o ponto de conflito, pois sempre haverá uma tarefa a ser inventada pela patroa, caso ela queira, em virtude da própria dinâmica do trabalho doméstico, como já foi explorada em item anterior deste capítulo.

Se eu sentasse um pouquinho ela “levanta!”. Quando não tinha nada pra fazer, ela dizia: “Não tem nada pra fazer?” Eu não, já acabei todas as minhas obrigações, eu dizia. Aí, ela ficava procurando coisa pra eu fazer.

(Neide, 14 anos, mensalista residente)

Aí ela diz assim: “Não tem nada o que fazer não?” Eu digo: “Quer que eu pegue a vassoura pra varrer a rua eu vou!” [riso]. Aí ela “Não, não precisa disso não. Fale direito comigo.” Eu fiz: “Não, é que a senhora tá perguntando, aí...”

(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

O tempo de descanso ou de lazer também será motivo de vigilância da patroa, principalmente para os casos em que a empregada é mensalista residente. O tempo de descanso, sendo definido pela oposição ao tempo de trabalho, passa a ser limitado pela patroa, como que para garantir o aproveitamento deste segundo. É também uma forma de controle dos relacionamentos sociais, como se estes também fizessem parte do gerenciamento da casa, estabelecendo limites entre a empregada e as pessoas que ela vai se relacionar na vizinhança, pensando com isto resguardar a intimidade sua e de sua família, como mostra o depoimento de Danielli, ou, simplesmente porque tratam-se de adolescentes e esta diferença de idade pesa na

relação a ponto de “permitir” que a patroa controle as esferas da vida fora do trabalho.

[P –Você pode descer pra conversar com umas amigas? Você tem amigos no prédio? Como é?]

Tem um rapaz, toda vez eu converso... mas eu não gosto de ficar conversando muito com ele não que eu acho ele chato. Aí eu fico um pouquinho lá na frente, porque às vezes ela fica reclamando comigo, aí pra eu não reclamar com ela também, eu vou me embora lá pra frente...

(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

[P – Você tinha amigos no prédio?]

Não, só as outras babás. Eu descia com a menina, e a gente ficava lá conversando.

[P – E de descer sozinha, quando a menina tava dormindo, à noite?]

Não, ela também não deixava. (...) outro dia, ela dizia: “vá, mas só um pouquinho, viu? Dois minutos, daqui a pouco eu lhe chamo”. Quando chegava lá embaixo, eu nem sentava direito, ela: “tá na hora de subir”. Eu dizia a ela: “ah, mas eu não tenho mais nada pra fazer uma hora dessas não. Então eu posso descer pra ficar lá embaixo conversando com as meninas”. Mas aí ela dizia: “não, mas isso é hora de dormir”. (...)

(Neide, 14 anos, mensalista residente)

(...)Ela é assim, não quer que eu converse com ninguém, pensa logo que eu estou falando da vida dela, pensa que eu só tenho a vida dela pra falar.

(Danielli, 15 anos, mensalista residente)

Como se nota, o controle do tempo é um fator importante na socialização, pois vai demarcar a continuidade ou a ruptura com a socialização vivenciada pela adolescente em sua família. Sendo assim, dependendo da forma como se dá esse controle do tempo e dos relacionamentos, a adolescente que se engaja no trabalho doméstico pode não alcançar o desejado estado de autonomia e liberdade que é característico dessa idade e dos jovens das classes trabalhadoras que vão buscar estes elementos através do trabalho.

Ainda um outro fator de controle característico desta relação de emprego está situado no vestuário. É comum vermos empregadas domésticas vestidas com uniformes que caracterizam esta categoria profissional. O vestuário é um elemento importante na relação do emprego doméstico, uma vez que ele pode marcar diferenças de classe e de idade. Pode ser acionado pela patroa para garantir que a presença da adolescente, ou mesmo que fosse uma empregada adulta, não vá

ameaçar a sua sexualidade no interior da família. Ou ainda para humilhar, expressando preconceitos com o modo de vestir das adolescentes.

Ela fala “menina, tu não vai botar uma roupa mais comprida não?” Aí eu fico calada.

(Ivanice, 17 anos, mensalista residente)

Não podia sair pra canto nenhum. Se fosse... Vá ali no mercadinho, a pessoa estava toda desarrumada, tava toda feia, se eu fosse tomar um banho, botar um perfume, ela dizia: “Que tomar banho, nenhum macho vai olhar pra tu não”.

(Danielli, 15 anos, mensalista residente)

4.3.5 – Socializar ou domesticar? Os desafios da convivência com as diferenças

Kofes (2001) faz uma incursão sobre os significados de *doméstico* e *domesticar*, partindo das definições do dicionário. O doméstico como adjetivo, diz ela, refere-se a um lugar, a um trabalho ou a um conjunto de relações familiares. Como substantivo designa uma pessoa: a empregada ou empregado. Pensando nas razões disto, afirma que a diferença que é denunciada pelo substantivo – relações entre diferentes, patroa-empregada – encontra sua explicação no verbo *domesticar*, que comporta os significados amansar e civilizar (Kofes, 2001:79-80). Em um texto anterior, esta autora já desenvolvia este argumento de que o emprego doméstico adquiriria o caráter de domesticação da empregada doméstica:

À domesticidade, ser definida pelo doméstico, sobrepõe-se, para a empregada, ser doméstica no sentido do treinamento dos hábitos culturais sob a atitude mando/obediência. Domesticar é “querer que você faça da maneira como queremos que faça”. E isto é fundamentalmente o que é esperado da empregada. (Kofes, 1982: 191)

Entretanto, esse processo não se realiza sem resistência e pode, como uma interação de mão dupla, estabelecer um circuito de troca cultural, segundo o argumento de Kofes (2001: 385).

As atitudes de resistência, como revelam as entrelinhas dos discursos, estão na realização daquilo mesmo que a patroa tenta controlar. Assim, às críticas e repreensões da patroa são seguidas de atitudes de afirmação da adolescente, pois, se não fosse assim, ou não haveria críticas e não teria conflito a narrar, ou inviabilizaria a permanência no emprego doméstico.

Entretanto, verificando as muitas trocas de emprego na trajetória destas adolescentes, e considerando a situação de relativo isolamento que se encontram as mensalistas residentes, como foi verificado aqui, é possível que muitas destas trocas tenham ocorrido por não se encontrarem meios de resolução dos conflitos, nem tenham sido viabilizadas estratégias para se adaptar às “regras da casa”.

Considerando isto, o processo de socialização vivido pelas adolescentes no emprego doméstico tem mesmo semelhança com a noção de domesticação que é acionada por Kofes, onde a aceitação às regras ou é mediada, ou inviabiliza a permanência no emprego.

Nunca descumpri regras dela. Sempre que ela fala, eu faço tudo que ela pede. Não é medo, mas é chato se uma pessoa diz uma coisa assim e você passa por cima da ordem e não faz do jeito que a pessoa quer. Nunca pode, porque a gente não tá na nossa casa. A gente já tá na casa da outra pessoa, né, aí tem que fazer o que ela está pedindo. De todos aqui: da mãe dela e da irmã dela. Sempre vai uma dizer, aí eu faço também.
(Mônica, 16 anos, mensalista residente)

O que pesa nesta relação específica é que às hierarquias que se sustentam sobre as diferenças de sexo, classe social e etnia/cultura, acrescenta-se a hierarquia baseada na diferença de idades, onde o adulto, empoderado por sua condição de autoridade moral e de identidade-modelo, vai além das imposições e controles que faz normalmente quando esta relação de trabalho é estabelecida com uma mulher adulta. O controle que é exercido sobre a adolescente doméstica emerge, então, disfarçado como uma consequência da transferência de responsabilidade dos pais para os patrões (Anderfuhren, 1999).

Conclusões

Quando se é criança e alguém pergunta: “o que você quer ser quando crescer?” Aí a pessoa responde: artista, enfermeira, bailarina, professora, dentista... Nenhuma pessoa responde que quer ser empregada doméstica. Porque isso aí não é um desejo que a pessoa tem. É uma sina mesmo.
(...) Eu não sou doméstica. Eu estou doméstica por falta de opção.
(Roxane, personagem do filme *Domésticas*, de Fernando Meirelles)

Ninguém, ou quase ninguém, quer ser empregada doméstica. Mesmo quando gostam do trabalho, o futuro visualizado pelas adolescentes entrevistadas não comporta a permanência no emprego doméstico, como revelam os resultados aqui apresentados.

O filme *Domésticas* também retrata outras situações que foram de alguma forma explicitadas nesta dissertação: a filha que é iniciada no trabalho doméstico pela mãe, mas foge de casa em busca de outra sorte; o quarto da empregada; as amizades restritas a outras empregadas domésticas e empregados de condomínio devido à perda da convivência comunitária para aquelas que são residentes durante a jornada semanal de trabalho; as regras das patroas e as constantes mudanças de emprego da jovem doméstica que ainda não aprendeu os “macetes” do emprego doméstico.

Ao focar os processos de socialização das adolescentes vivenciadas na família e no trabalho doméstico, busquei revelar as relações simbólicas que no universo da adolescente são fundamentais para a sua formação pessoal. Estes processos são construídos a partir de relações de gênero e de idade, que mesmo tendo uma base de definições comuns tanto na família de origem quanto na empregadora, ainda assim apresentam seus contornos próprios em virtude de concepções e de formas de socialização que são característicos das classes trabalhadoras e são diferentes nas classes médias e altas.

Também pesam no processo de socialização vivenciado no emprego doméstico as diferenças econômicas e simbólicas que advém de uma situação de classe social, de modos de vida que são distintos e se encontram em um mesmo espaço: a casa. Ser mulher, adolescente, pobre, ter um *habitus* que foi construído sobre bases materiais e simbólicas que cercam as classes trabalhadoras brasileiras e, portanto, bastante distintas do ambiente em que vai trabalhar e viver a maior parte das horas do dia, é uma situação que expõe essas pessoas a superexploração do trabalho e a muitas formas de violência, como mostraram as evidências empíricas desta pesquisa. A convivência de diferentes conceitos, de diferentes paradigmas provoca a sensação de indefinição dos limites nesta relação de trabalho.

Como busquei demonstrar, as relações de gênero constituem parte necessária para o entendimento do emprego doméstico de adolescentes, mas são insuficientes para se entender as dimensões deste nas interações entre adolescentes empregadas domésticas e adultos empregadores. E as respostas procurei construir na análise dos processos de socialização.

A socialização é reveladora das formas pelas quais, nos processo de aprendizagem, as pessoas incorporam regras, valores, conceitos e maneiras de agir. É também definidora para que as pessoas que vivem essa socialização se sintam, ou não, integrados ao grupo social que operacionaliza esse processo.

Quando falei em naturalização das desigualdades, é porque o emprego doméstico de adolescentes mobiliza situações e significados atribuídos a essas situações que fazem parte do universo simbólico das adolescentes das classes trabalhadoras. “Olhar menino”, limpar a casa e todas as tarefas do trabalho doméstico, quando realizadas no interior das famílias das classes trabalhadoras, estão inseridas dentro de um sistema de reciprocidade e solidariedade familiar, que é impossível para estas pessoas contabilizarem isto como trabalho. Neste universo das classes trabalhadoras, estas atividades são categorizadas como “ajuda” ou “obrigação”, expressando que a ação da criança/adolescente é feita em retribuição

aos pais, ou como submissão a uma necessidade que é coletiva e que é regulada de acordo com uma concepção mais ou menos consensual sobre o seu papel no grupo e o papel dos outros, onde é bem demarcada a complementaridade entre os papéis masculinos e femininos. Quando estas representações são transportadas para o emprego doméstico, “olhar menino” foi caracterizado como “brincar com ele”, e em situações diferentes a categoria “ajuda” foi acionada para caracterizar o trabalho que a adolescente fazia.

Portanto, quando “a socialização dos indivíduos se dá no interior de uma lógica produtora de diferenças” acaba por (re)criar “uma cultura da desigualdade como parte premente da vida social. Passa a ser considerada ‘natural’ a diversidade absoluta nas condições materiais de vida entre diferentes grupos” (Nunes, 2003:25).

A (re)construção desses processos de socialização a partir da memória, da história de vida, revelou, por um lado, um sentimento das adolescentes de que a família, “*de onde eu vim*”, “*o que eu fazia*”, “*como eu era*”, era o lugar da proteção, do amparo e passa a ser a referência positiva mesmo nos casos em que, contraditoriamente, a situação familiar era permeada por momentos de violência familiar e carências, até alimentares. Mas também é o lugar onde ocorreu a aprendizagem do serviço doméstico.

Quando passam para a “casa dos outros”, as adolescentes construíram comparações e estabeleceram julgamentos e mesmo quando a situação material foi invocada para justificar que o emprego doméstico é melhor que a situação anterior que vivia em sua família, esta continua como o lugar do que é positivo em sua história de vida. Isto é porque a família, para o adolescente, é a unidade reguladora das demais relações sociais por ele estabelecida, incluindo as relações de trabalho. Isto permite explicar porque as adolescentes que são mensalistas residentes e, entre estas, as migrantes, sofreram as situações mais graves do ponto de vista do desrespeito aos direitos trabalhistas e humanos.

A “casa dos outros”, é um espaço multidimensional, onde coexistem diversas relações baseadas em princípios de diferenciação e hierarquias que conferem diferentes propriedades aos agentes nela inseridos, definidos pelas posições relativas que ocupam neste espaço (Bourdieu, 1989: 134). Nela, a posição que a adolescente empregada doméstica ocupa, com seu capital econômico, social, cultural e simbólico proveniente das classes populares, é uma posição de subalternidade, inclusive em relação às pessoas mais novas que ela, os filhos da patroa.

A continuidade da adolescente no emprego doméstico, embora não desejada e, na verdade, indefinida, só se torna possível pelo desenvolvimento de estratégias de adaptação às situações cotidianas. A intimidade com as pessoas da família empregadora, principalmente com a patroa, e a igualdade com esta vão ser procuradas pelas adolescentes domésticas, e muitas vezes referendadas pelas patroas, como forma de suavizar as tensões e obter favores, para ambos os lados da relação. As hostilidades surgem para preservar os limites, mas alimentam as expressões de poder de ambas as posições. A proximidade da relação entre as partes exige a redução da exacerbação pessoal, mas quando isto não ocorre e os conflitos se tornam insuperáveis, as adolescentes domésticas abandonam o emprego e partem à procura de outro. Mas a seqüência vai se repetir numa relação de trabalho onde uma característica fundamental é a proeminência dos aspectos relacionais sobre o profissional (Anderfuhren, 1999)

As situações do trabalho doméstico não se colocam de forma totalmente transparente e lógica, e também a leitura da realidade nunca corresponde perfeitamente à realidade. As situações são mutáveis e, por isto, os modos de viver e entender estas não são lineares. São os “sistemas de cada casa” e as experiências que imputam uma dinâmica diferenciada nesta relação. Os “contratos de trabalho” são informais e estabelecidos numa relação de desigualdade, onde predominam os interesses da família empregadora.

Mas a capacidade de adaptação, e também de ruptura, que se percebe nas adolescentes empregadas domésticas, que entendo ser o fator que mais colabora para a continuidade de uma relação de emprego doméstico, esta capacidade é adquirida a partir dos processos de socialização vivenciados na família e no emprego doméstico. Na socialização das famílias das classes trabalhadoras, as adolescentes aprendem “as categorias de percepção do mundo social [que] são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (Bourdieu, 1989: 141). São estas que formam a “visão de mundo” e instruem o “sentido da posição”, e que, segundo Bourdieu, torna-se muito próxima do que se poderia chamar de posição natural ou possível no mundo social, o que levaria à aceitação da posição a partir da aceitação dos limites como naturais.

Mas a convivência na intimidade das famílias empregadoras, essa socialização forçada sobre regras e controles forjados sobre bases de preconceitos e discriminações, gera também o sentimento de não pertencer a esse grupo, de ser diferente, de comer diferente, vestir-se diferente, de gostar de coisas diferentes, de freqüentar lugares diferentes. Esse sentimento de que existe um “nós” e um “eles”, de que o mundo real se divide assim (Hogart, 1973), é isto, como foi aqui evidenciado, que colabora para formar esse *habitus* das trabalhadoras domésticas que vai instruir a elaboração das estratégias de adaptação ou de ruptura nas relações de emprego doméstico de adolescentes.

Bibliografia Citada

- ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. (1985), *Constituição da Família e Trabalho Industrial, um estudo sobre trabalhadores têxteis de um fábrica com vila operária*. Tese de Doutorado. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (2000), "Família e Trabalho Infantil". *Interseção*, Revista da UERJ, número especial Seminário Internacional sobre Família.
- ALVIM, Rosilene e LEITE LOPES, José Sérgio. (1990), "Famílias operárias, famílias de operárias". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (14): 7-17.
- ALVIM, Rosilene e VALLADARES, Lícia do Prado. (1988), "Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, (26): 3-37.
- ANDERFUHREN, Marie. (1999), *L'employée domestique a Recife (Brésil) entre subordination et recherche d'autonomie*. Tese de doutorado. Institut d'Etude du Developpement Economique et Social, Universite Paris I, Pantheon-Sorbonne.
- ANTUNES, Ricardo. (1995), *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. (1975), "A Sagrada Família: uma análise estrutural do compadrio". *Cadernos do IFCH*, Unicamp, nº 5.
- ARIÈS, Philippe. (1981), *História Social da criança e da família*. 2ª edição, Rio de Janeiro, LTC.
- BANDEIRA, Lourdes M. (1997), "Divisão sexual do Trabalho – práticas simbólicas e práticas sociais", in D.E. Siqueira & G.F. Potengy & P. Cappellin, *Relações de Trabalho - Relações de Poder*, Brasília, Editora da UnB.
- BARROS, Ricardo Paes de (2000). *Trabalho Doméstico Infanto-Juvenil no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEC/OIT, mimeo.
- BEYNON, Huw. (1995), "A destruição da classe operária inglesa?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, (27): 5-17.
- BOURDIEU, Pierre. (1972), *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Genebra, Droz.
- _____. (1990), *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1983), *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- _____. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa, Bertrand Brasil/Difel.

- _____. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- _____. (2001), *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- _____. (Coord.), (2003), *A Miséria do Mundo*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. (1975), *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BRUSCHINI, Cristina. (1994), "Trabalho Feminino: trajetória de um tema, perspectivas para o futuro". *Estudos Feministas*, ano 2, (1): 17-32.
- CALDEIRA, Teresa. (1984), *A política dos outros*. São Paulo, Brasiliense.
- CARVALHO, Lenira. (2000), *A luta que me fez crescer*. Recife, Bagaço/DED.
- CASTEL, Robert. (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- CASTRO, Mary Garcia. (1989), "Empregadas domésticas: a busca de uma identidade de classe". *Cadernos do CEAS*, (123): 49-58.
- _____. (1991), A alquimia das categorias sociais – gênero, raça e geração na produção de sujeitos políticos: o caso de líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador". *XV Encontro Anual da ANPOCS*, GT Relações sociais de gênero.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (1999), "Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação". *Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho*, (9).
- _____. et al. (1998), "O trabalho feminino na agricultura de exportação. As trabalhadoras na viticultura do nordeste do Brasil", in L. Abramo & A.R.P. Abreu (orgs.), *Gênero e Trabalho na Sociologia Latino-americana*, Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho, São Paulo/Rio de Janeiro, ALAST.
- CHAUÍ, Marilena. (1999), "Uma ideologia perversa". *Caderno Mais*, Folha de São Paulo, edição de 14 de março.
- COELHO, Maria Claudia. (2001), "Sobre agradecimentos e desagradados: trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos", in G. Velho & K. Kuschinir, *Mediação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, pp. 265-292.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. (1994), *O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas*, Brasília/São Paulo, OIT/LTR.

- DaMATTA, Roberto. (1989), *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro, Rocco.
- DAUSTER, Tânia. (1992), "Uma infância de curta duração: trabalho e escola". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, (82).
- DUARTE, Luiz Fernando. (1986), *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar/CNPq.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. (1997), "O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza", in F.R. Madeira (org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef, pp. 343-402.
- FARIAS, Zaira Ary. (1983), *Domesticidade "cativeiro feminino"?*. Rio de Janeiro, Achiamé/CMB.
- FERNANDES, Florestan. (1965), *A integração do negro à sociedade de classe*. São Paulo, Dominus/Editora da USP.
- _____. (1976), *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Pioneira.
- FORACCHI, Marialice M. (1972), *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo, Pioneira.
- FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN JR., Moysés (orgs.). (2002), *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo, Cortez.
- GIRARD, Christiane Ferreira Nunes. (1993), *Cidadania e cultura, o universo das empregadas domésticas em Brasília (1970-1990)*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília.
- _____. (1995), "La citoyenneté des employées domestiques à Brasília", in B. Marques Pereira & I. Bizberg (orgs.), *La citoyenneté sociale en Amérique Latine*, Paris, L'Harmattan/CELA.IS, pp. 246-253.
- _____. (1996), "Citoyenneté et culture de la domesticité des femmes noires au Brésil", in B. Marques Pereira & I. Bizberg (orgs.), *La citoyenneté sociales des femmes au Brésil*, Paris, L'Harmattan/CELA.IS, pp. 147-164.
- GIRARD, Christiane e TURCHI, Lenita. (1991), *Trajetórias e estratégias na questão dos empregos: as empregadas domésticas em Brasília*. Brasília, s/ed., mimeo.
- GONZÁLES, Rey Fernando. (1997), *Epistemología cualitativa y subjetividad*. São Paulo, EDUC.

- GOUVEIA, A.T. (1983), "O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, (44): 55-62.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. (1995), "Racismo e Anti-Racismo no Brasil". *Novos Estudos Cebrap*, (43).
- HEILBORN, Maria Luiza. (1997), "O traçado da vida: Gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro", in F.R. Madeira (org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef, pp. 291-342.
- _____. (2000), *Dimensões Culturais do Trabalho Infantil Feminino*. Rio de Janeiro, IPEC/OIT, mimeo.
- HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. (2000), "Estudos de Gênero no Brasil", in S. Micelli (org.), *O que se deve ler em Ciência Sociais – Sociologia*, Rio de Janeiro, ANPOCS.
- HOGART, Richard. (1973), *Utilizações da cultura: aspectos da vida cultural das classes trabalhadoras*. Lisboa, Presença.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. (1983), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora.
- INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS/Fundação Joaquim Nabuco. (1970), *As empregadas domésticas do Recife, suas condições de trabalho e aspirações*. Recife, Fundaj, datilo.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2002), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001: microdados*. Rio de Janeiro, IBGE, CD-Rom.
- KAUFMANN, Jean-Claude. (1997), *Le coeur à l'ouvrage. Theorie de l'action ménagère*. Paris, Édition Nathan.
- _____. (org.). (1996), *Faire ou faire faire? Famille et services*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes.
- KOFES, Suely. (1992), "Entre nós Mulheres, elas as patroas e elas as empregadas", in M. Correa (org.), *Colcha de Retalhos*, Campinas, Editora da Unicamp.
- _____. (2001), *Mulher, Mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. Campinas, Editora da Unicamp.

- LAVINAS, Lena. (1997), "Gênero, cidadania e adolescência", in F.R. Madeira (org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef, pp. 11-44.
- LIMA, Raquel Coimbra de Oliveira. (1982), *Administração da mulher contra a mulher; um estudo da mulher patroa em João Pessoa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, datilo.
- LIMA, Nadia Regina Loureiro de Barros. (1985), *Um trabalho sem valor: relações de trabalho e ideologia no serviço doméstico remunerado*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco/PPGS, datilo.
- MACHADO NETO, Zahidé. (1980), "As meninas: sobre o trabalho da criança e do adolescente na família proletária". *Ciência e Cultura*, 32, (6): 671-683.
- MADEIRA, Felícia Reicher. (1997), "A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão", in F.R. Madeira (org.), *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/Unicef, pp. 45-134.
- MARX, Karl. (1987), "A Maquinaria e a Indústria Moderna", in *O Capital*, livro 1, vol. 1, São Paulo, Bertrand.
- _____. (1987), "Contribuição à Crítica da Economia Política". *Os Pensadores: Marx*, São Paulo, Nova Cultural.
- MICELI, Sérgio. (1992), "Introdução: A força do sentido", in P. Bourdieu, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, pp. I-LXI.
- MOTA, André. (2003), *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.
- NEVES, Delma Pessanha. (1999), *A Perversão do Trabalho Infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói, Intertexto.
- NUNES, Brasilmar Ferreira. (2003), *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília, Editora da UnB.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. (2003), *O Trabalho Infantil Doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte: um diagnóstico rápido*. Brasília, OIT.
- _____. (1996), *Internacional Labour Organization 1996 Press Kits – Child Labour, Facts and Figures*. Genebra, OIT [documento colhido na internet: <<http://www.ilo.org>>; em 17/10/2004]

- ORTIZ, Renato. (2002), *Ciências Sociais e Trabalho Intelectual*. São Paulo, Olho D'Água.
- POLLAK, Michael. (1992), "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, 2, (3).
- REZENDE, Claudia Barcellos. (2001), "Entre mundos: sobre amizade, igualdade e diferença" in G. Velho e K. Kuschnir, *Mediação, Cultura e Política*, Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, pp. 237-264.
- RIZZINI, Irene. (1997), *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro, Amais.
- SABOIA, Ana Lucia (2000). *As Meninas Empregadas Domésticas: uma caracterização Socioeconômica*. Rio de Janeiro, IPEC/OIT, mimeo.
- SAFFIOTI, Heleieth. (1976), *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes.
- _____. (1978), *Emprego doméstico e capitalismo*. Rio de Janeiro, Avenir.
- SANTOS, Carlos José Ferreira. (1998), *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume.
- SARTI, Cynthia. (1989), "Reciprocidade e hierarquia: relações de gênero na periferia de São Paulo". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, (27): 38-46.
- SAYAD, Abdelmalek. (1991), "Uma pobreza 'exótica': a imigração argelina na França". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (17): 84-107.
- SCOTT, Russel Parry. (1990), "O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico". *Cadernos de Pesquisa*, (73): 38-47.
- SILVA, Josué Pereira. (1995), "Repensando a relação entre trabalho e cidadania social". *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE, 9, (4): 6-12.
- SIMMEL, Georg. (1983), *Simmel: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1983.
- _____. (1964), "Faithfulness and Gratitude", in K. H. Wolff (org.), *The Sociology of Georg Simmel*, New York, Free Press.
- SPINDEL, Cheywa. (1985), *O menor trabalhador e a reprodução da pobreza*. São Paulo/Brasília, IDESP/OIT.
- TAVARES, Mauricio Antunes. (2002a), *Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife*. Recife, Cendhec.

- _____. (2002b), "O trabalho infantil e as múltiplas faces da violência contra crianças e adolescentes", in L. M. P. Silva (org.), *Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*, Recife, EDUPE.
- THOMPSON, Edward P. (1987), *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TRIGO, Maria Helena e BRIOSCHI, Lucila Reis. (1987), "Relatos de vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas". *Ciência e Cultura*, (39): 631-637.
- UNICEF. (obra coletiva). (2002), *Relatório da Situação da Adolescência Brasileira*. Brasília, Unicef.
- VEIGA, João Paulo Cândia. (1988), *A questão do trabalho infantil*. São Paulo, ABET.
- WOORTMANN, Klaas. (1987), *A família das mulheres*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/CNPq.
- ZALUAR, Alba e LEAL, M.C. (1997), "Gênero e Educação pública: uma comparação entre o CIEP e a escola comum". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 78, (188/189/190): 157-194.
- ZYLBERSTAJN, Hélio et al. (1985), *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo, Nobel/Ministério do Trabalho.

Bibliografia Consultada

- ABRAMO, Laís e ABREU, Alice Rangel de Paiva (orgs.). (1998), *Gênero e Trabalho na sociologia latino americana*. São Paulo/Rio de Janeiro, SERT/ALAST.
- ALVIM, Rosilene. (1997), *A Sedução da Cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro, Graphia Editorial.
- _____. (1995a), "Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil", in A. R. P. Abreu e E. G. F. Pessanha (orgs.), *Trabalhador carioca: um estudo sobre trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, JC Editores.
- _____. (1995b). "A infância negada: meninos e meninas de rua no Brasil", in Gonçalves e Villas-Boas (orgs.), *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- ALVIM, Rosilene e GOUVEIA, Patrícia (orgs.). (2000), *Juventude anos 90: contextos, imagens, conceitos*. Rio de Janeiro, Contra Capa/Gestão Comunitária.
- BARROS, Ricardo Paes de. (2000), *Trabalho Doméstico Infanto-Juvenil no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEC/OIT, mimeo.
- BOSI, Eclea. (1987), *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Edusp.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. (1999), *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. (2001), *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- _____. (1999), *A Dominação Masculina*. São Paulo, Bertrand.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. (2004), *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre & EAGLETON, Terry. (1996), “A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista”, in S. Zizek (org.), *Um Mapa da Ideologia*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- BRUSCHINI, Cristina (org). (1992), *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.
- CÂMARA, Cristina e CAPPELLIN, Paola. (1998), “Gênero, Trabalho e Cidadania nos anos 90: contribuições para atualizar o referencial teórico”, in L. Abramo e A. R. P. Abreu, *Gênero e Trabalho na sociologia latino americana*, São Paulo/Rio de Janeiro: SERT/ALAST.
- CAMPOS, Maria Machado Malta. (1993), “Infância abandonada: o piedoso disfarce do trabalho precoce”, in J.S. Martins (org.), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*, São Paulo, Hucitec.
- CAMPOS, Marta Silva e outros. (1999), *Trabalho Infantil, Desafio à Sociedade: Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996-97*. São Paulo, IEE/PUC.
- CASTRO, Mary Garcia. (1992), “O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos”. *Cadernos CRH*, Universidade Federal da Bahia, pp 80-100.
- _____. (1991). “A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma trajetória regional sobre gênero”, in S. Mager (coord.), *Mulher e*

políticas públicas, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal/UNICEF, pp. 39-69.

CASTRO, Mary Garcia e Miriam ABRAMOVAY. (1998), “Cultura, Identidade e Cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco”, *in Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*, volume II, Brasília, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

CASTRO, Nadya Araújo e GUIMARÃES, Iracema Brandão. (1997), “Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução”, *in* D.E. Siqueira & G.F. Potengy & P. Cappellin, *Relações de Trabalho - Relações de Poder*, Brasília, Editora da UnB.

DEL PRIORE, Mary (org.). (1996), *História da criança no Brasil*. São Paulo, Contexto.

DONZÉLOT, Jacques. (1980), *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro, Graal

EAGLETON, Terry. (1997), *Ideologia*. São Paulo, Boitempo.

FAUSTO, Ayrton e CERVINI, Ruben (orgs.). (1991), *O trabalho e a rua. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo, Cortez

FONSECA, Claudia. (2000), *Família, fofoca e honra. Etonografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.

FORACCHI, Marialice M. (1972), *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo, Pioneira.

GEERTZ, Clifford. (1989), *A interpretação das culturas*. São Paulo, LTC.

GIRALDO, Adriana Espinosa. (2001), *Hasta cuando sin educacion? Trabajo Domestico Infantil em Hogares Ajenos em Peru*. Bogota, Save the Children.

GOFFMAN, Erving.(1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, LTC.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. (2000), “Classes Sociais”, *in* S. Micelli (org.), *O que se deve ler em Ciência Sociais – Sociologia*, Rio de Janeiro, ANPOCS.

HALBWACHS, Maurice. (1990), *A memória Coletiva*. São Paulo, Vértice.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. (1987), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes.

HIRANO, Sedi. (1974), *Castas, estamentos e classes sociais*. São Paulo, Alfa Omega.

- HIRATA, Helena. (1986), "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação", in A. Kartchevsky et. al., *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1993), "Paradigmes du travail: un point de vue transversal". *Futur Anterieur*, (16).
- KERGOAT, Danièle. (1986), "Por uma problemática do processo de trabalho doméstico", in A. Kartchevsky et. al., *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1986), "Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias...", in A. Kartchevsky et al., *O sexo do trabalho*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LAMARÃO, Maria Luiza Nobre et al. (2000), *O Trabalho Doméstico de Meninas em Belém*. Belém, Cedeca-EMAÚS / Save the Children/ UNICEF.
- LARA, Silvia Hunold. (1995), "Blowin' in the Wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil". *Projeto Historia. Diálogos com E. P. Thompson*, (12).
- LARANGEIRA, Sonia. (1993), "Faz sentido falar em classes sociais?". *Cadernos de Sociologia*, número especial "Natureza, história e cultura; repensando o social", Porto Alegre, UFRGS, 167 p.
- LEITE LOPES, José Sérgio e outros. (1979), *Mudança Social no Nordeste, a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1987). *Cultura e identidade operária*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
- _____. (2003). "A recepção dos trabalhos de Pierre Bourdieu e a renovação das análises sobre as classes trabalhadoras brasileiras". *Cultura Vozes*, 97, (4): 5-21.
- MACEDO, Carmem Cinira. (1985), *A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar em um grupo de operários*. São Paulo, Vértice.
- MARSHALL, T.H. (1967), *Cidadania, Classe social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARTINS, José de Souza (org.). (1991), *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- MASCIARELLI, Franca (1980), "Feminismo e freudismo". *Encontros com a Civilização Brasileira*, 3, (26).

- MADEIRA, Felícia Reicher. (1993). "Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas". *São Paulo em Perspectiva*, Revista da Fundação SEADE, 7, (4).
- MEAD, Margareth. (1973), *Adolescência y cultura en Samoa*. Buenos Aires, Paidós.
- MELO, Hildete Pereira de. (2000), *Trabalhadoras Domésticas: o eterno lugar feminino. Uma análise dos grupos ocupacionais*. Rio de Janeiro, IPEC/OIT, mimeo.
- _____. (1998), *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro, IPEA.
- MELLO, Sylvia Leser. (1988), *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo, Ática.
- MICELA, Rosaria. (1984), *Antropologia e psicanálise – uma introdução à produção simbólica, ao imaginário, à subjetividade*. São Paulo, Brasiliense.
- MILIBAND, Ralph. (1999), "Análise de Classes", in A. Giddens e J. Turner (orgs.), *Teoria Social Hoje*, São Paulo, Editora Unesp.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (1998), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro, Hucitec/Abrasco.
- MOTTA, Alda Britto. (1989), "Emprego doméstico: revendo o novo", XII Encontro Anual da ANPOCS, GT Mulher na força de trabalho.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. (1992), *História oral e Memória: a cultura revisitada*. São Paulo, Contexto.
- OLIVEIRA, Maria Elzenita B. A. (coord). (1993), *Alterações do trabalho doméstico: a intermediação de faxineiras, lavadeiras, domésticas e arrumadeiras em João Pessoa e Campina Grande*. João Pessoa, SINE/PB.
- PREUSS, Miriam Raja Gabaglia. (1990), "Emprego doméstico: um lugar de conflito". *Cadernos do CEAS*, (128): 41-45.
- QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. (1987), "Relatos orais: do 'indizível' ao dizível". *Ciência e Cultura*, (39).
- RITZER, George. (1993), *Teoria sociológica contemporânea*. Madri, McGraw-Hill.
- SAFFIOTI, Heleith I. B. (1992), "Rearticulando gênero e classe social", in A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.), *Uma Questão de Gênero*, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

- SCOTT, Joan W. (1992), "Experiência", in A.C.L. SILVA et al. (orgs.), *Falas de Gênero*, Petrópolis, Vozes.
- TELES, Leda. (1990), *Dependência de empregada: o espaço da exclusão, estudo de caso no Recife*. Recife, IAF/Centro Josué de Castro, mimeo.
- THOMPSON, Paul. (1992), *A voz do passado: história oral*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- THOMPSON, Edward P. (1991), *Costumes em comum; estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TRIGO, Maria Helena B. e BRIOSCHI, Lúcia R. (1987), "Relatos de vida em Ciências Sociais: considerações metodológicas". *Ciência e Cultura*, (39): 631-637.
- VARELA, Zoraida Castillo. (2001), *Trabajo doméstico infantil em hogares ajenos: una antigua forma de esclavitud em el nuevo milênio?*. Bogotá, Save the Children.
- VARGAS, Gladys Acosta, MENDEZ, Emilio Garcia, HOYOS, Soraya. (2000), *Trabajo Infantil Domestico: Y quien la mando a ser nina?*. Bogota, Terceiro Mundo Editores.
- VAZ, Marlene. (1999), *A menina e a casa: a identidade coletiva da menina empregada doméstica. Análise sobre o trabalho infanto-juvenil feminino*. Salvador, (s/ed).
- WACQUANT, Loic. (1997), "Durkheim e Bourdieu: a base comum e suas fissuras". *Novos Estudos CEBRAP*, (48): 29-38.
- WILLIS, Paul. (1991), *Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul.
- ZALUAR, Alba. (1992), "As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudos de papéis familiares nas classes populares urbanas", in M. Correa (org.), *Colcha de Retalhos*, Campinas, Editora da Unicamp.